Claudimir Gularte Vieira

A QUESTÃO AGRÁRIA PIAUENSE:

A formação social do campesinato e as relações capitalistas de trabalho

ACADÊMICA
Editorial

A QUESTÃO AGRÁRIA PIAUENSE: A FORMAÇÃO SOCIAL DO CAMPESINATO E AS RELAÇÕES CAPITALISTAS DE TRABALHO

Claudimir Gularte Vieira

A QUESTÃO AGRÁRIA PIAUENSE: A FORMAÇÃO SOCIAL DO CAMPESINATO E AS RELAÇÕES CAPITALISTAS DE TRABALHO

2020

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - PI. Aos meus pais, Almeri Ramos (inmemoriam) e João Maria Gularte Vieira. À Minha querida esposa, Marli Clementino Gonçalves. Aos meus filhos(as): Valentina Almeri, Maiara Ingrid, Maicon Eduardo, Igor Emanuel e Pietra Sofia,minha neta.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais: Almeri Ramos, minha mãe, (*in memoriam*) e João Maria Gularte Vieira, pelos valores de retidão e honestidade cultivados durante minha formação como sujeito de direitos

À Minha esposa, minha companheira, minha querida flor de maracujá: Marli Clementino Gonçalves.

À minha filha adorada, minha umburana de cheiro: Valentina Almeri Gonçalves Vieira, com quem tenho dividido minhas melhores energias e minhas inquetações. Espero recuperar a tempo (tempo que não volta mais) construindo tempos vindouros.

Aos meus sogros: Josefa Clementino Gonçalves e, Antônio Valdiná Gonçalves, (*in memoriam*) pelo carinho, afeto e cuidado dispensado à minha esposa e filha, muito obrigado.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST por ter me proporcionado um conjunto de experiências fundamentais ao meu processo de formação como sujeito social a serviço da classe trabalhadora.

À Universidade Estadual do Ceará – UECE, através do Curso de Serviço Social, pelo amplo processo de produção do conhecimento proporcionado coletivamente, pelos intensos debates de ideias vivenciados academicamente.

À Prof.ª Marlúcia Valeria da Silva (UFPI) pelas trocas de ideias, pela franqueza com que tratou meus escritos e pelos aprendizados resultantes.

À Dr.ª Tatiana Chaves e aos companheir@s, Evaldo, Iolanda, Indiciara e Maria Veloso, do Departamento de Vigilância Sanitária do estado do Piauí, pelo respeito e consideração a nós dispensados.

À Prof.ª Cristiane Fernandes de Miranda, assistente social da DIVISA, supervisora de campo, por sua sensibilidade como profissional competente e compromissada.

À Prof.ª M.ª Aparecida Higino, orientadora acadêmica, pelo tempo dispensado, por sua capacidade de síntese na condução sistematica da pesquisa para produção do conhecimento.

Ao Prof. Me. Antônio Diogo Cals, coorientador dessa pesquisa, pelo rigor com que tratou o processo de orientação e construção coletiva da pesquisa.

À Prof.ª Liana Brito, nossa eterna coordenadora do curso na UECE, pelos seus ensinamentos sempre precisos, carregados de significados e fervor revolucionário.

À Prof.ª Adinari Moreira, por sua troca sincera de conhecimento, por seus valores, por sua pedagogia única, pelo ser mais humano que tive a oportunidade de conhecer.

Aos meus companheir@s de trabalhos: José Welington Barroso de Araújo Dias, Merlong Solano, João Gualberto, Aglaê Nobre Arraes, Sonia Terra, Eleusa, Lucia, Socorro, Marcelo, Manoel Trindade, Misael, Nubia, compadre Gualter e Ariane Sidia Benigno, pela compreensão e pela criação das condições que possibilitaram minha aventura acadêmica. Gratidão a tod@s.

Aos companheir@s Ana Eugênia, Geneide e Toni Sabino, da turma Eldorado dos Carajás, pelo prazer de vossas amizades, pela aprendizagem admiração e respeito mútuo.

Lute com determinação, abrace a vida com paixão, perca com classe e vença com ousadia, o mundo pertence a quem se atreve e a vida é muito para ser insignificante.

Charles Chaplin

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

"O sertão é dentro da gente.
E esse sertão não é feito apenas de aridez e provocação,
Mas também de veredas, de estações,
de alívio e beleza em meio à solidão"
João Guimarães Rosa

Foi com a sensação de alívio e beleza transmitida pelas palavras de Guimarães que recebi o convite para construir a apresentação desta publicação, intitulada de "A Questão Agrária Piauiense: a formação social do campesinato e as relações capitalistas de trabalho", de Claudimir Gularte Vieira. Esta é resultado de seu Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação da professora Maria Aparecida dos Santos. Tive a honra de participar da banca examinadora deste trabalho na turma especial do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE) vinculado ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) – Turma "Eldorado dos Carajás", concludente em 2018, e agora me sinto honrado com a elaboração desta apresentação.

A turma "Eldorado dos Carajás" foi composta por estudantes oriundos de vários estados da federação, como: Pará, Rio Grande do Norte, Maranhão, Alagoas, Bahia, Rio Grande do Sul e São Paulo, mas com a presença majoritária do Ceará. Estes são estudantes-militantes dos movimentos e organizações sociais campesinos e populares: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem

Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Movimento Quilombola. Certamente, a conclusão da graduação para esta turma foi uma experiência exitosa e importante para fortalecer as lutas em defesa de universidade pública popular articulada a uma concepção de educação libertadora e socialmente referenciada.

A realidade brasileira do período pós-golpe de 2016 tem sido marcada pelo amplo processo de contrarreformas, violências e aprofundamento do autoritarismo e conservadorismo. Esse contexto incide diretamente sobre a classe trabalhadora, os direitos sociais, as políticas sociais e o campo das liberdades democráticas. Nesse sentido, a conclusão da turma "Eldorado dos Carajás" em 2018 foi um "alento em meio ao caos" desse nosso Brasil recente. Foi uma conquista coletiva importante, seja para a categoria profissional de assistentes sociais, seja para a universidade pública, uma vez que, entre outras contribuições, essa experiência da formação profissional para trabalhadores(as) do campo, resultou no exercício do pensamento crítico e na relevante produção de conhecimentos a partir dos trabalhos acadêmicos elaborados.

A presente publicação é exemplo de qualidade e compromisso teórico e ético-político com a profissão e com as necessidades sociais do povo brasileiro por parte desses(as) estudantes trabalhadores(as). Destaco ainda que está alinhada aos pressupostos e princípios da formação profissional expressos nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e

Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), entre os quais: rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social, adoção de uma perspectiva crítica de análise da vida social, articulação entre as dimensões investigativa e interventiva durante todo o processo da formação. Assim, a publicação de Claudimir é síntese desse processo de formação profissional, mas sobretudo, de sua trajetória de organização, compromisso e luta no MST em vários estados do Nordeste brasileiro, evidenciando que os princípios do projeto profissional do Serviço Social convergem com os valores dos movimentos sociais da classe trabalhadora.

Nas diretrizes curriculares, encontramos os núcleos temáticos que estruturam o projeto de formação profissional do Serviço Social, ao mesmo tempo em que oferecem um conjunto de conhecimentos necessários à capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa de assistentes sociais. São eles: 1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2. Núcleo de fundamentos da particularidade da formação socio-histórica da sociedade brasileira; e 3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Diante disso, a presente obra tende especialmente aos dois primeiros núcleos da formação profissional, a partir da compreensão do autor sobre o trabalho como elemento fundante e estruturante no âmbito das relações sociais capitalistas e suas particularidades na realidade brasileira, almejando entender os meandros da questão agrária na conformação da questão social.

A publicação de Claudimir está orientada por uma perspectiva histórico-crítica de análise da sociabilidade capitalista e por uma leitura da formação socio-histórica da realidade brasileira, tendo como objetivo analisar os fundamentos histórico-estruturais da formação do campesinato piauiense a fim de desvendar os desafios contemporâneos e contribuir com as resistências coletivas em defesa da questão agrária no território piauiense. Além disso, considerando as marcas da formação socio-histórica brasileira, o autor reivindica a mediação da questão regional para compreender as configurações específicas e os dilemas agrários na realidade piauiense, ou seja, parte do entendimento de uma amálgama entre questão regional e questão agrária que assume raízes diferenciadas no Nordeste.

Dessa forma, as reflexões apresentadas pelo autor nesta publicação são fundamentais para o entendimento dos dilemas contemporâneos presentes na realidade brasileira e, em particular, no Nordeste, a partir da lógica do desenvolvimento desigual e combinado entre as regiões. Como expressões desse processo, ressalto: os baixos indicadores sociais; a permanência de relações e formas arcaicas de trabalho; a forte presença do coronelismo, clientelismo e patrimonialismo; a histórica concentração fundiária; a parca intervenção do Estado no campo da proteção social e trabalhista; e a seca, que assume, nomeadamente, "feições" políticas no Nordeste brasileiro.

Do ponto de vista acadêmico, esta obra soma-se às produções teórico-conceituais sobre campesinato, questão agrária e realidade brasileira. As temáticas

relacionadas à questão agrária, embora tenhamos avançado muito nos últimos anos, ocupam um lugar ainda "tímido" na produção de conhecimentos na área de Serviço Social. Portanto, a publicação que ora apresento se revela uma importante contribuição não apenas para o Serviço Social, mas para várias outras áreas do conhecimento que fazem interface com o tema da questão agrária.

Do ponto de vista político, esta publicação chega de forma oportuna em uma conjuntura do Brasil pós-golpe de 2016 marcado com a ascensão de governos neodireitistas que tem implementado uma agenda social regressiva e tem legitimado um discurso reacionário no campo dos direitos humanos associado à criminalização dos movimentos sociais. Os últimos relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT) têm mostrado o aumento dos conflitos sociais no campo, incluindo as populações indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais, com destaque para as regiões Norte e Nordeste do país.

Claudimir rompe com qualquer perspectiva de uma suposta neutralidade na produção de conhecimentos e reafirma seu compromisso com a reforma agrária popular e com o conjunto das lutas dos trabalhadores do campo e da cidade por um Brasil mais humano, justo e livre! Sendo assim, convido o leitor a se debruçar por esta produção, refletir com ela e a partir dela. Boa leitura!

Raí Vieira Soares

Professor do curso de Serviço Social – UFT

Doutorando em Política Social - UnB

INTRODUÇÃO

O trabalho que se apresenta nas veredas a seguir objetivou analisar a gênese estrutural da formação sócio-histórica do campesinato piauiense, considerando suas características particulares individualizadas. Nossa aproximação com a temática foi se construindo no longo prazo, forjada na relação entre minhas vivências individuais e coletivas, como sujeito histórico e ativista político, membro do Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra (MST), em contato direto com as contradições geradas pelo desenvolvimento tardio das forças produtivas no campo piauiense.

A objetivação da referida escolha se deve a um conjunto de reflexões resultantes de minha aproximação teórico-ideológica e, da ressonância da mesma encontrada no acervo bibliográfico e documental vinculados, a formação dessa categoria "campesinato" em nossa sociedade, ocupando nessa pesquisa a centralidade de nossas ponderações teórico-metodológicas.

Estudar a formação do campesinato significa adentrar aos meandros de um seguimento social, com "estatura histórico estrutural", ou seja, desenvolver uma abordagem a partir do campesinato enseja-nos, compreender um sujeito sociohistorico, que remonta a história da humanidade, cumprindo papel decisivo em todas as épocas e modelos de sociedades, no que pese as dificuldades e negação enfrentadas, para estabelecer-se,

como classe trabalhadora, permanecendo no tempo e no espaço como uma categoria imprescindível à reprodução do capital e dos trabalhadores como classe social.

A escolha da referida objetivação é resultante das múltiplas inquietações críticas e militantes, desenvolvidas e materializadas, desde minha chegada ao território nordestino no ano de 1997, quando passamos buscar incessantemente construir um modo de interpretar a realidade dos sujeitos sociais do campo, sempre objetivando transforma-la.

Desde a minha atuação, na luta pela democratização da posse uso da terra como sujeito da luta membro do MST, inicialmente no Estado do Rio Grande do Norte em 1997, na Paraíba em 1998, no Tocantins e no Piauí em 1999. (Vale salientar que essa tarefa desenvolvida pelo MST, materializada a partir da chamada brigada nacional, que tinha como finalidade realizar uma intervenção político organizativa durante seis meses, que no meu caso permanece até nossos dias).

Quando nesse transcurso passamos a desenvolver uma série de incursões práticas e teóricas, para compreensão da realidade agraria com vistas a sua totalidade. Optamos desde o início, por algumas premissas metodológicas, tanto seguimos o caminho efetivo da luta pela realização da reforma agraria, amparado pelo conhecimento historicamente produzido.

Nas questões prático-metodológicas para compreensão da geopolítica piauiense, realizamos uma caravana da capital ao interior no ano de 2000, objetivando a compreensão da estrutura fundiária piauiense e a apreensão da realidade social do povo

piauiense. Permitindo-nos uma imersão sociológica na questão social, colocando-nos, em contato direto, com as características estruturais e políticas das desigualdades sociais em nosso território.

Desde então passamos a compreender que os fatores de produção (terra) atuam como elementos fundantes da totalidade social em todas as épocas, (tratando o fator terra como instrumento político e econômico de poder), provocando uma profunda metamorfose na questão social, resultante das políticas implementadas pelas oligarquias agrarias, no transcurso da formação como classe dominante. Questões essas, tornadas centrais na construção das táticas e estratégias, na luta dos movimentos sociais do campo.

Ainda nas incursões teóricas para além da busca intensa pelo acesso a diversidade de estudos realizados, por intelectuais e pesquisadores, com marcada contribuição na produção do conhecimento.

Segundo Hobsbawm, (1986), o ponto chave sobre essa questão é: Em todas estas formas, nas quais a propriedade da terra e, a agricultura constituem a base da ordem econômica e, consequentemente, o objetivo econômico é, a produção de valores de uso, isto é, a reprodução dos indivíduos em determinadas relações com a comunidade, da qual constituem a base da economia e da reprodução social.

Como vimos nossa pesquisa objetiva desvelar da gênese da formação do campesinato antes, como sujeito de direito, forjada no fazimento evolutivo da

econômica agrária piauiense, sua urgência estrutural metamorfoseada no longo prazo, como demandas processuais candentes e imprescindíveis.

A concepção ideológica de questão agrária que permeia essa pesquisa, está amparada na produção das relações sociais de trabalho no campo piauiense, que materializada historicamente através das lutas de resistência e, resiliência dos camponeses como classe social.

A latência contraditória desse problema deve-se a questões estruturais historicamente escamoteadas pelas elites regionais. Impulsionando a classe trabalhadora realizar falsas interpretações das múltiplas determinações sociais, econômicas e culturais através das políticas sociais institucionalizadas. Criando assim barreiras á transformação dos camponeses em sujeitos de sua própria história, inserindo-os nas relações sociais de trabalho e na questão agraria nacional e regional.

Para Caio Prado Junior, tratar da questão agrária significava fazer com que a utilização da terra no Brasil se realize em beneficio principalmente daqueles que nela trabalham, e não constitua apenas, como é o caso presente, simplesmente um negócio de pequenas minorias (PRADO, Junior. 1979. p.81).

Buscaremos analisar a tese caio pradiana e sua materialização na atualidade capitalista. Utilizando como método exploratório da pesquisa, duas incursões complementares: A pesquisa documental de natureza qualitativa, analisando a estrutura fundiária e seu reordenamento contemporâneo, no contexto da questão

agraria, considerando a formação social, econômica e cultural, como resultante da aceitação programada das imposições sistêmicas.

A matriz teórica norteadora dessa pesquisa terá como fundamento o materialismo histórico dialético. Considerando a produção do conhecimento como algo definidor e classista, suprimindo qualquer lastro parcial de neutralidade processual. Entendendo o ato de pesquisar, como um processo em movimento, desafiando-nos, constantemente, como sujeitos sócio históricos, a apropriar-mo-nos da dinâmica real do objeto. Segundo Marx, (1968). O sujeito "tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão que há entre elas".

Assim sendo, buscaremos suprimir a paralisia e a neutralidade, que impede o desvelar, do real, previamente idealizado, (teleologia). Durante a prospecção e desvelamento da pesquisa, lançaremos mão de um conjunto de categorias e conceitos. Objetivando, acessar a realidade social concreta, transpondo as aparências na busca da totalidade soccial dos fatos.

Utilizaremos as categorias elucidatórias transversais como: Questão agrária e Estado como construção social subordinada. Além das categorias centrais como campesinato, trabalho e questão fundiária que são materializados através dos conceitos de; agricultura de subsistência, problema agrário, cultura e aculturação dominante.

Durante o transcurso de nossa pesquisa, utilizaremos como fio condutor o trabalho e suas determinações, na dinâmica transformadora do ser social materializada pelos indivíduos através da práxis social cotidiana, nos valendo como técnicas de pesquisa a análise documental e a qualificação dos dados sociais concretos.

Como lastro estrutural dessa pesquisa podemos nos valer de um conjunto de informações já coletadas em incursões anteriores, seja, resultantes do contato direto com as desigualdades sociais e fundiárias, seja resultante de pesquisas realizadas em processo de formação. Anteriores, bem como minha participação em três cursos de extensão: O primeiro deles foi o curso "Realidade brasileira a partir dos grandes pensadores brasileiros", em parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) com a Universidade federal de Juiz de Fora (UFJF) que resultou na elaboração de artigo intitulado "Elementos da formação cultural do povo piauiense". O segundo curso foi; O curso sobre teorias sociais e produção do conhecimento, "realizado em parceria entre a ENFF com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com a elaboração de um artigo intitulado "A natureza contemporânea do desenvolvimento capitalista no campo piauiense". Para além de um terceiro não menos importante realizada pela ENFF, em parceria com a UFRJ, com título "Sobre a Introdução Sistemática a obra de Marx". Trataremos no segundo capítulo desse trabalho, denominado de "Capitalismo contemporâneo, Relações sociais de trabalho, e suas contradições, como expressão da questão social". Esse capitulo terá como

base um constructo teórico metodológico, desenvolvido pelo pensador Ernesto Mandel (1985), caracterizado pela ascensão ou depressão econômica, através das chamadas ondas longas expansivas ou depressivas. Interpretar a realidade brasileira e piauiense de acordo com essa metodologia, visando entender os descompassos no desenvolvimento das forças produtivas em nosso território.

Buscaremos com Ernesto Mandel caracterizar os elementos de previsibilidade cíclica das crises do capital, objetivando interpretar os períodos de acumulo e descenso na luta de classes considerando o período histórico e contemporâneo.

No terceiro capítulo desse trabalho: A formação social e econômica do Piauí: Uma abordagem Histórico-Critica, objetivamos realizar uma abordagem mais aprofundada sobre as cadeias produtivas, que foram imprescindíveis na formação social e econômica da sociedade piauiense em todas as épocas. Materializada nas seguintes questões: O desenvolvimento econômico da sociedade piauiense; O campo piauiense e os programas governamentais; O cenário estrutural e a questão Fundiária Piauiense; O emprego da mão de obra camponesa, temporária ou permanente.

Já no quarto capítulo desse trabalho tratamos da formação do campesinato e a questão regional: Uma incursão histórica sociológica. Ancorada nas seguintes questões complementares. O campesinato no capitalismo contemporâneo, contradições limites e perspectivas.

Elementos da formação social do campesinato brasileiro e por fim tratamos de um subitem sobe um; Olhar sobre o campesinato Nordestino.

CAPÍTULO 1

CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO, RELAÇÕES SOCIAIS DE TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL

Nossa pretensão neste capítulo é trazer mais uma observação em perspectiva sobre a realidade da luta de classes em nossos pais, em especial no campo brasileiro e piauiense, a partir da compreensão da questão social nacional e suas especificidades.

Para tanto, contaremos nesse percurso com a parceria de vários pensadores que dedicaram grande parte de suas vidas nessa empreitada. Em especial, nos valemos da cumplicidade de um grande pensador que, dando sequência as observações do pensador Russo, Nikolai Kondratieff[1], pela primeira vez realiza uma

---

1 Nikolai Dimitrievich Kondratieff, nasceu em 04 de março de 1892, na cidade de Vichuga na Rússia e, faleceu em 17 de setembro de 1938, em Oblat de Moscou, também na Rússia. Formou-se em economia na universidade estadual de São Petersburgo. Kondratieff; Desenvolveu a teoria dos ciclos na economia, entre ascensão e crise baseado nas quatro estações do ano que juntas perfazem 70 anos, Nikolai, foi um daqueles pensadores soviéticos engajados na revolução de 1817, como um dos mais talentosos economistas Russos, contribuiu intensamente na elaboração do primeiro plano quinquenal, da futura

abordagem utilizando metodologicamente a metáfora das ondas longas expansivas e depressivas para interpretar a economia e suas crises.

A partir de Ernesto Mandel buscaremos desvendar a natureza sociológica dessa vereda em que acreditamos ser possível estabelecer um ciclo periódico para as crises do capital e assim preparar as condições

---

união soviética. Como o livre pensar não era exatamente o modelo incentivado pela URSS, terminou num GULOG, (Que era um sistema de campos de trabalho forçado para criminosos, presos políticos e qualquer cidadão se opusesse ao regime da URSS). Onde passou seus últimos oito anos antes de ser executado, em 1938. A teoria de Kondratieff, a economia e ou o capital, (para ele tanto faz é tudo a mesma coisa), vivencia ciclos de 70 anos mais ou menos, divididos entre primavera, verão, outono e inverno. Primavera; é marcada por um período de crescimento com inflação de aproximadamente 25 anos, onde o desemprego cai, salários e produtividade cressem, com a bonança vem a cobrança de ordem social. O Verão que vem na sequência; É provocado pelo crescimento que encontrou seu limite, não há mais recursos a explorar, sejam humanos, sejam materiais. Não raro as tensões após este período de crescimento culminem com uma guerra. No outono: Vem e é marcado por um período de crescimento moderado. Costuma ser um período em que inovações tecnológicas levam ao sucesso de algumas industrias pontuais e o consumismo permeia a sociedade. No inverno, novamente a economia enfrenta seus limites mas desta vez, o impacto é mais violento. É quando acontecem as depressões, uma guerra mais intensa aparece no fim deste período. Quando o pensador concluiu seus estudos analisando três períodos completos, fez uma previsão que no final daquela década 1920, deveria chegar o inverno econômico. Quando de fato chegou com a grande depressão (a crise de 29) e, a ela seguiu-se a segunda guerra. Se hipoteticamente o pensador Russo estiver correto, o novo ciclo teve início em 1949, e, o outono terminou no ano 2000. Assim sendo estamos a caminho de meio período de inverno. Como vimos não podemos afirmar com precisão que houve uma depressão profunda na economia, (a depender do ponto de vista) muito menos que fechamos esse ciclo com conflitos de grandes proporções. Pode ser que ele esteja errado. O fato é que segundo o autor o meio período de inverno se aproxima.

objetivas para aproveitar a oportunidade, acumular forças e avançar nas mudanças estruturais ancoradas na luta de classes, que são o plano de fundo de qualquer análise de cunho marxista.

Mandel (1982) concentra seus esforços para dar sequência à interpretação do pensamento de Kondratieff (1920) assentado na interpretação econômica. Nossas pretensões são as de utilizar essa metodologia para desvelar os processos de formação da economia piauiense, com esforço para contextualizar o referido pensamento no contexto da luta de classes, no território brasileiro e piauiense o qual acredito, pelas leituras realizadas, que se relaciona sobremaneira em sua realidade histórica com o pensamento referido.

Na sequência está materializado parte desse esforço apresentado, é importante destacar que a abordagem a seguir descreve uma realidade vivenciada em um cenário de crise estrutural do capital que, segundo Mandel (1982), é um cenário típico de onda longa depressiva na economia. Para nossa observação, os esforços direcionam para compreensão dos impactos absorvidos pela composição das forças em lutas, nesse cenário complexo e contraditório.

1.1 A CRISE CIVILIZATÓRIA E O MUNDO DO TRABALHO: AS FORÇAS PRODUTIVAS E OS DITAMES DO CAPITAL

Disponibilizaremos na sequência, algumas premissas para apreensão da teoria de Ernesto Mandel (1972)[2].Sobre as funções das crises e o papel das ondas

2 Ernesto Ezra Mandel, nasceu em 05 de abril de 1923 em Frankfurt Alemanha, e morreu em 20 de junho de 1995, aos 72 anos em Bruxelas

longas no contexto da evolução do sistema capitalista e seus reflexos na formação econômica da sociedade piauiense.

Na perspectiva do autor, a sociedade brasileira é beneficiária de, no mínimo, três décadas de crescimento ininterruptos no pós-guerra, basicamente de 1930 a 1970. Em sua obra clássica "O capitalismo tardio", versão original publicada em 1972, Mandel defende a tese de que o capitalismo entrara em uma fase de "tônica estagnante", tese longe de ter evidências reais momentâneas, uma vez que a economia estava longe de demonstrar sinais de estagnação. Antes, pelo contrário, o sistema capitalista demonstrava à época pujança e desenvoltura no contexto internacional.

na Bélgica. Era filho de Henri e Rosa Mandel, judeus poloneses que emigraram para Alemanha. Seu pai, Henri foi fundador da liga espartaquista de Rosa Luxemburgo, embriões do futuro partido comunista da Alemanha. Em 1930, sua família deixa a Alemanha em direção a Bélgica, a casa de sua família em Antuérpia transforma-se em abrigo para os refugiados alemães. Em 1939, o jovem Mandel aos 16 anos de idade, ingressa na seção belga da quarta internacional aos, 18 anos já era membro do comitê central do partido comunista. Durante a segunda guerra, Mandel atua na resistência ao nazismo, foi preso em 1944, e levado à prisão de Saint-gilles em Bruxelas de onde consegue fugir antes de ser deportado para auschewitz. Após a guerra durante o congresso mundial da quarta internacional em 1946, Mandel é eleito para liderança do secretariado internacional da organização, aos 23 anos. Como vimos, Mandel foi um militante incansável da luta socialista tendo fugido duas vezes dos campos do holocausto, vivenciou os embates de profundo isolamento da esquerda revolucionaria. Ernesto Mandel configurou-se como uma das maiores referências da tradição marxista do século XX. Suas descobertas originais, tem-se mostrado imprescindíveis para desvendar e enfrentar os desafios do século XXI. Quando o sistema capitalista tem demonstrado com muita contundência sinais de esgotamento civilizatório, tese preconizada por Mandel em o capitalismo tardio(1982) com a internalização de sua tônica estagnante.

A reflexão teórica desenvolvida pelo autor defende que as próprias condições estruturais do capitalismo levariam o sistema de produção monopolista à autossupressão através da intensificação dos processos de automação, e transformações no campo econômico materializado pela evolução constante no plano tecnológico, culminando com a incidência peremptória dos eventos políticos[3].

Esse conjunto de fatores caracterizam o que ele próprio denominou de terceira revolução (Revolução Tecnológica) desenvolvida nos países capitalistas principalmente durante o primeiro quadriênio de século XX, nos Estados Unidos e nos países considerados na época como capitalistas.

Os países em questão tiveram um impulso frontal da eletrônica e da aplicação da energia nuclear nos processos produtivos. Ademais, segundo Mandel (1972), os elementos responsáveis pela evolução sistêmica, foram os mesmos responsáveis pela decomposição do sistema em seu conjunto. Na afirmação do autor, o avanço da automação afeta triplamente o capital como sistema de produção. A evolução do sistema decompõe

3 O capitalismo dos monopólios, ou capitalismo monopolista, é a fase que sucede a fase do capitalismo concorrencial, nesta fase é necessária uma "exportação de capitais". Neste periodo ocorre a centralização e concentração ainda maior do capital. Aumentando a exploração, alienação, o "exército industrial de reserva", a desigualdade e a exclusão social. Esta época é a do agudizamento de todas as contradições inerentes ao sistema: Contradições entre a relação capital e o trabalho, agravando e agudizando assim as expressões da questão social. Cf.NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1992.

as diretrizes de sustentação orgânica do próprio sistema. Seu progresso técnico solapa o sustentáculo da tacha de lucro, des-territorializando a formação da mais valia.

Dessa maneira, o colapso sistêmico em atividade desde a década de 1970, colocou em xeque o modelo de reprodução do capital como totalidade provocando profundas alterações no processo inflacionário, estabelecendo impositivamente a hipertrofia do setor de serviços. Demandando consequentemente, para além da concentração, a internacionalização do sistema de exploração e acumulação do capital.

Em síntese, a essência dessa nova fase desencadeada pela Terceira Revolução Industrial promove o surgimento de um novo modelo de acumulação capitalista: o neocapitalismo, submisso aos ditames de uma sociedade dependente e consumista. Suas ambições extrapolam o cenário das relações sociais de produção, reordenando e redefinindo consequentemente o papel institucional do Estado, pensando a dimensão institucional a partir de uma nova roupagem, absorvida e imposta pela ideologia da dominante.

Analisando em perspectiva, o autor conclui que a composição sistêmica conduzirá o mesmo a constantes fracassos e crises cíclicas intermitentes. Ao longo de sua evolução, será imposta a sociedade um crescimento violento na produtividade e na oferta de bens, provocando uma alteração estrutural na composição orgânica do capital, conduzindo-o inevitavelmente a uma dramática redução nas taxas de mais valia.

Esse movimento do capital produz ciclos constantes de crises e depressões, materializado pelas altas taxas de desemprego[4]. Ao relacionarmos essa teoria com o cenário contemporâneo percebemos um acento real e concreto. Nas ciências econômicas não há coincidência, ao contrário, as ações são planejadas e executadas paulatinamente pelo capital.

Os instrumentais utilizados na implementação das políticas de desenvolvimento fundamentaram-se na denominada "onda longa expansiva de crescimento". Segundo alguns autores, o referido fenômeno fundamentou-se filosoficamente na teoria do keysnesianismo materializado na promoção do Estado de bem-estar social. Entretanto, no caso brasileiro o referido progresso econômico deriva dos modelos Fordista e Taylorista que serviram de bases impulsionadoras de consolidação do toyotismo no Brasil[5], demarcando qualitativamente a evolução da acumulação de capital.

5 Segundo Eurenice de Oliveira: Embora os efeitos políticos desse processo de desmontagem venham sendo apontados nas inúmeras análises que dão conta desse tema (Sampaio, 2000; Antunes, 1999; Alves,2000), um dos mais devastadores para a formação de uma consciência sobre a exploração desse estagio do capitalismo na passagem para o século 21 é o esvaziamento da memória dos direitos do trabalho. Ou seja, para garantir o trabalho, o trabalhador perde os limites de trabalho, das tarefas, das habilidades, da sua competência e até mesmo da legalidade sobre sua própria relação com a empresa. E, dessa forma, fica solto no terreno movediço da colaboração. Deixa de lutar pela manutenção de algo que é seu e passa a existir em busca do favor daqueles que o empregam. Esse é o verdadeiro significado da palavra consenso, se entendida na perspectiva do trabalho. O trabalhador consente em esquecer os direitos para manter o emprego e mesmo assim só se garante no prazo do contrato de trabalho, por tempo determinado, se houver contrato. Nada de estabilidade; nada de antiguidade à japonesa; nada de tradição de lealdade, nada costumes. A empresa é o espaço

O modelo econômico brasileiro desenvolveu-se inicialmente subordinado ao atendimento das demandas externas. Na segunda fase, apostou-se na industrialização nacional ancorada na substituição de importações sustentado pelas potencialidades regionais com sua pujança socioeconômica. Processo esse plasmado no território acadêmico, como os anos dourados da economia brasileira.

A materialização dessa estratégia ocorre paulatinamente no pós-guerra ancorado pelas transformações tecnológicas e pelas contradições oriundas das relações sociais de produção. Estas foram desencadeadas pela internacionalização do capital, subordinando o Estado Nacional aos ditames imposto pela nova ordem global, padronizando práticas e procedimentos produtivos[6], impactando profundamente a sociedade brasileira durante a crise do modelo de industrialização 1970.

---

fora da lei, da tradição, do costume, da nacionalidade. A empresa não precisa de discurso para criar uma aparência civilizatória, não precisa de regras para disciplinar a atuação das partes. (OLIVEIRA, 2004, p.76).

6 No primeiro quartel do século XX. O industrial norte-americano, Henri Ford, no auge da produção veicular, demandando muita borracha para produção de pneus, nesta fase da industrialização a borracha era derivada do látex produzida pelas seringueiras do sudeste asiático. Em uma tentativa desesperada para encurtar a dependência asiática... Henri Ford, decide apostar na produção do látex na Amazônia brasileira materializada através dos monocultivos, tal intento se notabilizou como fordilândia brasileira... Tal empreendimento objetivava suprir as demandas crescentes, do modelo de produção em massa... Em 1927, Henri Ford, adquiriu uma área de 15 km2, as margens do rio tapajós no estado do Pará.... Região está que havia testado positiva para a produção do látex em estudos financiado pelos EUAS em anos anteriores... Assim sendo transplantou-se para o Brasil uma cidade tipicamente americana,

A evolução produtiva tornou-se plausível com sua vinculação às transformações tecnológicas em curso permitindo assim, de um lado elevar a produtividade baixando os custos de produção, de outro lado, provocar queda no preço da mercadoria força de trabalho[7].

---

com modelo habitacional e cultura alimentícia dos americanos, causando revoltas intermitentes no conjunto do operariado brasileiro... Tal empreendimento se materializa em um contexto atemporal, ou seja, o ciclo evolutivo da borracha no território brasileiro teve seu auge entre1879 e 1912, portanto 15 anos antes da implantação da fordilândia... O declínio da produção brasileira se deve ao fato de os britânicos ter levado uma média de 70 mil sementes de seringueira da Amazônia brasileira, conseguindo produzir com muito mais eficiência e precocidade. O processo de aculturação imposto aos brasileiros, pelo industrial a partir do trabalho, resultou em grandes revoltas dos trabalhadores, principalmente em decorrência da imposição da dieta alimentar norte-americana, que era a base de hambúrguer e espinafre... Em 1930, três anos após o início do projeto ocorre uma grande revolta forçando a empresa a adequar sua culinária aos costumes locais...A referida crise é sintomática uma vez este período marca primeira grande crise na produtividade causada por uma doença que arrasou os seringais...Evento que forçou Henri Ford, a construir uma nova cidade em uma região mais adequada para a cultura, denominada de Belterra... As referidas cidades eram bem equipadas, com escolas de alto nível, hospitais altamente equipados, estação de tratamento de água, usina de energias, portos fluviais, estação de rádios, duas mil casas para trabalhadores, trinta galpões grandes... Após várias tentativas frustradas entre Fordilândia e Belterra; Henri Ford decide em 1945, vender ao governo brasileiro as duas cidades com tudo que existia inclusive o passivo trabalhista por 250 mil dólares...Ou seja, o que foi promessa de progresso para aproximadamente 300 mil trabalhadores brasileiros se transforma em cidade-fantasma... Ademais o denominado fordismo que se materializou através da produção em massa, entra em colapso com a crise de superprodução, sendo superada pelo Taylorismo e contemporaneamente Toyotismo. https://www.youtube.com/watch?V=rNdzPjufvRo.

7 Segundo Mandel (1985), as transformações tecnológicas encurtam o valor unitário das mercadorias e desvalorizam os capitais. Provocando um virtuoso aumento da produção global, impondoconsequentemente uma redução dos valores unitários das mercadorias. O conjunto desses fatores, aliados aos limites da

A referida fase sustentada pelo neocapitalismo tem como centralidade a reprodução ampliada, objetivando prioritariamente o distanciamento dos conflitos capital e trabalho, dando relevo a ações mais lucrativas e menos contraditórias. Com a fase contemporânea fundamenta-se na migração constante e na volatilidade do capital financeiro. Daí a importância da manutenção do Estado nacional como instrumento de realização de seus objetivos com nulidade interventiva seja, na economia e/ou na política.

A compreensão da teoria das ondas longas, tanto expansivas quanto depressivas, é facilitada quando vinculadas à produção e reprodução do capital. Esse processo sustentou-se historicamente nas teorias fordista e taylorista ambas fundamentadas no modelo econômico de produção em massa. Resultando na superprodução e ou saturação mercadológica, fenômeno esse derivado das limitações estruturais.

> É parte das ações do Estado continuar difundindo conhecimentos, técnicas, hábitos comportamentais e normas exigidas pelo paradigma taylorista fordista, o SESI disseminava a cultura urbano industrial, confrontando os trabalhadores dentro de referências modernas de vida e de trabalho. A educação política, tendo como base a “colaboração” ao invés do confronto classista, constituía-se já naquele momento no eixo central do trabalho desse organismo por meio da promoção de ações sociabilizantes ligadas a saúde, educação

---

capacidade de absorção mercadológica amplifica as condições de estagnação.

> e lazer dos trabalhadores da indústria e de seus dependentes, com vistas a implantar em larga escala um determinado modo de vida e cidadania. (MARTINS, 2005, p,129).

Parafraseando Ernesto Mandel (1972) o referido fenômeno cíclico desenvolve uma periodicidade oscilatória previsível, situando-se entre 25 a 30 anos. Esta periodicidade, entre ascensão e crise, instalada no interior do sistema, demanda indispensavelmente transformações estruturais e tecnológicas para sua supressão. O imperativo das crises econômicas, ondas longas depressivas, são reflexos da ausência de um projeto societário com autonomia decisória; contrapondo a lógica dominante imposta pelo produção consumista, submisso aos ditames do mercado e sua hegemonia.

Ao desvendarmos a natureza, a periodicidade e as contradições geradas pelas crises, a perda de oportunidades ou a insuficiência na correlação de forças, não permitiram à classe trabalhadora construir um projeto verdadeiramente autônomo. Daí a atualidade do pensamento de Celso Furtado (1956; 1968)[8]. Quanto à construção interrompida, a burguesia brasileira

8 Essa tese é defendida originalmente por Celso Furtado, em sua obra, "Uma Economia Dependente" (Rio,1956) e retomada em "Um Projeto para o Brasil" (São Paulo, 1968). Nestes dois ensaios, o autor defende a ideia de que o Brasil através de suas elites, abandonou a construção de um projeto para o país, em detrimento da incorporação das diretrizes do capital financeiro internacional, de submissão da economia brasileira aos ditames e interesses externos. Sua abordagem reporta-se à interrupção do processo em construção de um projeto de nação, objetivando a autonomia decisória, como pais e como povo. A sustentação teórica dessa tese à época, ficou conhecida como a construção interrompida; considerando que, a dependência econômica, a obediência civil e a submissão da classe dirigente, figura-se desde então como características fundantes da formação cultural e econômica do Brasil.

abandonou a ideia de construção de um projeto de nação optando pela subordinação da economia brasileira aos interesses e aos ditames do capital internacional.

É certo que as crises não acalentam uma única causalidade. Ao contrário, elas se materializam pela determinação histórica de um conjunto de fatores que se interpõem ao cenário objetivo do mundo real, da produtividade e do simbolismo cultural. Quanto ao campo da subjetividade, sua materialidade deriva das condições da liquidez estrutural do capital, que, uma vez canalizada para o mundo da especulação, objetivando a superação imediata de suas limitações, resulta na "imposição social" da reprodução ampliada do capital materializada pela maximização da lucratividade, através da super-exploração do trabalho.

Toda a crise é reflexo dos limites orgânicos do capital cuja supressão enseja mudanças sistêmicas profundas. A complexidade das mudanças necessárias dependerão do grau de transformações técnicas, da correlação de forças e da consciência de classes posta na sociedade em cada período histórico.

São falsas as análises de causalidade uni-fatorial das crises. Mandel 1985, concorda com a abordagem marxista das causalidades diversas tendo como centro gravitacional a redução das taxas de lucros; derivadas do processo de realização da mais-valia. Nas palavras de Marx e Engels, as crises são "resultado de múltiplas determinações". Na afirmação de Mandel 1985, as crises revelam os limites da capacidade de exploração da força de trabalho, e, o grau de desenvolvimento das forças produtivas presentes nas sociedades de classes.

Vivenciamos na contemporaneidade, o fenômeno da dissociação da lucratividade com a utilização intensiva da mão de obra humana. Isso ocorre em virtude da massificação da utilização da ciência e da tecnologia no aperfeiçoamento das relações sociais de produção, ensejando organicamente a realização de dois movimentos concomitantes, reduzindo o tempo de produção e a durabilidade dos produtos. Dessa forma:

> As acelerações das inovações tecnológicas determinam o limite temporal da obsolescência da maquinaria. Reduzindo drasticamente o transcurso para substituição obrigatória do capital fixo em uso, adotando um ritmo frenético, impulsionado pela precocidade da obsolescência vital dos produtos. (MANDEL, 1985, p. 175)

As necessidades orgânicas, ao modelo de produção estabelece como necessidade constante, a maximização das fronteiras mercadológicas do próprio capital. Impondo-lhes, uma dependência imanente da ciência e da tecnologia que, por sua vez, depende da natureza para suas inovações constante.

Para sua consolidação como sistema de dominação hegemônico, em sua composição orgânica o capital lança mão da concorrência como instrumento mediador materializado, pelos grandes conglomerados de capitais. Objetivando suportar as ondas longas depressivas. As variações dos preços como mecanismo de supressão das economias mais frágeis socialmente. Garantindo sua evolução sistêmica, através da centralização dos capitais, como estratégica de longo prazo.

Ao longo dessa abordagem nos reportamos frequentemente ao termo Capitalismo tardio,o referido constructo teórico materializa-se a posteriori, ao fim da segunda guerra mundial. O assento dessa teoria está ancorado na derrota internacional da classe trabalhadora, ocorrida nas décadas de 1930 e 1940, resultando no avanço do fascismo e da guerra fria. A corporificação desse evento é reflexo de um cenário de estagnação, e, queda na taxa de acumulação da mais valia. Impondo objetivamente ao capital, à retomada das taxas de crescimento, auferindo taxas médias de lucros, necessárias à garantia das condições, para reprodução do capital como sistema.

A ambição do capital à época buscava promover e acessar uma nova onda longa de crescimento e acumulação. Movimento este realizado em 1940, para os Estados Unidos e 1948 para a Europa, essa retomada ensejou uma série de mudanças, resultando em uma profunda derrota da classe trabalhadora, imposta pela classe dominante como revanchismo sistêmico derivado da crise de 1929[9]. Materializado no caso brasileiro pelo

9 A crise de 1929 ficou conhecida como a Grande Depressão. Em setembro de 1929 a crise começa a se manifestar através da oscilação do valor das ações. No mês seguinte praticamente só ouve quedas e os investidores queriam vender suas ações. No dia 24 de outubro, conhecido como a quinta-feira negra, ouve um pânico na bolsa, com a venda desenfreada dos títulos. Cerca de 13 milhões foram negociadas a qualquer preço, em um único pregão e, milhões de investidores viram-se na miséria. Muitos bancos faliram. A bolsa de valores quebrou. Soros George; Entrevista disponível em: www. nybooks.com

esforço da classe dominante na implementação do modelo agroexportador caracterizado pela substituição de importações.

As lógicas internas das leis capitalistas de movimento evidenciam a natureza cumulativa das ondas longas. Expressando as contradições que enseja à transição gradativa do expansionismo a estagnação. A marcha expansionista desencadeará as revoluções tecnológicas, como parte da lógica interna das leis de movimento do sistema capitalista. Tais movimentos objetivavam sustentar as taxas de lucratividades no longo prazo, a não ocorrência desse movimento é a senha para que o imperativo das crises se estabeleça sobre as economias nacionais e regionais.

Desse modo, os referenciais teóricos metodológico das ondas longas devem ser interpretados e incorporados pela classe trabalhadora em sua dimensão subjetiva endógena, considerando-a como um fato histórico. A apreensão das contradições postas no cenário contemporâneo considerando a teoria Mendeliana de que a evolução expansiva do mercado de capitais, (inclusive no pós-guerra), deve-se menos a expansão geográfica e mais as transformações tecnológicas realizadas impositivamente em distintas épocas.

1.2 O CAPITAL: A CULTURA DE CRISE E AS AMBIÇÕES MONOPOLICAS

Percebemos ao longo dessa abordagem que, na fase atual de expansão do sistema capitalista, utiliza-se de todos os mecanismos, para continuar o processo

de acumulação constante e a maximização de sua lucratividade, ademais esse movimento estrutural demandará: a) A apropriação privada dos recursos naturais e minerais b) A apropriação privada dos fatores de produção como terra, ar, água, sol, em fim o domínio dos territórios com suas potencialidades para reprodução ampliada dos capitais. c) A destruição dos mecanismos institucionais que atuam como empecilho a estratégia hegemônica do próprio capital, entre elas a legislações trabalhistas, buscando precarizar as relações sociais de trabalho. d) O domínio completo do conjunto dos serviços e das políticas públicas pelo setor privado. e) A imposição de uma nova institucionalidade parcial aos interesses do capital, visando controlar todas as possibilidades de reprodução do capital.

É neste contexto de destruição criativa da terra e do território indenitário que se consolida teleológicamente a “concepção alienada” dos sujeitos, configurando-se como um fenômeno sociológico. A referida anomalia é auto reproduzida na prática social cotidiana dos sujeitos, materializada na construção dos projetos societários. Essa concepção processual é plasmada culturalmente a traves do pensamento colonizado, subordinado historicamente aos interesses (espúrios, alheios) às necessidades reais da classe em que pertencemos e do território que defendemos.

A referida movimentação que “aliena os sujeitos de sua territorialidade cultural”, impondo exogenamente aos mesmos, idealizar a sociedade do futuro a partir de uma imagem distorcida do real, concepção essa

hegemônica na contemporaneidade, figurando-se como descompromissada e submissa a insanidade insaciável do capital.

> A atividade de acordo com uma meta é uma atividade teleológica, é aquela que passa por uma antecipação do resultado visando na consciência do sujeito o que pretende alcançá-la, sem essa experiência que lhe permita figurar seu téllos, (o ponto onde quer chegar), o sujeito humano não seria sujeito, ficariam sujeitados a uma força superior a sua, e permaneceria tão completamente preso a uma dinâmica objetiva como uma folha seca levada por um rio caudaloso (KONDER, 1992, p.106).

No caso brasileiro, os proprietários dos meios de produção dominam a classe trabalhadora a partir da exploração primária, como processo de transformação descompromissado da natureza. Levando inevitavelmente o sujeito ao empobrecimento cultural comprometendo seu futuro como sujeito sócio histórico. O agronegócio como modelo de exploração agrícola ancora-se primordialmente na espoliação ilimitada dos recursos naturais. Que, subordinado às demandas do mercado internacional objetivando o domínio irrestrito da biotecnologia a partir do direcionamento das leis de cultivares hegemonizada pelos proprietários dos meios de produção. Desta forma:

> O modo de produção capitalista, correspondente aos interesses da burguesia vitoriosa, levou a competição ao extremo: como generalização da produção para o mercado e, com a expansão

> vertiginosa da circulação do dinheiro, a dimensão comunitária da vida passou a ser uma destruição sistemática, implacável, sem precedentes (KONDER, 1992, p.111).

O resultado dessa fase do desenvolvimento capitalista enseja a padronização dos procedimentos, em relação à produtividade do capital, operando em escala global sustentada pela chamada liquides do capital financeiro. Direcionado para uma maior lucratividade, configurando-se, como marco importante da contemporaneidade do desenvolvimento capitalista, daí a precariedade dos serviços públicos expressados pelos baixos investimentos no capital produtivo em detrimento do capital financeiro.

Nesta fase de subordinação das instituições Estatais aos ditames do capital financeiro, a supressão da intervenção "Público Estatal", na disciplinaridade do capital assume papel de vanguarda impondo institucionalmente o abandono da condição de mediador dos conflitos sociais entre capital e trabalho. Esse movimento materializa-se em detrimento da incorporação do papel de interlocutor "mor" para reprodução ampliada do capital.

Objetivando do ponto de vista econômico, a maximização de sua lucratividade, tendo como suporte institucional a flexibilizando dos direitos trabalhistas, imposto através da modificação das leis, que atuam como empecilho a estratégia teleológica do sistema capitalista hegemônico na atualidade. Segundo Leandro Konder (1992, p.123), "o sujeito só pode se libertar das

armadilhas de uma continuidade hipostasiada se assumir uma postura critico pratica que lhe permite identificar as rupturas necessárias, e ajudá-las a se concretizar".

A supressão dessa postura alienada dos sujeitos precede a percepção das contrações inerentes e direcionados do próprio sistema capitalista. Quando o povo abdica o intento de construir uma nação verdadeiramente autônoma, pelas imposições exógenas, autotransforma-se em sujeitados de sua própria história. Um sujeito que abre mão de construir-se como sujeito sócio histórico, configura-se como um ser alienado por sua própria natureza. A supressão dessa anomalia precede a adoção de uma postura crítica na prática cotidiana de seu fazer-se, como sujeito reconstruindo sua autonomia decisória como sujeito de transformação, buscando a supressão das amarras que o prende.

> {...} Ó miserável aborto dos princípios revolucionários da burguesia! Ó lúgubre presente do seu deus progresso! Os filantropos proclamam benfeitores da humanidade aqueles que, para se enriquecerem na ociosidade, dão trabalho aos pobres; mais valia semear a peste ou envenenar as fontes, do que erguer uma fábrica no meio de uma povoação rústica. Introduziram o trabalho da fábrica, Adeus a alegria, saúde, liberdade; Adeus a tudo que fez a vida bela e digna a ser vivida. {...} (LAFARGUE,1999, p.19)

Vivemos uma fase em que os trabalhadores estão em constante atrito disputando qualquer "lugar ao sol" ou seja, na fase de trabalho precarizado e, a existência

de um exército de reserva gigantesco e em ascensão, expressa-se através de precarização do trabalho e dos serviços públicos em sua totalidade.

A expressão desta questão social conduz inevitavelmente o sujeito a uma situação de escravidão imposta pelo quadro atual das desigualdades sociais, quanto mais precarização do trabalho, maior é o volume de trabalho dispensado para sua sobrevivência sem o mínimo de garantias sociais, a dignidade presente no trabalho descrita por Marx deu lugar a escravidão moderna literalmente desprovida de humanidade.

É nesse abismo social que a classe trabalhadora está submetida, ou seja, tem consciência do sistema, o quão escravizador o é, porém, a lógica fetichista a impede de adotar uma postura de negação quanto à penosidade do trabalho, quanto mais evolução tecnológica, mais distante das necessidades humanas, quanto mais degradada socioculturalmente é que o sujeito, mais sujeitado se torna. Este, tem consciência da gravidade das relações sociais de produção, mais não luta para suprimi-las, ao contrário, integra-se a ela para satisfazer suas necessidades humanas, por sua dependência física.

Segundo Baktin (1997), o pensamento não existe fora de sua expressão potencial e, por consequências, fora da orientação social desta expressão e do próprio pensamento. Na contemporaneidade, o maior desafio de nossa geração é suprimir o pensamento colonizado, universalizando nossas potencialidades, tanto do ponto de vista cultural quanto do ponto de vista econômico.

A supressão dessa anomalia fenomênica, (pensamento colonizado), através da potenciação da unidade linguística, orientando à para construção de um projeto societário. Compromisso com a autonomia decisória dos povos. Pensamentos sem materialidades são apenas pensamentos, pensamentos que refletem os movimentos reais da sociedade configuram-se como instrumento reflexivo das contradições e balizadores de uma nova ordem social.

Como vimos em Baktin (1997), a palavra veicula de maneira privilegiada, a ideologia; a ideologia é uma superestrutura, as transformações sociais da base refletem-se na ideologia e, portanto, na língua que veicula. A palavra serve como "indicador" das mudanças. (grifo nosso). Assim, as expressões linguísticas cotidianas de uma determinada sociedade refletem o grau de apreensão de experienciação e das contradições postas pelo seu povo. Refletindo ainda o nível de consciência social em cada fase de enfrentamento das contradições postas.

Ademais, as expressões linguísticas cotidianas evidenciam o grau de incidência endógena e exógena à estrutura cultural e estratégica da linguagem como instrumento de incidência endógena e exógena à estrutura cultural e estratégica da linguagem como instrumento de transformação. Acentuando geopoliticamente a centralidade das contradições em cada território temático em disputa. Por isso:

> A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo

> de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma nova forma ideológica. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais intensas, mais efêmeras das mudanças sociais. (BAHKTIN,1997, p,46).

Para o referido autor, as fases linguísticas expressão duas dimensões complementares, uma mais intensa e outra mais efêmera, a depender do "cenário cultural" de cada época. Neste período, a dimensão caracterizada como efêmera se sobressai por sua predominância, em um cenário em que as conquistas sócioestruturais, dão espaço as lutas pela sobrevivência como espécie. As palavras de um modo geral em nossa sociedade estão desfiguradas socialmente e desprovidas de ambições, subversões e mudanças. Assim, as palavras nada mais são do que abstrações vazias de conteúdos e significados, apenas legitimam a ordem social posta sem força acumulada para andar contra a ordem burguesa predominante.

Assim, classes sociais diferentes servem-se de uma só e mesma língua, consequentemente, em todo o signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditório (BAKTIM, 1997). O autor chama a atenção neste ponto para questões relacionadas com unidade de classe, é salutar a divergência quanto aos valores e os caminhos para sua materialidade. Ademais, quanto ao signo ideológico seremos partidários, de orientações estratégicas distintas, o cenário contemporâneo oferece-nos, os mesmos e únicos dados, é na forma de recepção e direcionamento proposto que nos distinguimos. De um lado, nos desafia a suprimir os interesses

corporativos primando pela universalidade dos valores que defendemos coletivamente, de outro nos impulsiona a defender a manutenção contraria a possíveis rupturas.

Esse antagonismo “simplório” é hospedeiro da disputa ideológica de hegemonia, expressado pela necessária unidade linguística, preponderante para o conjunto da classe trabalhadora em sua totalidade. Unidade linguística aqui vista como um conjunto de valores convergentes e orientados na direção de um horizonte comum considerando a diversidade de culturas e práticas sociais historicamente construída e valoradas.

1.3 A ECONOMIA, A LUTA DE CLASSES E AS ONDAS LONGAS EXPANSIVAS E DEPRESSIVAS NO ESTADO DO PIAUÍ

A inconformidade da classe trabalhadora com o desenvolvimento tardio das forças produtivas no território piauiense, as consequências do fenômeno da atrofia no processo de evolução tecnológica, a aproximação filosófica com a terminologia e o capitalismo tardio utilizada por Ernesto Mandel 1985, caracteriza a lenta evolução da tecnologia e das forças produtivas nos países subdesenvolvidos.

O desenvolvimento tardio da economia como sistema de acumulação capitalista no Piauí não acompanhou a marcha lenta e deletéria da economia brasileira. Resignando-nos a conviver histórica e contemporaneamente com modelos atrofiados social tecnológica e culturalmente.

A natureza estacionária da economia piauiense deve-se a fatores historicamente determinados. A adoção de processos de exploração das cadeias produtivas, sequenciadamente uma após a outra, abdicando da exploração das potencialidades como totalidade. A formação econômica do Piauí pode ser separada em quatro grandes períodos considerando suas particularidades históricas.

A primeira fase caracterizada como o período de ocupação inicial de nosso território demarca também a gênese da institucionalidade governamental (democracia). Materializada inicialmente na implementação do primeiro governo do Piauí e caraterizada hegemonicamente pela pecuária extensiva. Elevando nossa sociedade ao patamar de maior produtor do gênero em toda região nordeste, mantendo-se nesta posição de 1676 a 1759. Período da concessão das primeiras sesmarias desencadeando assim um intenso processo de espoliação dos povos originários, e ocupação econômica de nosso território.

O segundo período da formação econômica da sociedade piauiense caracteriza-se pela transferência da capital da província até então localizada em Oeiras para Teresina. Objetivando o melhor posicionamento da institucionalidade burocrática Estatal na coordenação do processo de formação geoeconômica, perdurando de 1759 a 1852.

A terceira fase na consolidação desse processo fundamentou-se não mais na pecuária e sim na navegação a vapor utilizando como fator preponderante o Rio Parnaíba. O extrativismo vegetal, caracterizado

pela exploração da borracha da maniçoba e a cera de carnaúba, predominando do final do século XIX a meados do século XX[10]. O esforço em questão é parte da estratégia de atendimento às demandas do comércio exterior, provocadas pelas exigências materiais, do modelo fordista de produção em massa, viabilizando o escoamento da produtividade através do porto de Parnaíba ao longo de 1852 a 1970.

A supressão da unifatorialidade das crises cíclicas da economia. Evidenciando um conjunto diverso de anomalias comprometendo o sistema econômico, no transcurso do século XIX. Sua integração a economia nacional ocorrerá somente na segunda metade do XX, entrando na rota de colisão estrutural com as transformações tecnológicas.

> A seca de 1915, a perda do comércio de gado com o Pará e Caiena Francesa, a queda dos preços da borracha e doutros produtos como decorrência da guerra de 1914, a suspensão de quase todos os serviços federais, ficando apenas os órgãos arrecadadores da União, tudo ocorre concomitantemente como verdadeira rotura do progresso da terra. Na sequência;

10 Antes de 1930, a burguesia agraria, associada à comercial e financeira, controlava o poder político. Sob a aparência formal da democracia representativa, vigorava um regime de tipo oligárquico, no qual os negócios de Estado eram conduzidos os interesses daquelas burguesias. Desde 1930, no entanto, a composição de classe no poder começou a alterar-se. Surgiu nessa época uma aliança de classes sociais urbanas, na qual aquelas burguesias eram parte de um todo que se encontrava em franca diferenciação interna. Pouco a pouco, a burguesia industrial (combinando grupos e capitais nacionais e estrangeiros) pôde impor-se às outras classes. E desde 1964 é indiscutível a sua hegemonia e o comando nos assuntos de Estado, nas relações de produção e na difusão da cultura a todas as classes. (IANE.1989, p.19)

> nas festas comemorativas do centenário da independência há um surto de progresso por toda a parte, especialmente sob o aspecto educacional. Os municípios reúnem-se em congresso e debatem os problemas do ensino, saneamento, agricultura, pecuária, vias de comunicação, uniformidade de posturas, regime tributário. Foi grande passo para integração da hinterlândia piauiense a civilização brasileira. Instituições culturais, como a academia piauiense de letras, o Instituto Geográfico e histórico Piauiense associa-se aos festejos e fazem publicações. (NUNES, 2001, p.93).

Com o estabelecimento das bases fundamentais da economia do estado do Piauí, sustentadas pela navegação, hidroelétricas e transferências de capitais. Salientamos alguns dos fatos determinantes materializados à época. a) Inauguração da barragem de boa esperança em 1970, b) Instalação da Universidade Federal do Piauí em 1971. c) A ocupação econômica do território piauiense, historicamente conduzido exclusivamente pela criação de gado. d) As lutas pela interdependência do governo com o setor privado na exploração das cadeias produtivas. Predominante em grande medida até nossos dias; tendo na pecuária o setor mais pujante de nossa economia, sendo que a mesma é responsável pela implementação de um modelo de produção tecnologicamente atrofiado.

Interpretar a realidade piauiense na perspectiva da teoria Mendeliana nos permite caracterizar a primeira onda longa expansiva materializada pelo ciclo industrial agroexportador. Que impulsionado pelo escoamento

da produção via porto de Parnaíba, teve seu ápice de meados do século XIX, ultrapassando o período das grandes contradições da Segunda Guerra Mundial.

A mudança da capital de Oeiras para Teresina ocorreu em um cenário de avanços tecnológicos significativos, materializado pelas embarcações a vapor e a abertura do mercado externo, proporcionando ao Piauí crescimento econômico por um longo período. Esta evolução econômica constante aconteceu durante toda a segunda metade do século XIX. A referida onda longa expansiva piauiense, é impulsionada por fatores exógenos favoráveis, o aumento na demanda internacional por produtos derivados da borracha da maniçoba e da cera de carnaúba. Do ponto de vista endógeno, esse processo é ancorado pelas crescentes demandas do mercado interno relacionado a pecuária.

> Teresina, com as características de cidade do sertão colonial, começa a melhorar com o abastecimento de água e luz. A empresa fluvial Piauiense leva seus barcos de Tutoia S. Filomena, e a flotinha mercante do Parnaíba já se eleva a 20 a vapores. Telégrafo, vias férreas, estradas de rodagem constituem tópicos de mensagens, relatórios e discursos parlamentares. (NUNES, 2001, p, 93)

No cenário econômico brasileiro, a partir de 1840, vivenciamos um longo período de progresso com obras de infraestruturas como as ferrovias, as linhas de telégrafos, e a consolidação do mercado internacional com a exportação o café. Ademais, o referido período é caracterizado pelo desencadeamento da imigração europeia para o Brasil. A onda longa expansiva brasileira,

materializa-se principalmente do ponto de vista da técnica. Esta fase de expansão econômica, ocorre em um cenário, sem grande turbulência tanto na politicas quanto na economia, apesar da guerra do Paraguai.

Ao tempo em que o mundo experimenta profundas mudanças do ponto de vista das técnicas com Revolução Industrial inglesa. Ao tempo em que a Europa e os Estados Unidos vivenciam a ocorrência de grandes eventos não menos importantes. É neste cenário que o Piauí está inserido almejando beneficiar-se com as transformações em curso. Mais tarde, os impactos desse processo alcançam o Piauí. De acordo com o senso comum, o desenvolvimento econômico tardio deve-se ao isolamento geográfico, que dificultam o escoamento da produtividade.

A insignificância política e econômica do Piauí é superada por sua inserção no mercado nacional e internacional, como exportador de matéria-prima. Nosso pioneirismo no extrativismo vegetal, desempenhando um papel fundamental na formação econômica do Piauí até o final da década de 1940. A superação econômica do extrativismo vegetal só ocorre com a supremacia da produção agrícola. Desse modo, somente no final da Segunda Guerra, o comércio exterior e a própria economia piauiense entram em decadência e com ela toda economia, a decadência configura-se como característica fundante das ondas longas depressivas perdurando até meados de 1970.

A objetivação da inconformidade coletiva dos piauienses, está relacionada ao descompasso rítmico e ou retardo no impacto das políticas governamentais

ao nosso território. Daí nosso esforço em caracterizá-la como capitalismo tardio e ou economia pré-capitalista, tal concepção externaliza nosso recorrente estranhamento processual.

O caso da navegação a vapor ter chegado ao Piauí somente cinquenta anos após a construção da primeira embarcação na Inglaterra, e quarenta anos após a primeira embarcação entrar em funcionamento no território brasileiro. A chegada da primeira linha de telégrafo, ligando Teresina a São Luís só começou a funcionar em 1884, trinta anos depois da chegada ao Brasil e 40 anos da primeira linha de telégrafo dos Estados Unidos.

A primeira usina elétrica de Teresina foi concluída em 1914, trinta e um ano depois de seu primeiro serviço municipal ter sido implantado no Brasil, em Niterói Rio de Janeiro, aproximadamente 35 anos após o patenteamento do próprio invento. A ferrovia Teresina a São Luís do Maranhão que foi concluída somente em 1921. Após sessenta e sete anos da primeira ferrovia implantada no Brasil e noventa anos após a primeira ferrovia implantada na Inglaterra. Na área do ensino superior, a instalação da primeira escola superior do Estado do Piauí, a faculdade de direito, ocorre somente em 1931, ou seja, 104 anos após a criação dos cursos jurídicos do Recife e São Paulo, o caso também da Universidade Federal do Piauí implantada somente em 1971, cinquenta e um ano depois da criação da primeira universidade brasileira.

Do ponto de vista econômico como explicar a implantação da usina de boa esperança somente em 1970, ou seja, somente 15 anos depois da inauguração

da primeira turbina da usina de Paulo Afonso no rio são Francisco. Por fim cabe enfatizarmos o longo período de estagnação econômica. Parafraseando Mandel, a sociedade piauiense vivenciou as consequências de uma onda longa estacionaria e ou depressiva, durante toda segunda metade do século XVIII, a toda primeira metade do século XIX.

Essa conjuntura depressiva da economia piauiense só retomará o processo de crescimento durante a segunda metade do século XIX. A partir da introdução da cultura do algodão demandada pelo mercado inglês, desencadeado pela crise de produtividade dos Estados Unidos da América[11]. Entretanto apesar de importante o referido mercado mostrou-se profundamente insustentável. A referida cultura figurou como a principal cadeia produtiva em desenvolvimento, apesar do curto espaço de tempo. Entretanto a baixa lucratividade derivada de um modelo tecnológico atrofiado conduziu a nascente economia a decadência brutal.

Analisar a sociedade piauiense de acordo com a lente Mendeliana, percebemos que a mesma não se aplica em sua totalidade. Historicamente a evolução econômica

11 A verdade é que o ano de 1945 é um entre outros momentos importantes na história das rupturas estruturais, internas e externas, havidas no Brasil ao longo dos anos 1914-18 a 1964-68. É no curso dessas décadas que: Aprofundam-se na sociedade brasileira as contradições econômicas, sociais e políticas geradas no interior da economia primaria exportadora; entra em crise o poder oligárquico, fundamentalmente apoiado na cafeicultura de exportação; expande-se a produção industrial, principalmente com a entrada de capital e tecnologia estrangeiros; e instaura-se o predomínio da burguesia surgida com a expansão do capital industrial. (IANE. 1989, p.13)

e revolução tecnológica ocorreu de forma desvinculada de nossa realidade. As técnicas, alcançadas e absorvidas pelos piauienses foram seletivas, verticalizadas e excludentes, impedindo a elevação horizontal e equitativa da materialidade social derivada dos possíveis avanços da técnica.

Como sabemos para um seguimento importante dos cientistas econômicos nos períodos de crises e recessão prevalecem a racionalização dos investimentos, ensejando necessariamente corte de gastos públicos, (leia-se cortes com gastos salariais). A terceirização das políticas públicas, caracterizam um cenário de onda longa estacionaria. Segundo Neves (2005 apud Oliveira, 2001, p.177). Em a nova pedagogia da hegemonia. Fazendo jus a esses acordos, eram necessários cortes nos gastos públicos, de modo a gerar receitas para amortização de juros de uma dívida que, ao invés de ser "externa", tornava-se "eterna". Sob um eufemismo de arrocho, ou de receita amarga de crescimento, assistiu-se ao crescente aumento da pobreza e da desigualdade.

Contrariando as fases de ondas longas expansivas, intensificando as inovações técnicas mais radicalizadas e promovendo grandes transformações tecnológicas, a sustentabilidade da economia do Piauí foi historicamente dependente de fatores exógenos à sua capacidade produtiva, ensejando mudanças tecnológicas constantes que contribuíram para a formação de oligarquias agrárias e políticas regionais, em sua maioria, detentoras dos meios de produção historicamente veiculados e a serviços dos projetos de dominação.

Torna-se assim importante, no horizonte contemporâneo, o debate sufocado historicamente, pela urgência gananciosa das oligarquias piauienses. Retomar a luta na defesa de um quadro social inversamente transformado. Atualmente hegemonizado por um modo de produção submisso e dependente das transformações tecnológicas e estruturais constantes.

Segundo Vieira, a sociedade piauiense perdeu a capacidade institucional, quanto as objetivações futuras, como sociedade e como povo. Ao abdicar dessa capacidade, delega aos agentes externos, o desafio de pensar e construir a estrutura produtiva contemporânea. Além do mais historicamente avaliamos nossa política econômica pelo grau de copiosidade efetivada em relação ao modelo de produção dos países de origem dos nossos colonizadores; (Países desenvolvidos considerados de 1º mundo), absolvendo acriticamente suas concepções. Mesmo que o resultado dessa incorporação tenha significado, um açodamento ao desenvolvimento de nossas capacidades e potencialidades. Subordinando-nos precocemente ao sistema internacional do capital, mesmo que a previsibilidade resultante custasse-nos a desintegração cultural como povo. (VIEIRA, 2006, p.32)

Foram essas imposições do Estado burguês que impediram a entrada de nosso território na rota de colisão do desenvolvimento das forças produtivas[12]. Ao menos

12 Segundo Vieira(2003)A centralização contemporânea dos capitais, impõe aos piauienses, um cenário extremamente complexo quanto a concentração do poder tecnológico, tanto na esfera Militar quanto na esfera econômica da produtividade com seus impactos na sociabilidade. A atual fase orienta-se por um conjunto de normas subordinadas a organização internacional do trabalho (OIT), que

na mesma dimensão e periodicidade alcançada pelas demais regiões brasileiras, condicionados e acomodados com alegações de fragilidades no escoamento da produtividade. Assim sendo a formação econômica da sociedade piauiense quando comparada ao modo de produção capitalista europeu, sustentado pelo modo de produção feudal, sobressai nossas particularidades.

No que pese sua fundamentação no sistema de produção colonial escravista, materializado historicamente através da acumulação originaria de capital,tendo como condição "primaria precedente", o processo de acumulação da mais valia, ensejando um quadro social profundamente transformado. De maneira a impor aos sujeitos sociais à incorporação progressiva aos valores e interesses espúrios à acumulação originaria do capital, sob a hegemonia das forças exógenas, às cultural, historicamente construída, bem como as imposições ensejadas pelas, crises cíclicas do capital que, sobressaem entre ondas longas expansivas e depressivas.

---

intensificara a exploração da classe trabalhadora em sua totalidade, consequentemente haverá aumento significativo nos conflitos capital e trabalho na busca da maximização da lucratividade.A organização mundial do comércio (OMC), (guardiã dos direitos dos interesses das empresas transnacionais), prevê que qualquer ameaça aos supostos direitos de propriedades, promovido pelos países não produtores de tecnologias, estão sujeitos a sanções, com restrições comerciais desencadeados pelos centros hegemônicos de poder. O referido movimento faz parte da lógica da chamada concentração do poder: Econômico, Político, Militar e ideológico dominante.

Enfatizamos neste contexto o fato de que o poder no período colonial sempre esteve associado à propriedade privada da terra como fator de produção preponderante precedente ao prestígio político junto à classe dominante. Portanto, a condição econômica de poder oligárquico determinou em todas as épocas, a forma e o grau de exploração da classe trabalhadora e dos recursos naturais disponíveis por elas imposto. É neste contexto de imposição política, econômico, social e cultural que se constrói o modelo de exploração de nossas potencialidades, pensado de fora para dentro e voltado para fora, é nessa vereda sociológica que se materializa a formação societária do piauienses.

> O capital se sente atraído para as regiões com melhor infraestrutura de transporte e de comunicações, com melhores serviços públicos, inclusive de segurança com mão de obra mais treinada e qualificada, com nível de renda e capacidade de consumo mais elevados, e que sejam, mais estáveis politicamente. Por outro lado um processo de "evasão de cérebros" faz com que a mão de obra altamente qualificada seja atraída para essas mesmas regiões, enquanto os trabalhadores não-qualificados, porém mais moveis e com mais iniciativa das áreas mais atrasadas, também sejam atraídos para aquelas regiões que detêm características favoráveis (GUIMARÃES,1999, p.59).

A dependência dessa prática e dessa cultura leva inevitavelmente o sujeito a estranhar-se com sua própria natureza. Tornando-se escravo de uma entidade dominada e, alimentada pela exploração de sua primeira

natureza, ou seja, o fetiche da mercadoria que passa a dominar seus atos socioculturais e, sua mentalidade como sujeitos acríticos e alienados socialmente.

CAPÍTULO 2

A FORMAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO PIAUI: UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-CRÍTICA

"As ideias da classe dominante são em todas as épocas as ideias dominantes".

Karl Marx

A reflexão nesta vereda se dirige às opções metodológicas para a produção do conhecimento, resultado da problematização do concreto pensado. Optamos, no processo de elucidação e apreensão do conhecimento da realidade social piauiense; por problematizar os caminhos e os resultados alcançado processualmente no tortuoso processo de formação de nosso povo. Alfredo Bosi (1992) discute a singularidade da reprodução social que emana do cenário cultural socialmente produzido e vivenciado pelos sujeitos sociais. Nossa primeira incursão na direção da produção problematizada do conhecimento teve como ponte de

partida o desvelamento e incorporação ideológica dos elementos fundante de nossa cultura como elemento da totalidade social concreta, como premissa estrutural de transformação.

O intento singular materializou-se em um artigo intitulado "Elementos da formação cultural do povo piauiense", em uma parceria do MST, através da Escola Nacional Florestam Fernandes (ENFF) e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) como exigência acadêmica do curso. Retomado posteriormente em outro projeto novamente materializado através de uma parceria da ENFF e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com o Curso Teorias Sociais e Produção do Conhecimento desde um Artigo, intitulado de "A natureza contemporânea do desenvolvimento capitalista no campo piauiense", na oportunidade, abordamos os impactos da chamada agricultura moderna em solo piauiense.

Os artigos mencionados foram fundamentais para a compreensão das causas das desigualdades sócio-fundiária na região meio norte do brasil. Descobrimos que as consequências sociais dessas privações historicamente enfrentadas pelos piauienses, têm origem na propriedade ou, na ausência dela. O poder, econômico e político, esteve em todas as épocas, afetos, a essa lógica da dominação social imposta através da exploração do trabalho e da apropriação dos meios de produção. Assim, convidamos desinteressadamente aos leitores, para o desbravamento desse território, com a ciência ontológica dos fatores históricos sequenciados desde então.

Entendemos o sujeito camponês enquanto produto de seu tempo, sujeito de sua própria história[1]. Para tanto, precede-nos a compreensão das particularidades da gênese econômica de sua formação ocorrida no desenvolvimento das relações sociais de trabalho, a constituição dessa categoria no âmbito da evolução do sistema capitalista em sua totalidade. Pensar esse sujeito enquanto classe social, presente em todas as épocas, assume função capital nessa incursão teórico-metodológica, incorporando aqui a centralidade da produção e reprodução social como categoria.

A referida abordagem objetiva desvelar a gênese da formação do campesinato como categoria social. Para tal, seguiremos as veredas do confronto entre as demandas sociais e a confrontação histórica da estrutura da propriedade fundiária piauiense, desafiando-nos a contemporaneizar criticamente as contradições. A realização desse intento materializar-se-á de acordo com análise documental e bibliográfica com víeis qualitativo.

Compreender o fenômeno camponês considerando apenas sua resiliência como categoria não nos permite interpretá- lo em sua totalidade; desafiando-nos a elucidar esse fato sociológico no campo da: história, da cultura, da economia e na questão social em sua complexidade. Nesse percurso nos

1 Segundo a literatura marxista sujeito histórico, é considerado aquele considerado parte integrante na construção de sua própria história como classe trabalhadora, ou seja, ser sujeito é ser ator integrante ativo e atuante nesse processo de construção, o que inclui a luta contra a sujeição como classe aos ditames do sistema dominante.

somamos a um conjunto de pensadores que discutem questões metodológicas imprescindíveis para o desvelar progressivo da realidade em questão.

A conclusão primária a que chegamos foi da impossibilidade de elucidação da gênese estrutural dessa categoria como classe trabalhadora, separando-a, das dimensões acima relacionas. Os pensadores clássicos nos auxiliam na compreensão filosófica do campesinato como um produto da sociedade capitalista, resultante das metamorfoses orgânicas ao próprio capital como sistema, ocorridas, no contexto dos diferentes modelos de organização societária e, nelas o papel desempenhado pelos sujeitos do campo.

A escolha do território temático da pesquisa em questão, foi sendo lapidada ao longo de vivências com a classe trabalhadora piauiense e, é importante compreendermos que a definição do objeto da pesquisa configura-se como a espinha dorsal de todo e qualquer empreendimento literário filosófico, sendo necessário "um olhar desapaixonado e desinteressado" para não comprometer a pesquisa na definição dos objetivos e na coleta de dados.

Quando as preferências ideológicas sobressaem, a antecipação dos resultados se sobrepõem e a pesquisa é suprimida por inanição. Ou seja, abraça aquele objeto para pesquisar porque acha que já conhece e, portanto vislumbra teleológicamente os resultados. Isso significa dilacerar a pesquisa em seu nascedouro. Entedemos, a complexidade do ato de escolher o objeto de pesquisa, o que? e o porquê? pesquisar é meio caminho andado, pois, "escolha sem razão é resultado sem imersão".

Em nosso caso particular, a escolha foi uma construção histórica, através da militância coletiva no intuito de conhecer para transformar, na conspiração contra o latifúndio que nasceu a real necessidade da pesquisa. Dessa maneira, nos dedicamosà pesquisa para conhecimento da realidade sempre objetivando qualificar a intervenção cotidiana como lutador social. As fontes documentais foram e continuam sendo fruto de intensa busca pelo conhecimento produzido ao longo da formação de nossa sociedade.

As palestras, os debates, os seminários, as bibliotecas e os arquivos públicos foram vistos como acervos portentosos sobre todas as dimensões, em nosso caso específico, como a referência social que possuímos, construímos uma relação de amizade e respeitabilidade com muitos pesquisadores.

Assim, apresentamos na sequência um quadro parcial dos autores e temas pesquisados retratando diferentes épocas alcançadas pela nossa pesquisa no Quadro 1.

Quadro 1- Quadro de documentos utilizados

Piauí:Agricultura e Desenvolvimento.	Wiliam Jorge Bandeira, técnico da fundação Cepro. Janeiro a Agosto de 1978.	Carta,CEPRO, Teresina, PI. V.5, n.º, 1 e 2. P, 1 a 17. Janeiro a Agosto.1978	Quandona oportunidade retrata o gradual mais lento desenvolvimento da agricultura, seja, como agricultura de subsistência ou na inserção mercadológica, que só ganha notoriedade a partir da década de 1970.
Padrão Tecnológico da Agricultura brasileira:	Elaborado por; Dirceu Murilo Pessoa.	Carta,CEPRO, Teresina, PI. V.5, n.º, 1 e 2. P, 18 a 38. Janeiro a Agosto.1978)	O referido autor retrata nesse artigo, as bases tecnológicas, sobre asquais a agricultura se desenvolve, hegemonizada por técnicas e práticas rudimentares.
Ademanda brasileira de Importações,de Produtos Agropecuário.	Elaborado por: Alfredo Dantas Landim.	Carta,CEPRO, Teresina, PI. V.5, n.º, 1 e 2. P, 39 a 48. Janeiro a Agosto.1978.	Esse artigo trata da inserção proativa da economia piauiense no mercado regional e nacional.
PDRI: Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do vale do rio Parnaíba.	Elaborad o por; Felipe Mendes de Oliveira técnico da fundação CEPRO,	CARTA CEPRO. Ed. Fundação Cepro. Teresina-Piauí, Vol. 6, nº 2, P, 4 a 8, Julho a Dezembro de 1980.	Esse documento, busca elucidar os intentos governamentaisna evolução das forças produtivas,na exploração das potencialidades hídricas de nosso território.
Aestrutura Fundiária e a Produção Agrícola Piauiense.	Documento elaborado por Wiliam Jorge Bandeira, técnico da Fundação CEPRO.	CARTA CEPRO. Ed. Fundação Cepro. Teresina-Piauí, Vol. 6, nº 2, P, 29 a 44, Julho a Dezembro de 1980.	O esforço materializado nesse artigo demonstra o graude concentração de estrutura fundiária e seu processamento em nosso estado.

Secas no Piauí ontem e hoje.	Trabalho elaborado pelo historiador Geraldo Almeida Borges, Técnico da Fundação CEPRO.	CartaCEPRO. Teresina v.6 n.2 p. 45-51. Julho/dezembro 1980.	No caso especifico desse doc. A finalidade é revelar o quão dramático sãoasconsequências, desse fenômeno em todas as épocas e fasesdenossa evolução,socioeconômicae política.
Perspectiva do desenvolvimento econômico para o Piauí:	Trabalho elaborado pelo economista, Antônio de Pádua Silva dos Santos, Técnico da fundação CEPRO.	Carta CEPRO. Teresina v.6 n.2 p. 29 a 44-. Julho/dezembro 1980.	Nesse atrigo o autor trata dos limites e possibilidades, de superação da condição de subdesenvolvimento da economia piauiense. Tomando por base a exploração de nossas potencialidades, naturais, minerais e hídricas.
A pequena produção Rural No estado do Piauí:	Artigo elaborado pelo economista Jonas Rocha, Pesquisador da fundação CEPRO.	Carta,CEPRO, Teresina, Piauí, v,9 n.1, p. 5 a 18, julho/dezembro de 1983.	Jonas Rocha, enfatiza nesse artigo, a extrema concentração da propriedade da terra. Enfatizando que nosso destaque se expressa em toda região nordeste. Portanto segundo o autor, é esse fenômeno o principal responsável pelas desigualdades sociais no território piauiense.
Tensões Sociais na zona Rural piauiense.	Estudo realizado pelas economistas, Lucia Maria Said Adad e Maria da graça Ferreira Lima, Pesquisadoras da fundação CEPRO.	Carta,CEPRO, Teresina, Piauí, v,9 n.1, p. 19 a 30, julho/dezembro de 1983.	Nesse artigo as autoras destacam a permanência endêmica e resilhentes das tensões sociais no campo, em sua maioria, vinculados a disputa pela democratização da terra. Enfatizando o papel e as ações desempenhadas pelo Estado. Mais pela via judicial e menos pela intervenção econômica e social.

Piauí e a divisão regional do trabalho.	Trabalho realizado pelo economista Wiliam Jorge Bandeira, Pesquisador da Fundação CEPRO.	Carta CEPRO. Teresina V.9n.1 p.31a50 Julho/dezembro de 1993.	Nesse artigo o autor. Trata das fases evolutivas da economia piauiense, destacando as três principais; nessa ordem; A pecuária. A inserção na divisão internacional do trabalho, ancorada na produção extrativa vegetal, Maniçoba, carnaúba e babaçu. A integração do estado ao processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, fundado nas Culturas alimentares.
Desenvolvimento Agrícola e a Perspectiva do pequeno Capital:	Trabalho elaborado pelo geografo e economista, Francisco de Assis Veloso Filho. Professor do instituto de economia da UNICAMP.	Carta CEPRO, Teresina, v.18, n.1, p, 77 a 89, janeiro/junho.2000.	Aqui o destaque foi para os pequenos empreendimentos fomentados pelos programas governamentais. Embora o foco tenha sido os empreendimentos com potencial para o mercado externo.
Piauí:Uma construção de Europeus, Ameríndios e Africanos.	Trabalho escrito por, Tanya Maria Pires Brandão, Historiadora e Professora da UFPI.	Carta,CEPRO, Teresina Piaui. v.18, n.1, p. 90 a 98. Janeiro/junho-2000.	O destaque desse artigo, Está voltado para fomentar uma dimensão antropológica da participação dos povos de África e dos povos originários na construção genealógico do povo piauiense.
Notas Sobre A posse e o Uso da Terra no Piauí:	Trabalho elaborado pelo economista WILIAM Jorge Bandeira, Técnico da Fundação CEPRO.	Carta,CEPRO. Teresina-Piauí, v.1 n.1 p,29 a 56, Janeiro/Junho de 1981.	Igualmente nesse artigo se enfatiza a concentração fundiária em todas as épocas. E o quanto a mesma, interfere nas relações sociais e, na qualidade de vida dos piauiense na contemporaneidade.

Notas Sobre o Problema Alimentar no Piauí:	Artigo elaborado Pelo sociólogo Medico e Bioestatístico, Marcio Eduardo Zibecchi, técnico da fundação CEPRO.	Carta CEPRO. Teresina-Piauí, v.6 n.1 p,40 a 48, Janeiro/Junho.1990.	O referido artigo tratado problema alimentar vivenciado pela população piauiense ao longo de sua história; Considerando três dimensões fundamentais. O Processo de produção; A comercialização, (intermediação o atravessador) E o consumo. Estando as mesmas desorientadas socialmente,são em todas as épocas responsávei pelo caus social, por que passa os piauienses.
Organização da Produção Agropecuária Piauiense:	Estudo realizado pelo economista Wiliam Jorge Bandeira e Osvaldo de Carvalho Neves, Técnicos da fundação CEPRO.	Carta,CEPRO. Teresina-Piaui.V.8 n.2 p, 4 a 55, Julho a dezembro 1982.	Nesse artigo há um destaque para a produção camponesa, apesar de não expressar um modelo de produção camponesa clássico, uma vez que a relação de
			produção hegemônica,se materializa com o proprietário e muito raramente acessa o mercado.
Estrutura agrária do Piauí:	Estudo realizado pelo economista Wiliam Jorge Bandeira, Técnico da Fundação CEPRO.	Carta CEPRO. Teresina-Piaui. v.8 n.1 p,104 a 120 Janeiro a Junho de 1980.	Nesse artigo Jonas Rocha. Salienta que o principal objetivo da estrutura fundiária piauiense com sua endêmica concentração, se deve ao simbolismo institucional da possível abertura do mercado a partir da cultura do Algodão.

Fonte: PIAUÍ. Cartas CEPRO (1978 -2000).

Para compreendermos a formação da sociedade piauiense em sua totalidade, torna-se imprescindível considerar os elementos fundantes de nosso território bem como entender as características socioculturais e econômicas. O desenvolvimento "tardio e o descompassado de nossa economia" relacionados a outras unidades da federação. Por fim, buscamos desvelar os meandros da produção da agropecuária no contexto do extrativismo e os resquícios do modelo centrado na cultura e na aculturação imposta pelos coronéis.

A ocupação socioeconômica de nosso território continua a processar-se ativamente na contemporaneidade a exemplo da geopolítica nordestina. Sua base econômica foi originariamente formada por dois sistemas complementares, com características antagônicas. A pecuária ou criatório integra-se ao longo de sua evolução ao ciclo da cana-de-açúcar, do babaçu, da borracha da maniçoba e do algodão que perduraram durante todo o período da formação econômica de nossa sociedade, contrastando na atualidade pelas políticas hegemonizadas por interesses exógenos aos anseios de nossa sociedade[2].

2 A submissão aos interesses exógenos, significa dar primazia as imposições externas ao seu território no caso em questão, a submissão foi aos ditames da colonização, essa imposição foi traumática a tal ponto que a denominamos de aculturação imposta, o que significa a imposição de uma cultura sobre a outra. No caso do brasil as imposições tornaram-se culturais, uma vez que a mesma foi incorporada pelos piauienses, adotando assim o discurso da inviabilidade de nosso estadoe nosso país.

Os grandes pilares de irradiação evolutiva do sistema econômico em implantação, continuam a materializar-se na busca constante do mercado externo, desde meados do século XVII. Ao contrário do que foi durante a formação basilar da economia piauiense, à construção e a busca incessante dos mercados regionais como Bahia, Pernambuco as Minas Gerais dentre outros potencialmente mais promissor, Com algum acesso ao mercado externo, através principalmente da borracha da maniçoba, que no ápice da produção extrativa, chegou atingir duas mil toneladas em 1944 e1945 durante a 2ª Guerra Mundial.

Como sabemos, a carnaubeira é uma arbórea típica do nordeste brasileiro, ocorre em praticamente todos os estados nordestinos. Sua exploração econômica extrativa tem sido fundamental na garantia da reprodução social do campesinato piauiense. Como sua exploração materializa-se, no período denominado de entressafra e ou, sazonalidade do trabalho agrícola, acaba por assim dizer, cumprindo papel decisivo no complemento da rendo camponesa, para a garantia da subsistência dos sujeitos sociais do campo, apesar de sua exploração estar ancorada em relações de trabalho extremamente precarizado, beirando ao trabalho análogo a escravidão.

Segundo economista Wiliam Jorge Bandeira, Pesquisador da Fundação CEPRO, em pesquisa sobre a divisão regional do trabalho e seus impactos nas relações sociais de trabalho, Desvelando as três complementares pelas quais atravessou nossa economia para sua inserção na divisão nacional do trabalho. Caracterizando-a da seguinte maneira: a) A primeira

fase, aquela hegemonicamente dominada pela produção da pecuária, marcada pelo trabalho compulsório, isto é, o trabalho predominantemente escravista, (1680 a 1870). A segunda fase foi àquela ancorada na inserção do Piauí na divisão internacional do trabalho, impulsionada economicamente por atividades vinculadas ao extrativismo vegetal, com suas cadeias produtivas, sustentadas no longo prazo, onde as relações de trabalho já apresentavam caráter parcialmente monetizado com ares de civilidade, (1871 a 1970). O terceiro estágio dessa evolução teve início em 1950, fortemente influenciado pela crise da economia extrativa e impulsionado por maior integração interventiva do Estado no desenvolvimento do sistema capitalista em solos piauienses. Essa fase foi caracterizada predominantemente pelas culturas alimentares, comandada pelos pequenos produtores, parceiros, arrendatários, Posseiros e pequenos produtores proprietários e não proprietários, 1871-1950[3] (BANDEIRA, 1980).

3 PIAUI E A DIVISÃO REGIONAL DO TRABALHO: Trabalho realizado pelo economista Wiliam Jorge Bandeira, Pesquisador da Fundação CEPRO. Segundo o pesquisador o Piauí passou por três fases na sua inserção na divisão nacional do trabalho. Vale salientar que nenhuma dessas fases são estanques, elas continuam tendo importância na fase subsequente entretanto com menor importância no cenário internacional. A integração do Piauí a economia nacional continua a se processar ao longo do processo de formação econômica, provocando um conjunto importante de transformações socioeconômica. De maneira que: A) A década de 1950, foi marcado pela crise da economia extrativa e, uma maior integração de nosso território a economia nacional. B) A produção extrativa vegetal perdeu participação na formação da renda agropecuária, criando condições, para evolução da participação das lavouras agrícolas promovidas pelos pequenos agricultores. C) As demandas do comercio exterior perderam importância, com primazia ao comercio por "vias internas", isto é, através de rodovias, com crescimento ascendente

De modo semelhante, houve historicamente uma ligação importante desse processo por meio da produção da cera de carnaúba que se configurou historicamente como uma das cadeias produtivas com maior resiliência econômica, contando com a participação decisiva em todos os períodos da formação econômica do piaui.

Atualmente, o Piauí se configura como o principal responsável pelo fornecimento de 60% da cera de carnaúba utilizada em todos os continentes sendo uma arbórea típica do nordeste brasileiro, continua sua busca incessante para estabelecer-se no mercado internacional, com estrutura e desenvoltura adequada. Responsabilizando-se em todas as épocas, pela garantia das condições mínimas de sobrevivência de grandes contingentes dos trabalhadores piauienses.

---

para atender as demandas do mercado interno. D) As importações do sudeste aumentaram rapidamente nesse período, chegando atingir, 45% do total do valor importado no final da década de 1970, quando comparado às demandas do início de 1950, o crescimento evolutivo ultrapassou 10%; E) Transformando o território piauiense em uma unidade federativa tipicamente importadora de produtos mais sofisticados, com maior valor agregado do sudeste e, de bens primários e de baixa elaboração industrial do própria nordeste, participando do mercado apenas como exportador de algodão, cera de carnaúba couro e outros derivados. F) O processo de integração piauiense posterior a 1950. Elevando qualitativamente as relações inter-regionais, suprimindo as relações de troca predominantemente à época, criando as condições estruturais, para evolução das relações dominadas pelas técnicas, ou seja, relações intersetoriais e interindustriais, materializada pela complementaridade, no contexto do sistema produtivo que configurou-se predominante desde então; G) Apesar de que o comercio interestadual em 1970, continuou acumulando déficits, as exportações, representaram apenas 30% do total do valor importado, demonstrando a evasão constante dos recursos produzidos e arrecadados através dos Impostossobre Circulação de Mercadorias. Carta CEPRO. Teresina V.9 n.1 p.31 a 50 Julho/dezembro de 1993.

Sendo eles os beneficiários de sua exploração; agricultores, ribeirinhos, comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, salientamos ademais que exploração da carnaúba e seus derivados, ocorre para os agricultores na sazonalidade da produção agrícola, ou seja, na entre safra, e para os extrativistas no período da escassez, daí sua importância em todas as épocas. Exatamente pela demonstração de sustentabilidade ao longo da formação econômica do Piauí[4].

Sendo produzidos pela nova cartografia social, representada na Figura 1 a seguir,nosso território é portador da ocorrência de 27 milhões de hectares de babaçuais envolvendo os estados nordestinos e a região amazônica. Por isso a importância dessa cadeia produtiva durante nosso processo de formação econômica como território com suas particularidades regionais. A ilustração materializada a seguir demonstra uma concentração significativa dessa arbórea nos estados do Piauí, Maranhão e Ceará, conforme veremos a seguir.

4 A referida cadeia produtiva de cera de carnaúba será a primeira a ser explorada nos galpões da (ZPE), zona de processamento de Parnaíba-PI. Observamos ademais que o esforço na construção de uma economia relativamente autônoma, continua ser dispensado apesar de significância do ponto de vista da geopolítica regional. Ainda que a baixa densidade populacional e o isolamento geográfico continuem dificultar a "consolidação autônoma" dos pilares de sustentação socioeconômica de nossa sociedade.

Figura 1- Mapa Ecológico do Piauí

Fonte: Mapa do projeto nova cartografia social dos babaçuais, mapeamento social da região ecológica dos babaçuais 2017.

Salientamos, no entanto, que esta matriz produtiva foi historicamente preponderante na implementação de sistema econômico centrado na pecuária, feito esse alcançado em meados do século XVII. O único caminho para a viabilidade econômica era seguir o curso das águas, alcançando assim, as margens do rio São Francisco com a implementação das primeiras fazendas de gado do nordeste agrário brasileiro, seguindo duas direções:

> A primeira dimensão percorrida pelos criadores na implantação do referido sistema segue a marcha desesperada na busca de pastagens para suas boiadas, percorrendo ambas as margens do Rio São Francisco; O segundo caminho trilhado por eles foi, a "promissora" marcha das fazendas de gado, a partir da segunda

> metade do século XVII, que começa ocupar o interior do Estado do Piauí (PRADO JR, 1998, p. 66-68).

As condições naturais são melhores que no setor ocupado anteriormente às margens do rio São Francisco com pluviosidade mais elevada e melhor distribuída, cursos de água permanentes, pastagens naturais e de melhor qualidade. As fazendas de gado no Piauí tornaram-se as mais importantes de todo o nordeste, tanto que a maior parte da carne de gado consumida na Bahia era oriunda do Piauí. Embora tivesse que percorrer longos caminhos para alcançar os mercados consumidores, cerca de mil quilômetros ou mais.

Assim, a formação socioeconômica da sociedade piauiense originou-se da competitividade mercadológica e do confronto de sistemas produtivos vinculados prioritariamente ao setor primário tendo como base a pecuária e na cana-de-açúcar. Enfrentando na sequência, a concorrência da nascente pecuária do sul de Minas Gerais, derivada da decadência da produção de ouro, onde se concentrava a maior parte da população da época. No que pese a impropriedade da referida cultura para a região. Assim, consolidando-as duas dimensões mercadológicas mais importantes para a época:

> A primeira delas seguiu o curso do rio, cumprindo importante papel no início do povoamento das minas gerais, que serviram de mercado para a carne produzida nas fazendas do alto São Francisco. A segunda direção foi a tentativa de expansão do comércio de carnes para o Rio de Janeiro, entretanto não contava com fatores negativos, como foi o fechamento da comunicação com o norte, concentrando

> a fiscalização nos caminhos do Rio de Janeiro com intenção de impedir o avanço promissor do Piauí na perspectiva de seu estabelecimento no cenário nacional como referência de produção neste ramo de produtividade (PRADO JR, 1998, p. 66-68).

Tomamos como base para essa afirmação, a ocupação territorial materializada através da implantação das fazendas de gados, originariamente vindas de São Paulo, Pernambuco e principalmente da Bahia. Que, norteada pelo implacável processo de extermínio e espoliação dos nativos, executado por portugueses, espanhóis e seus descendentes brasileiros, paulistas, baianos, pernambucanos, com auxílio dos Bandeirantes, segundo o Historiador Paulo Macha em seu livro denominado: As trilhas da morte. Desta forma:

> A partir do século XVII, na área de abrangência da bacia hidrográfica Parnaibana piauiense, localizada nas regiões Sul e Sudoeste do Piauí – onde predominam os cerrados piauienses – quando nesta época eram povoadaspor tribosindígenas das nações Acroá, Gueguêe Timbira, infelizmente exterminados (MACHADO, 2001. p. 18).

Como veremos ao longo desse trabalho, no caso da ocupação de nosso território. A pecuária materializada pela criação de gado estava diretamente associada ao extermínio das nações indígenas. Que significavam à época uma "ameaça", aos investidores nacionais e regionais. Para implementação do mencionado sistema econômico seria necessário a captura dos indígenas para domesticá-los e, submetê-los, ao trabalho forçado nas fazendas, ou para comercializá-los em outras capitanias.

Esses elementos evidenciam um dilema causado através do confronto de interesses, relacionados à estrutura fundiária concentrada e desigual, impactando frontalmente as populações urbanas e rurais. Enfrentaremos a referida temática no capítulo sobre a estrutura fundiária. Um outro lado nessa abordagem buscará entender o grande contingente da população vivendo nos aglomerados urbanos, apesar do vínculo indissolúvel com o campo e a cultural camponesa. Isso, em virtude de sua sobrevivência ser fundamentalmente dependente da agricultura, com pequenas variações materializada pelos serviços públicos.

> As atividades e profissões tradicionais juntam-se às novas ocupações e às atividades burguesas, da classe média tradicional e às modernas, formando uma mescla de formas de vida, atitudes e valores. Tal cidade cujo comando técnico da produção é bastante amplo tem, também, um papel político frente a esta mesma produção (SANTOS, 2000, p. 91-116).

Em sua maioria, as cidades piauienses não são portadoras de uma cultura urbana, possibilitando-nos afirmar que os camponeses piauienses devem ser considerados urbanos residentes[5]

5 Este elemento figura-se como centralidade resultante das contradições imposta pelo desenvolvimento capitalista no campo piauiense. Ou seja, a apropriação privada das terras públicas em sua maioria objetivando utilizar apenas como meio de especulação e reserva de valores causou um efeito centrifugo nos sujeitos sociais do campo com seu modo camponês de viver. Por outro lado esse movimento expresso ausência do Estado no campo alijando-os de acessar as políticas públicas e os serviços sociais essências. Daí porque ouve esse deslocamento populacional para os aglomerados urbanos, buscado acessar os serviços como agua encanada, transporte, energia, educação entre outros. Entretendo

ou reconhecermos a existência de um processo de “Rururbanização da agricultura”. Com consequência da migração camponesa, as práticas agrícolas têm se aproximado dos grandes centros, mesmo sem alterar a estrutura da propriedade privada da terra, apenas como meio de aproximar-se do mercado consumidor, incorporando aos solos urbanos novas características, para além de sua objetivação como moradia.

A migração do campo para os grandes centros com mais ou menos intensidade em cada época, se deve a falência do modelo de desenvolvimento do campo, adotado pelas elites agrarias regionais, que sustentado em práticas de submissão aos interesses alheios aos da sociedade, mergulha no esgotamento estrutural e político. Ou seja, a postura de submissão dos piauienses começa ser subvertido quando da revolta contra a cultura absorvida pelas imposições dos colonizadores como classe dominante começa a ruir.

Ademais, salientamos que o processo de aculturação de uma sociedade sobre a outra, deixa marcas que permanece no tempo e no espaço. Seja no espaço físico com práticas econômicas retrogradas, seja no contexto da sociedade através da preservação de posturas e condutas, coadunadas com interesses frontalmente contrário aos seus. Daí porque a necessidade e adoção de novas práticas materializadas por outro

ainda garante sua subsistência a partir de suas pequenas unidades produtivas de baixa intensidade, preservando a cultura camponesa em todas as épocas.

pensamento fundado na autonomia da sociedade como classe social determinada pela questão social posta e imposta.

Pensar um novo projeto societário precede o ato de analisar essa configuração de acordo com as necessidades, de correlacionar a construção do espaço econômico considerando a dimensão cultural, uma vez que essa dimensão está relacionada a autonomia ou submissão do sujeito histórico. Nesse contexto de disputa de projeto faz-se necessário construí-lo tendo por base um modelo econômico adequado aos interesses dessa e das futuras gerações, desenvolver-se economicamente sem suprimir as sociedades de classes. As dimensões social e cultural e econômica deveram formar o tripé da nova fase de evolução do capital no campo.

Segundo o economista Antônio de Pádua Silva dos Santos, em: Perspectiva do Desenvolvimento econômico para o Piauí, se insurge pela necessidade de supressão da compreensão da parte pela parte, esquecendo da totalidade dos fatos. Dando relevo aos fatos sociais que apontam para o fortalecimento das condições sociais para reprodução do campesinato no Piauí[6].

---

6 PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO PARA O PIAUI: Trabalho elaborado pelo economista, Antônio de Pádua Silva dos Santos, Técnico da fundação CEPRO. Defende a ideia de que para compreender a formação econômica do Piauí e sua totalidade é necessário, superar a tese de analisar a unidade da federação por si só, ou seja, deve-se vincula-lo a um contexto mais amplo da economia nacional, uma que o mesmo está inserido ativamente no sistema econômico nacional. O Piauí, apesar de sua condição de unidade periférica na economia, tem demonstrado pujança e musculatura sustentável em todas as épocas, mesmo que as demonstrações históricas apontam suas prioridades, para a região centro sul, como polo mais dinâmico da economia, com imensa

Como pudemos observar no quadro documental imediatamente anterior, um conglomerado de documentos relativos tanto a questão da formação econômica, a questão social e cultural; conforme descrito sinteticamente no corpo desse capitulo.

Uma vez compreendida as bases econômicas e de produção responsáveis pela confluência de processos que incidem sobre a formação do Piauí, torna-se fundante compreender como a reconfiguração das oligarquias que deixam também suas marcas no plano econômico, social e cultural.

---

facilidade no escoamento da produção. É sabido por todos que o Brasil configura-se como uns pais de terceiro mundo e, subordinado ao sistema capitalista internacional, com características de pais dependente tanto de tecnologia quanto de capital produzidas nos países de primeiro mundo. No caso especifico do Piauí algumas características atuam como obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas, colocando-nos em uma condição de inferioridade em relação a outras unidades da federação, como por exemplo: a) A baixa renda "per capta", (apenas um pouco acima de 1/2 da renda "per capta" alcançada pelo nordeste em 1970); b) Elevada concentração de renda; c) Elevada taxa de natalidade e mortalidade infantil; e) Elevada taxa de desemprego e subemprego; f) elevada participação do setor terciário na absorção da mão de obra urbana, notadamente com relação ao setor informal da economia; segundo o autor as perspectivas do desenvolvimento econômico do Piauí, foram e são imensamente limitadas, uma vez que as possibilidade de investimentos são reduzida a apenas algumas cadeias produtivas, como a amêndoa do babaçu, a carnaúba e seus derivados, e alguns projetos agropecuários. Em síntese segundo o autor a economia piauiense é reflexa e dependente das decisões tomadas nos Estados mais desenvolvidos, e, portanto, seu futuro depende de seus planejadores e governantes. (Carta CEPRO. Teresina v.6 n.2 p. 29 a 44-. Julho/dezembro 1980).

Do ponto de vista econômico torna-se impossível, construir qualquer projeto societário desconsiderando a agricultura piauiense, especialmente a partir de 1950 quando a mesma passa ter importância capital para o desenvolvimento da economia. Segundo o economista Wiliam Jorge Bandeira, técnico da fundação Cepro, a produção camponesa piauiense participa da renda estadual com um volume de 45%, contra uma participação de apenas 8%, do setor industrial, esses dados segundo o autor levou muitos estudiosos a caracterizar o Piauí como um estado de vocação agrícola (BANDEIRA, 1980).

Ainda segundo o autor concentração endêmica da propriedade da terra no caso do piaui. Revela um quadro extremamente desolador do ponto de vista da evolução tecnológica, evidenciando os dilemas impeditivos para o desenvolvimento de nossa sociedade[7]. (BANDEIRA,1978)

7 Piauí: Agricultura e Desenvolvimento: Pesquisa realizada pelo economista Wiliam Jorge Bandeira, técnico da fundação Cepro. A qual desenvolve suas abordagens, tendo como referência o censo agropecuário de 1970, considerando um Piauí portador de uma população de 1.680.954 habitantes, dos quais, 1.142.757, vivendo na zona rural, o que corresponde a 67% da população total. Ainda segundo o autor a produção camponesa participa da renda estadual com um volume aproximado de 45%, contra uma participação de apenas 8%, do setor industrial. Esses dados levaram muitos estudiosos a caracterizar o Piauí, como um estado de vocação agrícola, contrastando com a concentração endêmica da propriedade da terra. Revelando um quadro extremamente desolador do ponto de vista da evolução tecnológica materializado por um conjunto de fatores que atuam como empecilho a saltos qualitativo no desenvolvimento do campo piauiense, bem como; a) A baixa mecanização agrícola; b) A dificuldade de acesso ao credito bancário; c) A Falta de assistência técnica; d) A ausência de um sistema de armazenagem; e) A inexistência de cooperativas em virtude das baixas condições socioeconômicas dos agricultores; f) Baixa produtividade da mão de obra, devido ao baixo nível tecnológico do sistema produtivo; g) Carência de mão de obra qualificada no meio rural; h) A insuficiência

Historicamente, ao longo do processo de formação econômica do território societário nordestino, é fato que as oligarquias agrárias regionais, dominaram nossa sociedade sobre todas as dimensões; comandada a partir da política institucional, ou seja, a partir da superestrutura[8] da própria sociedade. Assim, tornou-se imprescindível a compreensão de que, essa cultura política alimentada desde o, sistema coronelista, aprofunda-se em uma crise estrutural, com acentuado impacto ao final da década de 1970, perdurando até o final da década de 1990, que forçando as oligarquias, á reconfigurar-se para manutenção de sua influência, como força política em todo território piauiense. Metamorfoseando-se como forma de resistência para reprodução material institucionalizada.

Uma das principais ações de auto reprodução das oligarquias foi a criação desordenada de novos municípios, com objetivo de manter e ampliar seu poder como seguimento agraria regional, tal movimento continua a processar-se ainda em pleno século XXI.

---

de estradas de penetração para o escoamento da produção, dentre outros dilemas impeditivos. Desse modo; o referido documento se revela como essencial para compreender os meandros da questão fundiária piauiense e seus reflexos contemporâneos. (Carta, CEPRO, Teresina, PI. V.5, n.º, 1 e 2. P, 1 a 17. Janeiro a Agosto.1978).

8 Comandar desde a superestrutura da sociedade significa, submeter a sociedade civil aos ditames imposto pelas instituições governamentais, através de dependência das políticas públicas e da burocracia estatal, ou seja, superestrutura está relacionada especificamente a gestão da estrutura estatal posta.

Segundo dados da Fundação Cepro[9], o Estado do Piauí tinha, em 1990, 115 municípios. Após a publicação da nova Constituição estadual, em 1990, Artigo nº 30, que prevê a criação de novos municípios através de lei complementar estadual observando os seguintes pré-requisitos[10]. Convido a todos e todas para analisar a beleza estética desse texto constitucional para criação de novos municípios[11].

---

9 A fundação centro de pesquisas econômicas e sociais do Piauí- CEPRO, é uma entidade governamental de estudos para o desenvolvimento sociocultural e econômico, com marcada contribuição em estudos sociológicos para definição das políticas públicas.

10 Artigo 18. $ inciso 4ª, da constituição federal, materializado pela emenda constitucional federal, nº15 de 12 de setembro de 1996. $ Inciso 4ª da emenda constitucional, versa sobre a criação a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, e que os mesmos far-se-ão por lei estadual dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta previa, mediante plebiscito, as populações envolvidas, após a divulgação dos estatutos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei. Critérios técnicos. A) Ter um território a ser desmembrado. B) Ter no mínimo 4 mil habitantes. C) Ter uma comunidade para a sede do município com aproximadamente 100 unidades habitacional. D) Ter um mercado público. E) Ter um cemitério.F) Ter um Igreja. G) Fazer um plebiscito entre as comunidades interessadas na criação do município.H) Não criar um novo município quando o mesmo inviabiliza o município tronco. I) A lei de criação do município deverá ser aprovada por dois terços dos deputados. J) O novo município não poderá gastar mais do 50% de suas receitas com despesas de pessoal nos primeiros 5 anos. Ademais os pré- requisitos postos puderam ser alterados por lei estadual verificando os seguintes princípios; 1º) Considerando a aprovação por dois terços dos deputados e vereadores; tais procedimentos devem ser regidos pela redação da ementa constitucional estadual nº 007 de 17 de dezembro de 1997, com base na emenda constitucional federal nº 15 de dezembro de 1996

11 Documentos encontrados na casa Anísio Brito, arquivo público de Teresina Piauí.

> Nós, representantes do povo, em Assembleia Constituinte, sob a proteção de Deus, continuadores das tradições de combatividade, firmeza, heroísmo e abnegação dos nossos antepassados, decididos a organizar uma sociedade aberta às formas superiores de convivência, fundada nos valores da liberdade, da igualdade e do trabalho, apta a preservar a sua identidade no contexto geral da nação brasileira, promulgamos a seguinte Texto constitucional do Estado do Piauí.

Houve um processo acelerado de criação de novos municípios que obedeceu apenas aos critérios políticos imposto pelas oligarquias. Evidenciando dramaticamente a decadência imposta às oligarquias locais e regionais. A reformulação constitucional tinha por objetivo central a recuperação e/ou manutenção e fortalecimento das oligarquias, obrigando- as a adotar novos rumos para suas políticas. Introduz-se, assim, o germe de um novo modelo, condicionando-o em detrimento da ameaça de perda de poder, que em algumas regiões já era visível.

Na maioria dos casos, as famílias que dominavam alguns municípios se distribuíram nos novos municípios recém-criados, ou seja, o pai que era prefeito bancou a candidatura do filho ou filha, irmão ou cunhado, que na maioria dos casos já era seufuncionário na prefeitura. As famílias oligárquicas viram na redivisão territorial sua única possibilidade de recompor suas forças políticas e, consequentemente garantir a manutenção do poder em detrimento de algumas regiões, mesmo que para isto tenha levado-os, a estabelecer uma ampla aliança na assembleia legislativa, para garantir o retalhamento do estado.

Os deputados, ao perceberem que uma vez tendo sucesso nessa estratégia seriam eles os primeiros a beneficiar-se politicamente não hesitaram em criar novos municípios, tanto que em menos de dezoito anos dobrou-se, praticamente, o número de municípios (de 1990 para cá passamos de 115 para 224 municípios). A maioria sem as mínimas condições de infraestrutura sustentada em uma profunda precarização dos serviços públicos oferecidos à população.

Em praticamente todos os municípios, existem *déficits* em diferentes escalas, na promoção das políticas públicas, principalmente nas áreas da saúde, educação, moradia e saneamento básico. Em todos os casos, esses problemas são consequências de práticas clientelistas e da fragilidade das estruturas administrativas do poder público. A dependência econômica, tanto do estado em relação à União, quanto dos municípios em relação ao estado, a histórica dependência mútua, sendo que a superação destes dilemas passa por um processo longo e tortuoso calcado em profundas mudanças estruturais almejadas socialmente.

Segundo Milton Santos (2001), na atual etapa do mundo globalizado o espaço geográfico assume novos contornos, novas características, novas definições, ganhando também nova importância, pois, a eficácia das políticas públicas, está estreitamente relacionada com sua localização, os atores mais poderosos reservam a si mesmos os melhores pedaços e deixam aos outros as partes ignoradas do território.

Ressaltamos algumas consequências das atitudes da classe dominante refletida na vida cotidiana dos piauienses na Tabela 1:

Tabela 1 - Carta CEPRO

1990	Dados gerais da pobreza no Piauí	50,8%
1995	Dados da pobreza das pessoas ocupadas no campo	80,1%
1995	Dados da pobreza das pessoas ocupadas nas cidades	70,3%

Fonte: Teresina-Piauí, v.6 n.1 p,40 a 48, Janeiro/Junho,1990.

Historicamente, este foi um estado com baixo índice de desenvolvimento econômico, social e humano não conseguindo atingir "níveis satisfatórios" que permitissem uma equiparação com as outras Unidades da Federação, convencionando historicamente a incluí-lo nas últimas colocações dos índices de desenvolvimento humano nacional[12]. Não levou-se em consideração a

12 NOTAS SOBRE O PROBLEMA ALIMANTAR NO PIAUI: Artigo elaborado pelo sociólogo Medico e Bioestatístico, Marcio Eduardo Zibecchi, técnico da fundação CEPRO. Sendo a alimentação uma necessidade primaria ("quase primitiva" e o Piauí um Estado de produção basicamente primaria também Classificado como "quase primitiva"), o que se passa particular e especificamente com a alimentação e o Piauí? Sendo que dois terços da população vivem no campo, dois quintos de seu produto interno bruto são agropecuários; de 9 de cada 10 produtos confeccionado no Piauí são agropecuários; mais de 90% de sua produção rural são alimentos. Ainda assim somos vistos, como "marginalmente integrada na pobreza", segundo alguns estudos nosso vinculo agropecuário impede nossa evolução. Por sua imersão no subdesenvolvimento regional, caracterizado como "bolsão de miséria". Importando grande parte dos produtos primários para o consumo humano como carne e hortaliças. A realidade

posição geográfica, o baixo índice de investimento produtivo dispensado pelos governantes, uma vez que os investimentos institucionais historicamente estiveram voltados para a região Norte do Brasil. Além dos índices de crescimento econômicos estarem muito aquém da média nacional que já não é nem um exemplo, senão vejamos o reflexo dessa atitude oligárquica. Na Tabela 2, temos o Índice de GINI da Região Centro-americana incluído o Brasil, estudo realizado pela FAO e IBGE, 1990.

Tabela 2- FAO E IBGE

BELICE	0,68
GUATEMALA	0,72
COSTA RICA	0,67
ELSALVADOR	0,58
HONDURAS	0,66
MEXICO	0,58
PANAMA	0,73
BRASIL	0,61

Fonte: Censo Agropecuário, 1990.

social concreta está assim apresentado vejam; a) Alta proporção de terras por habitantes; b) Alta proporção de terras utilizáveis pela agropecuária; c) Uma alta suficiente da rede hidrográfica e de aguas subterrâneas; d) uma alta proporção de cabeças de gado por habitantes; e) Uma alta disponibilidade de infraestrutura social subutilizada; f) Um regime de chuvas aceitável para a região; g) Alta preservação do meio ambiente, ainda que não seja por cuidados se não por insuficiente agressão ao mesmo. Ademais, se analisarmos por uma outra ótica encontramos as seguintes características; a) Altas taxas de morbidade; b) Altas taxas de mortalidade, sobre tudo infantil; c) Altas taxas de desnutrição e insuficiência do biótipo; d) Altas taxas de subemprego e) Altas taxas de analfabetismo. (Carta CEPRO. Teresina-Piauí, v.6 n.1 p,40 a 48, Janeiro/Junho.1990).

Socializamos, na sequência, alguns fatos históricos que marcaram nossa economia e nossa cultura como povo. A primeira grande batalha que o Piauí participou foi a Confederação do Equador, com o lema "por um Nordeste independente". Essa batalha surgiu contrária ao autoritarismo e à política protecionista do imperador, que favorecia as elites agráriasregionais próximas à corte, fazendo recair grandes encargos fiscais e dificuldades econômicas sobre outras regiões.

Em seguida, se faz presente na luta pela independência, em julho de 1822 onde se estima que cerca de quatro mil trabalhadores, pessoas comuns, participaram da chamada Batalha do Jenipapo em um ato heróico no município de Campo Maior – Piauí, enfrentaram bravamente o exército português.

O movimento espalhou-se pelo Brasil afora e, mais tarde, os brasileiros foram proclamados vitoriosos. A partir de Pernambuco, os autonomistas e liberais republicanos proclamaram a independência. Constituíram uma República Federativa denominada Confederação do Equador em 1817 envolvendo diversas lideranças populares da época. Uma terceira e não menos importante foi a notável participação dos piauienses na luta denominada de Balaiada, porém pouco valorizada no contexto geral por muitos historiadores.

> [...] em que o Piauí também participou ativamente, entre 1838 a 1841, esta luta teve um caráter de revolta popular, chegando a tomar a cidade de Caxias no Maranhão, instalando um governo provisório e sendo derrotada mais tarde (DIAS,1996, p. 36).

Apesar de ter sido um conflito entre facções dentro da elite, a participação popular era mantida pelas elites agrárias por meio de práticas constantes de injustiça contra os trabalhadores e seus filhos, recrutando-os para cometer atrocidades contra os nativos e os portugueses, nos estados do Maranhão e do Piauí. Isso nos leva a entender o fato da mulher nordestina, em muitos casos, assumir um papel de vanguarda no comando da família, o que tem origem nesse misto de desafio e obrigação.

A migração camponesa em busca de trabalho forçou as mulheres a cumprir múltiplas tarefas como mulher, chefe de família e mãe, isso em virtude da migração masculina para os centros urbanos, em busca de melhores condições de vida através do trabalho; por outro lado, tendo permanecido historicamente exposto as condições de trabalho análoga à escravidão, fato recorrente na sociedade piauiense ainda nos dias atuais[13].

As Oligarquias Agrárias Pecuaristas, ainda nos dias atuais, mantêm o domínio político do estado com o intuito de tirar proveito e manter seu poderio sobre as comunidades e as pessoas. A formação econômica da sociedade piauiense materializa-se no modelo econômico denominado de economia de subsistência, predominando durante um longo período de 109 anos, de 1650 a 1759. Apesar de algumas importantes particularidades, assemelhou-se a outras economias regionais potencialmente mais fortes; mesmo estando

13 Afirmação encontrada nos livros de registros dos conflitos fundiários da comissão Pastoral da Terra.

mais bem posicionada geograficamente, tendo assim maior “pujança” do ponto de vista da consolidação de suas bases econômicas.

2.1 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA SOCIEDADE PIAUIENSE

Trazer presente os elementos centrais do desenvolvimento da economia piauiense configura-se como um misto entre o desafio e a necessidade de reconstruir o passo a passo da história da evolução econômica de um território marcado pelo isolamento geopolítico. Para tanto, nos valemos nesta empreitada de documentos históricos que materializam o conhecimento produzido em diferentes épocas, conforme verificamos ao longo desse trabalho.

Os documentos mencionados tratam das mais variadas temáticas; desde os elementos embrionários da formação econômica dos povos originários[14]

14 PIAUI: UMA CONSTRUÇÃO DE EUROPEUS, AMERINDIOS E AFRICANOS: Trabalho escrito por, Tanya Maria Pires Brandão, Historiadora e Professora da UFPI: A história do Piauí é parte desse movimento expansionista da colonização, cujos motores não se limitaram aos interesses metropolitanos, juntam-se a eles as necessidades e as perspectivas de vida de uma parcela da população brasileira. Sobre esse processo disse Darci Ribeiro: “Era o Brasil que se constituía a si mesmo como corresponde a base ecológica, o projeto colonial, a monocultura e o escravagismo do que resulta uma sociedade totalmente nova”. Essa concepção adequa-se ai Piauí, onde europeus, africanos e ameríndios buscaram construir um novo espaço social. O povoamento colonial em terras piauienses começou no século XVII, com a ação dos apresadores de índios e os jesuítas empenhados na catequese dos nativos. Paralelamente, chegaram os criadores de gado e foram concedidas as primeiras sesmarias. Com a expulsão total e definitiva das tribos indígenas, criaram-se as condições favoráveis ao repovoamento da região, tendo por base a pecuária bovina. Surgiu, assim, nos primórdios do século

aos, dilemas causados pelos acidentes geográficos e, vivenciado pela sociedade piauiense ao, longo de sua formação como classe trabalhadora e como povo.

Ao tratar da formação social, econômica e cultural, retrataram as potencialidades e os retrocessos, produzido pela "ocupação desordenada[15]"

XVIII, a zona pastoril do nordeste com autonomia econômica e uma população com cultura própria pela especialização do pastoreio, pela miscigenação étnico-cultural, pelas características ambientais e pelo quase isolamento de seu povo. Os traços específicos dos habitantes do Piauí são identificados no modo de vida, de comer, de vestir, na estrutura de poder e na relação com o meio ambiente. Esses traços evidenciam a visão de mundo dos colonos piauienses. A ocupação colonial do Piauí não se fez com pessoas estranhas ao universo luso-brasileiro. Porém o conquistador e o colonizador dessa região tinham uma tipologia própria. A maioria deles buscava áreas territoriais fora do domínio dos grandes senhores onde pudesse desenvolver atividades econômica de forma independente, ocupando posição social digna das pessoas de condições livre. Por outro lado, os povoadores do Piauí eram precedentes das diferentes regiões brasileiras, como também de diferentes níveis econômicos. O comportamento dos habitantes do Piauí foi definido a partir dos interesses, perspectivas e concepções culturais de pessoas pertencentes a diferentes grupos étnico-sociais. Já no século XVII, os primeiros povoadores foram aglutinando-se em pequenos grupos nas nascentes unidades de produção. A partir de então, os que chegavam, voluntariamente ou não, adotavam a mesma sistemática. A população do Piauí manteve-se, dispersa durante todo o período colonial. Nessa fase não se formaram aglomerados populacionais significativos. Carta, CEPRO, Teresina Piaui. v.18, n.1, p. 90 a 98 Janeiro/junho-2000.

15 A expressão desordenada aqui posta, apreendida pelas consequências dessa forma de exploração dos fatores de produção e dos recursos naturais e minerais. Entretanto, o termo desordenado aqui posto nada tem a ver, com desorientação ao contrário, esse processo foi pensado e orientado milimetricamente pela classe dominante, de acordo com a manutenção de seus interesses. Materializado desde a concessão das primeiras sesmarias, as isenções fiscais dispensadas ao desenvolvimento contemporâneo do capital incorporada pelo chamado agronegócio.

e interesseira dos fatores de produção, causando sérios problemas estruturais comprometendo o futuro das futuras gerações.

Os documentos mencionados anteriormente, deram conta de um Piauí marcado por profundas contradições sociais. Isso porque, em sua maioria, encontramos apontamentos em que expressão de um lado revela capacidade de produção e reprodução camponesa no que pese as adversidades, demonstrando sua efetiva capacidade de resiliência no contexto da formação econômica de nosso território.

Como mencionado anteriormente, a produção camponesa participa da renda estadual com um volume de 45%, em detrimento de uma inferência de apenas 8% do setor industrial, esses dados segundo o autor levou muitos estudiosos a caracterizar o Piauí como um estado de elevada vocação agrícola, apesar de a mesma ter sido explorada somete nas veredas de 1950. (BANDEIRA, 1980)

Todavia, guardadas as proporções, o autor relata os limites histórico-culturais para materialização dessa realidade conforme exposição na nota de rodapé nº 9. Vale salientar que tais limites estão ligados a postura de submissão e dependência adotada pelas oligarquias agrarias em todas as épocas, ou seja, a opção pela copiosidade de projetos e modelos de sociedade sempre dependente dos países de primeiro mundo, (os colonizadores), impuseram aos piauienses a absorção acrítica de projetos societários desautonomizadores.

Provavelmente esse se configura como um dos maiores signos simbólicos de um povo dilacerada pela aculturação dominante, tema esse que tratarei em projeto futuros.

Buscamos elucidar algumas características dos impeditivos de nossa consolidação autônoma como povo. A primeira delas está relacionada ao desenvolvimento tardio e descompassado das forças produtivas em solo piauiense, como resquício da economia pré-capitalista vinculada à acumulação originária do capital. O segundo grande dilema diz respeito a imposição de modelos econômicos construídos de fora pra dentro e voltado para fora, a incorporação cultural da dependência imposta pela aculturação dominante, conforme veremos nas argumentações utilizadas pelas oligarquias ao longa de nossa formação como povo e como sociedade.

Historicamente, os governantes utilizaram o isolamento geográfico, como pretexto para justificar os baixos índices de crescimento econômico, as desigualdades sociais endêmicas e a baixa qualidade dos serviços públicos. Argumentando que o isolamento dos grandes mercados regionais tornaram a sociedade piauiense fadada ao fracasso e ao desenvolvimento tardio das forças produtivas, materializado pela grande dificuldade do escoamento da produção.

Levando-os a colocar em marcha, um modelo econômico inicialmente baseado no modo de vida adotado pelos seus habitantes; caracterizando-se como uma economia demasiadamente tardia, pré-capitalista e verticalizada. Essa postura predomina na fase inicial da formação de nossa economia, a posteriore, o comportamento da elite agrária dominante alinha-se aos

ditames dos países considerados de primeiro mundo e suas imposições, inclusive de apropriação dos fatores de produção em nosso território como forma de atender as demandas socioeconômica de seus países, senão vejamos, a submissão e a dependência expressada no mapa a seguir, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na Figura 2:

Figura 2- PORCENTAGEM DE TERRAS NA MÃO DE ESTRANGEROS (2017)

Fonte: INCRA. 2017.

A integração do Piauí ao mercado regional aconteceu no longo prazo, salvo algumas particularidades segmentadas, sustentada inicialmente na produção açucareira, apesar das fragilidades internas,

tendo que enfrentar um longo processo marcado pela competição impiedosa e pelas regras desiguais do mercado regional.

A formação histórica da economia nordestina estava centrada no mesmo segmento produtivo, tendo maior capacidade de elaboração e mais facilidade no escoamento de sua produtividade, favorecido pela geopolítica mercadológica. O desenvolvimento de atividades complementares à hegemonia da cana-de-açúcar e da pecuária, nos possibilitou dar importância fundamental a ramos de produção inviáveis economicamente para o mercado a época, porém, indispensáveis do ponto de vista da subsistência.

A pecuária passa, ao longo do tempo, a adquirir importância inegável na consolidação da economia piauiense, apesar das crescentes dificuldades enfrentadas pelos criadores. As pastagens escassas em território contínuo e a impossibilidade de sua criação nas proximidades dos engenhos provocaram a migração para regiões longínquas, sempre margeando os rios existentes.

A disponibilidade “abundante” das pastagens às margens dos rios, apesar da baixa carga nutritiva das pastagens e a sazonalidade das mesmas, levando os produtores a implementar uma variedade genética de gado que melhor adaptassem às dificuldades existentes. A pecuária atingiu o patamar de segundo elemento em potencial econômico do estado do Piauí[16].

---

16 A demanda Brasileira de importações de produtos agropecuário: Nesse trabalho o autor Reforça que o Piauí que não acompanhou o desenvolvimento das forças produtivas, na mesma

Alfredo Dantas Landim,(1978), defende a ideia de um Piauí que não acompanha a marcha do desenvolvimento das forças produtivas considerando outras regiões do país. As políticas de substituição de importações adotada pelo Brasil tiveram no caso do Piauí uma significação retrógrada em relação ao campo, segundo o autor essa postura causou efeito contrário ao processo de modernização planejada e almejado, principalmente nas questões relacionadas a questão das exportações agrícolas. Tais atitudes passam ganhar corpo a partir de uma duradoura crise no mercado internacional do açúcar; com a concorrência do açúcar produzido nos trópicos e nas Antilhas.

Com a estagnação da produção açucareira, quem ganhou importância absoluta no mercado nacional foi a pecuária, principalmente a partir de 1650, quando da chegada dos chamados "currais" no Piauí. Com isso, a pecuária tornou-se uma atividade preponderante; em um primeiro momento, destinou sua produtividade, prioritariamente, ao mercado interno (subsistência),

---

frequência de outras regiões do país. Segundo ele as políticas de substituição de importações adotada pelo Brasil tiveram no caso do Piauí retrógrados em relação a agricultura, causando efeito reverso ao processo de modernização, comprometendo o caminho das exportações agrícolas. As questões aqui postas objetivam. a) Estimar a elasticidade-preço da demanda agregada de importações agropecuárias; b) Estimar a elasticidade de substituição de produtos agropecuário nacionais e estrangeiro; d) Testar preliminarmente a hipótese da irreversibilidade da curva de demanda de importações de produtos agropecuários. É por tais objetivos que acredito que o documento que lhes apresento configura-se como fundamental para compreender a formação cultural dos camponeses piauienses, a partir da pecuária e sua relação com o mercado regional e nacional e internacional. (Carta, CEPRO, Teresina, PI. V.5, n.º, 1 e 2. P, 39 a 48. Janeiro a Agosto.1978)

tendo posteriormente destinado 90% aos mercados regionais, ainda que para exercer essas funções tenha sido necessário utilizar um território cada vez maior às margens dos rios, no aproveitamento das pastagens naturais.

A expulsão definitiva dos holandeses do nordeste brasileiro no final da primeira metade do século XVII, que levaram consigo o conhecimento das práticas e tecnologias apropriadas para este fim, além do conhecimento, pôde contar com o apoio de poderosos grupos financeiros, o mais provável que este seja o elemento causador da crise do mercado internacional do açúcar nordestino e consequentemente piauiense.

Promoveu-se, a partir daí, a expansão das áreas açucareiras em todo o nordeste, o que atingiu de forma definitiva o território piauiense com a implantação de diversos engenhos nas melhores terras, voltados para o atendimento de uma demanda mercadológica externa, sempre em detrimento do mercado interno de massas. É claro que, nessa expansão, continua a ser considerada somente a ampliação das áreas plantadas, sem evidentemente haver preocupação com as inovações tecnológicas.

> Tudo indica que no longo período, que se estende do último quartel do século XVII, aos começos do século XIX, a economia nordestina sofreu um lento processo de atrofiamento, no sentido de que a renda real per capta de sua população declinou secularmente". É interessante observar, entretanto, que esse atrofiamento constitui o processo mesmo de formação do século XIX que viria a ser o sistema econômico do nordeste brasileiro, cujas características

> persistem até hoje. "A estagnação da produção açucareira não criou a necessidade como ocorreria nas Antilhas de emigração do excedente de população livre formada pelo crescimento vegetativo (FURTADO, 2000, p. 63-66).

Essa inversão de prioridades produtivas se explica pela pujança da pecuária piauiense. Mesmo sendo pouco duradoura, a pecuária assume uma posição de vanguarda no processo de desenvolvimento econômico. Além do mais, a pecuária se estabelece como uma atividade completamente menos agressiva ao meio ambiente e à natureza, tanto pela forma de trabalho bem como pela forma exploração adotada. As fazendas estaduais, assim denominadas no período da colonização, se materializavam em uma área de três a cinco léguas, intercaladas entre a gleba de um agricultor e outro, tendo como estrutura uma casa simples normalmente de palha, onde vivia o vaqueiro, demandando assim gastos irrisórios para sua sobrevivência.

> Uma característica curiosa do sistema feudal é que as terras não eram contínuas mais dispersas em faixas, desde que não vizinhe com a outra; nos primórdios do sistema feudal, o mesmo se dava com as propriedades senhoriais; também eram divididas em faixas esparsas; esta cultura de faixas foi típica do período feudal. É claro que era muito dispendiosa e, passada algumas centenas de anos foram totalmente deixados de lado (HUBERMAN, 1936, p. 02-08).

Este elemento é revelador das características da burguesia brasileira e piauiense, na intenção de copiar e perpetuar práticas de exploração do trabalho e dos

trabalhadores, evitando o contato entre os mesmos para impedir a possibilidade de organização e questionamento do sistema de exploração em implantação em nosso território, além do mais isso revela a presença estrutural e secular da cultura do subdesenvolvimento; "nada se cria tudo se copia". Foi seguindo essas diretrizes que a burguesia consolidou-se, ocupando de forma crescente os sertões piauienses, permitindo assim que a pecuária passasse a ser uma atividade rentável, também para os vaqueiros, que ganhariam uma porcentagem de terça ou quarta parte dos gados que criavam.

> Fabiano recebia na partilha a quarta parte dos bezerros e a terça dos cabritos. Mas como não tinha roça e apenas se alimentava a semear na vazante uns punhados de feijão e milho, comia da feira, desfazia-se dos animais, não chegava a ferrar um bezerro ou assinar a orelha de um cabrito sequer, (RAMOS, Graciliano).

Muitos vaqueiros daquela época passaram a ser considerados, fazendeiros ambulantes[17]. Vaqueiro é o nome ou o título que denominava o sujeito camponês que vivia na fazenda, criador ou homem da fazenda. O sucesso desse sistema econômico com base na pecuária dependia em grande medida da sorte em relação ao crescimento numérico dos rebanhos, apesar de que

17 Fazendeiro Ambulante, (ou itinerante), está relacionado a dois fenômenos complementares. O primeiro diz respeito ao fato de que todos os vaqueiros eram sem-terra e a qualquer momento poderiam ser despedidos, principalmente porque havia a época excesso de mão obra disponível, em virtude da crise açucareira, (o que facilitava a barganha para massificar a exploração da mão de obre, entre os sesmeiros a época). Segundo porque em virtude da escassez das pastagens os vaqueiros migravam constantemente na busca de pastagens, sempre margeando os rios.

outras fazendas passaram a assegurar a mão-de-obra ociosa advinda da crise açucareira que atingia naquele momento a região nordeste como um todo, garantindo por um longo período o sucesso da pecuária.

Nesse sentido, a pecuária demarcou regiões, contribuindo largamente com vida econômica do estado, baseada no modelo econômico de subsistência, sem necessariamente promover o desenvolvimento das forças produtivas que preserva hoje características extremamente rudimentares. Os registros da época ressaltavam a importância do Piauí no mercado regional, suprindo as demandas do mercado consumidor baiano e das Minas Gerais, bem como a crescente população na capitania do Piauí e o aumento dos aglomerados urbanos.

> Até o final do século XVII os habitantes da região sertaneja do Piauí viviam com dificuldade extremas. As fazendas existentes eram distantes umas das outras e com muito poucos moradores, localizadas normalmente a beiras dos "rios" com distancia de algumas léguas (NUNES, 2001, p. 17-51 E NUNES, 2007, 53 – 70).

As relações de produção citadas até aqui foram de dupla face. A igreja por exemplo, teve sua participação durante todo o processo de formação histórica da economia, e certamente na formação cultural de nosso povo, trazendo sem dúvida muito mais malefícios, por ter legitimado a exploração capitalista e os meios pelos quais se garantiu essa exploração.

O primeiro exemplo negativo dessas atitudes foi a conivência do tratamento do Estado para com as populações originárias legitimando um segundo

campo de batalha que se deu entre os coronéis – dono das fazendas –, na disputa dos vales e regiões de maior potencial econômico e mercadológico, de modo que, no final do século XVII, o Piauí se sustentava devidamente graças à ocupação dos principais vales dos rios, adquirindo expressão econômica no cenário nacional.

Nas unidades produtivas, (as fazendas), as técnicas utilizadas eram rudimentares, sendo reflexo da escassez de recursos para a inovação tecnológica ou do fato de que esse período da economia de subsistência já demonstrava sinais claros de estagnação econômica e social.

As causas da estagnação econômica podem ser assim delineadas: a primeira delas relaciona-se com as dificuldades no escoamento da produção ou transportes; a segunda está relacionada à dificuldade de comunicação, em virtude do isolamento geográfico e do fechamento dos chamados caminhos do rio, provocando assim uma profunda decadência em nosso principal ramo de produção, a pecuária.

Ao final do período da formação da economia de subsistência, por volta de 1759, os habitantes do Piauí ainda viviam extremamente dispersos, não havendo povoações demograficamente significativas. Contavam com uma medíocre produção de algodão, em parte procedente do estado do Maranhão. As atividades nas fazendas eram insignificantes do ponto de vista do mercado.

A maioria hegemônica das fazendas não se ocupava com mais do que 10 ou 12 escravos e se concentrava na produção para sua subsistência.

Iniciava-se um novo período a partir dessa data, novo pela necessidade de evoluir, já que a chamada economia de subsistência enfrentava limites extremos, ainda que tivesse de continuar apostando na pecuária, apesar da profunda decadência. A população continuava crescendo em ritmo acelerado. Registrava-se também o aumento do mercado consumidor e a baixa produtividade, em virtude da crise mercadológica advinda do centro da colônia, decorrente da fragilização de sua capacidade produtiva, com repercussão inclusive em áreas com marcadas especialidades.

> As dificuldades no escoamento da produtividade, verifica-se que em alguns casos se transportavam os produtos num percurso de 20 ou 30 léguas para sua realização como mercadoria, isso incorporado ao valor final do produto se tornara inacessível ao consumidor final (SANTANA, 2001, p. 59 - 76).

Segundo Celso Furtado (2002) em " A formação econômica do Brasil", o Nordeste, de modo geral, partiu de um vazio socioeconômico, ou seja, da decadência da produção açucareira para uma pecuária dependente que se afirmou como alternativa em um momento de relativo atrofiamento da economia açucareira.

A tentativa de retomada do crescimento, agora vinculado à abertura do mercado consumidor mundial, fez com que não restassem alternativas para a economia piauiense dentro das sucessivas tentativas de implementação de modelos frustrados e de mão única, como foi o caso da economia de subsistência que desaguou em um longo processo de estagnação

econômica. Essa metamorfose refletiu na produtividade, vejamos as marcas desse processo refletido na série histórica representada na Tabela 3:

Tabela 3–Produtividade Nordestina (1976-1982)

1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82
8.940,8	8.681,0	8.168,7	9.801,9	10.634,6	10.597,8
1982/83	1983/84	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88
8.848,9	8.616,6	9.149,2	9.902,2	9.036,6	9.557,4
1988/89	1989/90	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94
9.089,8	7.285,1	8.363,3	8.363,3	6.234,9	8.492,2
1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00
8.395,7	8.384,6	7.924,2	5.741,1	6.551,1	6.992,2
2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
6.697,4	7.263,0	7.554,5	8.017,5	7.953,1	7.961,7
2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12
8.027,9	8.189,4	8.164,9	7.579,3	8.750,9	7.331,7
2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18
7.311,7	8.287,3	8.104,9	7.852,4	7.852,4	8.365,0

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento; Série Histórica.

Com isto, o Piauí não se integra ao desenvolvimento mais geral da economia brasileira, tendo como parâmetro um crescimento populacional em detrimento do econômico. A aposta na produção da cera de carnaúba em determinado momento e, em outro na borracha da maniçoba, demonstra uma certa preocupação em desenvolver um novo modelo econômico baseado em outros recursos naturais e vegetais existentes, como forma de construir outras formas de sustentação e resistência.

Praticamente, essa projeção se mantém em 1959, ficando na ordem de 80,5%. No início desse período, representava apenas 37,5%. À década de 1950, em uma fase nova, nossa economia começa a dar sinais

de superação do processo de estagnação, podendo ser atribuído como resultante de três fenômenos complementares preponderantes.

O primeiro está vinculado ao crescimento populacional do Piauí e do Nordeste. A segunda justificativa está relacionada com a utilização de maior parcela dos recursos oriundos das diversas matizes para aquisição de alimentos. E o terceiro fator predominante se deve a maior integração da economia nordestina e piauiense ao mercado regional nacional e internacional. Fator esse, que evidentemente se deve a reestruturação da malha viária no Piauí e da região nordeste como um todo, proporcionando maior facilitação no escoamento da produção.

Com a melhoria da malha viária na região principal justificativa, historicamente utilizada foi sendo gradativamente "superado" o isoladamente geográfico do Piauí, como empecilho capital à consolidação econômica do desenvolvimento das forças produtivas em solo piauiense. As modificações estruturais realizadas para tal objetivação foram simplórias, realizou-se apenas uma leve distribuição de renda interna do Piauí, promovida pelos diversos setores da economia, a participação relativa de cada um deles permaneceu praticamente inalterada.

> Segundo estudos realizados na época o percentual da produção extrativa vegetal, em 1947 era de 62%; entrou em um período de declínio, representando em 1955 apenas 11,2%, recuperando-se de modo que no final daquele período 1960 já representava 19,5%; a produção agrícola, por exemplo; no início deste mesmo período

> acima citado representava apenas 23%, alcançando 51,6% em 1955, chegando em 1959 com uma participação de 53,1%, se incrementarmos aí a produção animal a, agricultura representou um crescimento superior a todas as demais atividades econômicas, pois juntos representaram em 1955, 89% do PIB da agricultura (CENSO AGROPECUARIO,1998).

Quando nos referimos à estrutura econômica do Piauí, consideramos os três níveis de sua evolução produtiva: Produção primárias, produção secundaria e produção terciárias no contexto das relações sociais de trabalho, alcançamos os seguintes indicadores:Produção Primária piauiense: Produção de grãos, produção animal e derivados, produção extrativa vegetal em sua totalidade diversa. Produção Secundária: Essa dimensão produtiva está relacionada à indústria de transformação, extrativo-mineral, à construção civil e a exploração das energias. Já no caso de produção terciária: a mesma está relacionada ao setor do comércio, ao setor de serviços, setor de transportes ao setor de comunicações para além do setor financeiro em sua totalidade e significância.

A questão agrária piauiense foi tratada compreendendo não somente os problemas agrários em si, mas, considerando as questões mais gerais relacionadas à diversidade cultural, materializada nas mais variadas formas de produção da existência do seu próprio povo[18].

---

18 ESTRUTURA AGRARIA DO PIAUI. A economia agrária do Piauí é uma economia atrasada em todos os aspectos. Faz parte de um conjunto mais amplo do sistema agrário representado pela região do sertão nordestino e, nesse sentido, os problemas que afetam esta região estão quase sempre presentes também na economia agrícola do Estado. Entretanto, apesar de existência de problemas

Ao contextualizarmos alguns elementos da questão agrária, devemos reconhecer que, ao longo de toda história do Piauí, a agropecuária sempre se apresentou como a base econômica da sociedade, tanto que no século XVII, o campo piauiense passou por diversos momentos e distintas mudanças, materializada por

---

comuns, acreditamos, por outro lado, que se constituíram, no próprio sertão nordestino, estruturas agrarias muito particularizadas e que apresentam, relações diferenciadas e características bastante especificas. O objetivo desse artigo é, „justamente, tentar ressaltar especificidade de estruturas agrarias que se formaram no sertão nordestino, elegendo para estudo a experiência piauiense. Na afirmação do autor. Em termos gerais, tendemos a concordar com a caracterização feita por Francisco de Oliveira, no sentido de que toda região do sertão nordestino (compreendendo o Piauí) tenha se convertido, sob a influência do capital, num vasto algodoal, cuja estrutura de produção se combina com a pecuária e com as culturas de subsistência, surgindo deste consórcio um novo conceito da região, que o autor denomina de Nordeste Agrário algodoeiro-pecuário. Mais, por outro lado, achamos também que está caracterização geral tende a esconder as especificidades das relações próprias de sistemas econômicos muito particularizados, que, com o tempo, foram se constituindo nessa imensa região do nordeste agrário algodoeiro-pecuário. Segundo o autor, no caso do Piauí, por exemplo, notamos a presença do trabalho escravo, que poderia ter sido utilizado tanto nas atividades pecuárias e na lavoura algodoeira, como entras atividades agrarias ou não. Vale salientar que é nesse contexto que acontece uma virtuosa luta dos posseiros, rendeiros, vaqueiros, contra os foros cobrados pelos sesmeiros, tendo essa luta perdurado por mais de um século. Quando na época o território do Piauí era administrado pelo Pernambuco ademais em decorrência desse enfrentamento em 1758, se torna capitania autônoma, convertendo os foreiros em proprietários plenos de direitos. Assinala-se, todavia que essa vitória dos rendeiros e posseiros não modificou a estrutura socioeconômica no que concerne ao regime de alta concentração da propriedade da terra, inerente a atividade de criação extensiva do gado. Houve, no entanto mudanças nas relações de propriedade; os velhos rendeiros e posseiros, passaram ao controle do latifúndio. Carta CEPRO. Teresina-Piaui. v.8 n.1 p,104 a 120 Janeiro a Junho de 1980.

meio de quatro ciclos econômicos de desenvolvimento caracterizados de diferentes formas durante sua evolução.

A primeira fase desse modelo teve sua vigência do século XVII ao final do século XIX, desenvolvendo-se de forma hegemônica as atividades ligadas à pecuária, embora o algodão tenha tido um papel importante em determinados momentos, proporcionando, o desenvolvimento de novas relações de produção; ampliando a geração de divisas para os cofres públicos. Apesar de complementar, a cultura do algodão foi extremamente importante na formação econômica e societária do Piaui.

Há alguns elementos que ilustram bem essa fase do desenvolvimento da economia no Piauí. A pecuária atravessou diversos momentos predominando como cultura hegemônica e por isso permanece no tempo, muito embora inviável economicamente (por ser extensiva) e insustentável ambientalmente por exigir grandes extensões territoriais para sua materialidade. Um segundo elemento está relacionado à integração comercial das fazendas de gado aos mercados de carnes nordestina e das minas gerais. A terceira dimensão desse processo remonta ao fim de processo longo de crescimento materializado pela decadência dos mercados regionais, transformando-a, em atividades predominantemente de subsistência. Somos conhecedores do fato de que a

pecuária foi e-o-é determinante na formação cultural do povo nordestino, e na constituição da estrutura agrária prevalecente até nossos dias[19].

19 ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUARIA PIAUIENSE: Estudo realizado pelo

economista Wiliam Jorge Bandeira e Osvaldo de Carvalho Neves, Técnicos da fundação CEPRO. O referido documento procurou analisar a produção agropecuária, considerando os principais aspectos e variáveis na materialização da produção e da produtividade tendo como referência a quantidade de terra utilizada. Segundo os autores lançou-se mão de uma serie temporal dos últimos 20 anos (1960 a 1980), buscando identificar os ciclos produtivos e suas alterações e impactos na produção. Analisou-se também a relação entre o uso da terra e as tecnologias empregadas, analisando a densidade produtiva dos solos em diferentes regiões no contexto da agropecuária. Trabalhou-se também no intuito de classificar os vários tipos de unidades agraria produtivas existentes no Piaui. Considerando as transformações estruturais e produtivas com dados coletados nos últimos 30 anos. O indicador essencial para a classificação das unidades produtivas, em capitalismo ou não, é o trabalho assalariado. Porém, da forma como o censo agropecuário apresenta as tabelas sobre o emprego de mão de obra, é muito difícil se saber, sem grandes margens de erros, que tipo de assalariado agrícola é predominante no piaui. Se é o camponês que se assalaria para complementar a subsistência ou se o principal meio de vida do trabalhador é o assalariamento. Essa polemica se evidenciou através de pesquisa de campo, comprovando que a mão de obra predominante nas pequenas e grandes propriedades é a do camponês que não possui a propriedade da terra, dispondo apenas de uma pequena gleba de terra ofertado pelo proprietário, mais insuficiente para sua reprodução social como classe trabalhadora, obrigando-se a vender sua força de trabalho para complementar sua subsistência. Para além dessas incursões buscou-se analisar a lógica das relações entre, agricultura e indústria e financiamento e investimentos. Para tal intensificou-se as pesquisas de campo com direcionamento predeterminado buscando elucidar as estruturas socioeconômicas e sua dinâmica. Ainda segundo os autores as proposições que nortearam a análise das relações técnico- econômicas em sua dinâmica foram; a) As relações econômicas do Piauí com o resto do pais e o exterior, desde o seu povoamento, e as condições internas que criaram, não foram suficientes para gerar uma dinâmica econômico-social que possibilitasse o desenvolvimento das forças produtivas; b) A estrutura social e produtiva fundamental eram muito simples e

O extrativismo vegetal dominou a cena econômica no Piauí ainda durante a primeira metade do século XX. Tanto que, durante o período de 1900 a 1950, o extrativismo representou fortemente a participação do Piauí no comércio exterior. Através da exportação da borracha de maniçoba, cada um tendo sua importância em determinados períodos, conseguindo assim determinar grandes mudanças no âmbito das relações econômicas estaduais, sobretudo na lenta consolidação de uma estrutura comercial mais densa.

Entretanto, o extrativismo vegetal, a exemplo da pecuária não proporcionou grandes avanços na modernização e diversificação da economia, diante da inelasticidade de suas ações na perspectiva de gerar e distribuir renda, dado as precárias condições de produção e a precariedade das relações sociais de trabalho. Porém, com a crise do comércio dos produtores do extrativismo no final dos anos 1950, inaugura-se um novo ciclo econômico.

frágeis; composta pelo grande proprietário e pelo morador dessas propriedades, cuidando dos animais, da extração da borracha da maniçoba, da cera de carnaúba e da amêndoa do babaçu. c) A crise do mercado internacional dos produtos do extrativismo provocou no Piauí, a fragmentação das grandes propriedades, parcelando as terras cedendo aos produtores sem-terra, como forma de ampliar o processo de exploração da mão de obra do trabalhador. d) A baixa divisão social do trabalho, que prevalece durante o auge do extrativismo, não permitiu o desenvolvimento da produção das grandes propriedades para o mercado. Carta, CEPRO. Teresina-Piaui. V.8 n.2 p, 4 a 55, Julho a dezembro 1982.

A partir de então, o setor rural piauiense entrou em cena. Houve uma integração mais ampla da economia estadual com a nacional, em que as relações comerciais se intensificam e passa materializar-se de forma mais intensa com a região sudeste do país, e esse ciclo se estende de 1950 a meados de 1970.

A maior característica desse ciclo foi o desenvolvimento referente à estrutura do sistema do latifúndio unidade de subsistência; os grandes proprietários de terras, por falta de outra opção, e em virtude das condições desfavoráveis de produção, passaram a valorizar suas terras através da utilização das famílias sem terras, como arrendatários, o que, segundo Leo Hubermam em A história da riqueza do homem),"é também uma forma de escravidão" (HUBERMAM, 2013, p.146). Passa-se, então, a desenvolver o sistema de parceria ou pequenos arrendamentos.

Ao considerar as relações sociais de produção acima citadas, devemos entender que elas contribuíram para a formação do latifúndio baseada nas unidades produtivas de baixa produtividade, isso pela utilização de técnicas rudimentares, e sustentada pela relação de subordinação entre os proprietários e as diversas famílias, obrigadas a cumprir jornadas de trabalho degradante nas unidades latifundiárias.

As chamadas unidades de produção foram formadas por famílias, proprietários ou administradores de terras devolutas. As condições de trabalho eram precárias, com baixíssimo nível tecnológico[20]; na maioria

---

20 PADRÃO TECNOLOGICO DA AGRICULTURA PIAUIENSE: Elaborado por; Dirceu Murilo Pessoa. Defende a ideia de que o campo

dos casos, os resultados dependiam do bom tempo, o que acontece até nossos dias, de modo que a produção quase na sua totalidade era destinada para o consumo interno.

Havendo excedente, este seria empregado na compra de bens necessários não produzidos na fazenda. A formação do sistema era a mais racional e adequada possível, em virtude do baixo nível tecnológico de tais unidades, da total desintegração comercial interna, da baixa fertilidade dos solos e da inexistência ou fragilidade das unidades industriais.

2.2 O CAMPO PIAUIENSE E OS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

A partir dos anos 1970, iniciou-se no Piauí um novo ciclo de desenvolvimento econômico, denominado “modernização conservadora” da agricultura. O mesmo ciclo estendeu suas atividades em outras regiões do país a partir dos anos 1950, introduzindo o pacote tecnológico e os insumos modernos, materializados na formação do complexo agroindustrial brasileiro. O Piauí integrou esse processo através dos programas governamentais

no Piauí, ainda utiliza técnicas rudimentares para a exploração agrícola, com a utilização de práticas extremamente controversas, como o consorciamento de culturas, que tem se revelado como um problema de difícil solução o sistema convencional, uma vez que demanda praticas diferenciadas com outro modelo de exploração, de outro lado temos a chamada cultura pura, ou seja, a cultura hoje propagada como monocultivos, que já nesse período ganha muitos adeptos principalmente nas instituições oficiais. Partindo dessa contradição posta no interior do sistema já nesse período, entendo ser esse um documento demasiadamente importante para decifrar o desenvolvimento tardio das forças produtivas em nosso território. (Carta, CEPRO, Teresina, PI. V.5, n.º, 1 e 2. P, 18 a 38. Janeiro a Agosto.1978)

patrocinados pelo Governo Federal, por incentivos fiscais, financeiros e o financiamento de instituições internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD).

O conjunto de programas para financiar grandes empresas foi denominado de Finor Agropecuário, envolvendo ações de reflorestamento e irrigação, como o Pro-Várzea, entre outros. Para os produtores camponeses, surgiu o Programa de Desenvolvimento de Áreas do Nordeste (Polonordeste) que financiava, sobretudo, obras de infraestrutura, como construção de estradas escolas, hospitais, eletrificação, prestação de crédito, assistência técnica e outros.

Esses programas foram implementados praticamente em um vazio socioeconômico hegemonizado pela ausência de um mercado interno de trabalho. Os agricultores camponeses eram na sua maioria desempregados, e sem profissionalização, até porque o índice de analfabetismo era altíssimo entre os trabalhadores, sobretudo por falta de fiscalização eficaz na implantação das políticas públicas, por parte dos governos estaduais e municipais, permitindo que programas direcionados aos pequenos produtores fossem apropriados pelos grandes proprietários.

Desse modo, o resultado não poderia ser diferente: a pobreza aumentou no campo, o êxodo rural se acelerou, as empresas em grande parte desviaram os recursos para outras atividades, intensificou-se a concentração de terras e de riquezas no campo. As unidades produtivas beneficiadas por tais programas alcançaram a modernização, integrando-se ao mercado

consumidor, não ultrapassaram 12% das unidades no campo. Aqui estão as causas do predomínio das unidades com tecnologias arcaicas. No que se refere aos problemas mencionados até aqui, a agricultura piauiense tem grande participação na renda estadual cerca de 45%, empregando mais de 50% da população ativa do estado do Piauí. Desta forma:

> Segundo constatação do censo agropecuário de 1995, existiam somente cerca de 208.111, estabelecimentos dos quais 83.200(40%) eram de parceiros e arrendatários, mostrando assim a superioridade do latifúndio no controle do território, estes parceiros e pequenos agricultores detinham apenas 1,3% das terras apropriadas, enquanto os produtores proprietários detinham 98,7% das terras apropriadas (FURTADO, 2002, página 87).

Em 1998, o Piauí exportou em torno de 53 milhões de dólares. A participação dos produtos agrícolas nesse montante foi na ordem de 87%, o que mostra avanços importantes na agropecuária piauiense, apesar de ainda predominarem as unidades produtivas com técnicas arcaicas. Necessita-se, assim, de uma ação planejada que contemple as atividades produtivas e econômicas, vinculando agricultura à indústria e aos serviços, integrando-se a estratégia da industrialização do campo. A falta de investimento estratégico na pequena agricultura levou a sociedade piauiense a um empobrecimento generalizado. Nos anos 1970, vivemos a febre da implantação do chamado complexo agroindustrial, vinculando ou integrando a agricultura à indústria, tomando conta do setor agrícola brasileiro.

Essa nova fase voltar-se-á para a produção de insumos, máquinas, a indústria processadora de produtos agropecuários, assim como o serviço e o comércio; esse padrão se estendeu por todo o Brasil, embora de modo desigual, ficando muitas unidades agrícolas de fora, sobretudo em regiões pouco desenvolvidas. No caso do Piauí, por exemplo, mais de 85% das unidades de produção ainda não se inseriram nesse processo e, por isso, continuaram atuando com técnicas rudimentares, sem acesso a crédito e com pouca capacidade de competir no mercado nacional e internacional, apesar de este movimento do capital, sobre a agricultura ter desencadeado um longo processo de modernização do campo, sobretudo nas regiões mais desenvolvidas.

As regiões mais pobres do país inseriram-se nesse processo de forma marginal, sofrendo grandes perdas na participação do mercado nacional em razão da competição desmedida com outras regiões, como o Centro Oeste. As transformações estruturais na economia brasileira e as mudanças na própria divisão sociotécnicas do trabalho, entre as regiões brasileira, em curso desde a década de 1950, adquiriram velocidade em sua implantação a partir dos anos de 1970. A agricultura perdeu peso relativo na renda global.

As desigualdades regionais se acentuaram definitivamente. A partir desse momento, a região sudoeste experimentou extraordinário crescimento, modernizando seu parque industrial e consolidando sua hegemonia industrial e financeira; as regiões sul e centro oeste foram orientadas preferencialmente para

a produção agrícola, expandindo sobretudo agricultura modernizada, com destaque para a exportação da soja, contando com apoio oficial para este empreendimento.

O apoio oficial à produção de alimentos nessa nova estratégia fica à margem, expressada por esse movimento de forma perversa. O caráter concentrador seletivo, elitista e excludente do modelo econômico em implantação à época assume proporções alarmantes quanto à concentração de renda com reflexo dramático no contexto das desigualdades sociais regionais.

A principal característica dessa nova fase foi o aporte financeiro e fiscal destinado a unidades produtivas, com grau satisfatório de acesso à modernização tecnológica, permitindo as mesmas alcançar níveis significativos, de especialização em determinados ramos estratégicos competitivos de produção, considerados pelo capital como sendo nobres da produção agrícola, como soja, cana-de-açúcar, café, cacau, laranja, milho, trigo, pecuária de corte, entre outros.

Essa nova tendência hegemônica do capital, sobre a economia e a agricultura, chega aos mercados piauienses, através de alguns programas governamentais, implementados a partir dos anos 1970. Vale ressaltar que, esse movimento intencional, promove um alargamento das desigualdades sociais em todo país, ao contrário do que ocorreu nas décadas imediatamente anteriores. No auge da industrialização, vinha ocorrendo um processo progressivo de melhoria na distribuição de renda.

A partir dos anos 1960, houve uma reversão da referida tendência, contrariando as expectativas da sociedade brasileira no avanço gradativo e processual

da construção de uma sociedade mais desenvolvida democraticamente. A distribuição de renda tornou-se mais desigual a partir de então e, em decorrência do modelo de desenvolvimento imposto ao longo do ciclo militar.

Os programas governamentais mencionados deixaram, em sua maioria, uma grande margem para o desvio de finalidade. O Polonordeste, implementado a partir de 1974, beneficiou o Piauí com praticamente cinco ações complementares. O Programa de Desenvolvimento Rural Integrado, (PDRI)[21] conseguiu

---

21 PDRI: PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DO VALE DO RIO PARNAIBA:

Elaborado por; Felipe Mendes de Oliveira técnico da fundação CEPRO, no período de Julho a dezembro de 1980. Diferentemente do Finor Agropecuário que se destinou aos grandes investimentos, esse tem por finalidade desenvolver a agricultura camponesa e a pecuária de pequena escala, voltada para a subsistência familiar e o mercado interno. Segundo o autor a objetivação desse programa estava voltado para enfrentar as causas da pobreza em solo piauiense, causando impacto direto na política econômica do Piauí. Ainda de acordo com Felipe Mendes de Oliveira, em carta enviada ao BIRD, o governo do estado do Piauí, reforçava a ideia de que a depender do montante dos recursos aportados para o projeto. Os impactos socioeconômicos não se limitariam as dimensões previstas no projeto; podendo causar efeitos positivos na consolidação de uma economia moderna fundamentado em um vasto território em potencial a ser explorado. Os possíveis impactos terão ressonância inclusive na política e na estrutura fundiária. Ademais vale ressaltar que o referido projeto passou por um longo processo de gestação, foram três longos anos de 1977 a 1980. Esta longa marcha para consolidação de uma estratégia de desenvolvimento convincente, se explica em parte pela necessidade de construção de um projeto consistente considerando as expressões da questão social em sua totalidade. Como resultado dessas preocupações realizou-se em 1978, um mini curso sobre direito agrário, com 18 participantes, resultando na construção de um projeto de desenvolvimento rural integrado no Piauí, visando beneficiar os trabalhadores rurais de baixa renda, forçando o governo a época direcionar seus esforças

por sua abrangência alcançar o território piauiense, através do Delta do Parnaíba, Vale do Gurguéia, Vale do Fidalgo e as chamadas fazendas estaduais. Os gastos se concentraram em estradas vicinais, eletrificação rural, assistência técnica, armazenagem, equipamentos de saúde, educação e outros investimentos.

Lançado em 1980, o Plano de Desenvolvimento Integrado do Vale do Parnaíba contemplou um território de 28 municípios em uma das regiões com maior densidade demográfica do estado do Estado do Piauí. O Programa contava com o apoio financeiro do BIRD e do Banco Mundial. Sua estratégia era facilitar o acesso à terra, a produtores não proprietários, através de componentes fundiários que compravam terras e as distribuíam aos produtores sem terras, "pré-selecionados", de modo a garantir um investimento aproximado na ordem de U$ 100 milhões de dólares durante cinco anos. Além disso, o Programa visava a dar passos significativos na consolidação das vias de transportes terrestres, com o objetivo de garantir a inserção do estado nos mercados regionais e nacionais.

O objetivo do Programa era beneficiar pequenos produtores e Sem Terra. Na definição dos critérios, no entanto, estes dois setores foram excluídos – a grande massa de trabalhadores rurais pobres –, não permitindo, assim, a participação dos Sem Terra e ou dos pequenos

---

para essa categoria a, exemplo do polo nordeste e Finor agropecuário que buscavam beneficiar os grandes produtores. (CARTA CEPRO. Ed. Fundação Cepro. Teresina-Piauí, Vol. 6, nº 2, P, 4 a 8, Julho a Dezembro de 1980).

produtores que, em algumas regiões do estado, chegava a 70% da população. Por outro lado é fato que as principais obras foram implementadas em grandes propriedades particulares. Os maiores beneficiados foram os latifúndios e as oligarquias agrárias regionais, materializado pelo seu poder e influência política predominantes na distribuição dos recursos e beneficiários.

Embora o principal objetivo desses programas fosse promover o desenvolvimento das pequenas e médias unidades produtivas, beneficiaram os grandes latifundiários. Por essa razão, os projetos governamentais despertavam tantos interesses, de modo que a partir de 1987, surgiram novos programas, com o objetivo de corrigir as distorções, causadas pelos projetos anteriores. Um destes foi o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor, ainda que os recursos disponibilizados fossem insuficientes. Diante das demandas crescentes, o Programa ficou longe de realizar as metas por ele estabelecidas.

Os projetos de irrigação sempre andaram a reboque de políticas regionais de irrigação, ditadas pelas oligarquias locais. Não houve preocupação com a implementação de uma política de irrigação, de modo que as áreas potencialmente irrigáveis são insignificantes. Tínhamos na época uma área irrigável na ordem de 438.450 hectares; as áreas irrigadas chegaram nesse período a 15.000.000 hectares, considerando que 2/3 dessas áreas pertencem à iniciativa privada, localizadas em sua maioria nas margens dos rios perenes com maior potencial produtivo. Os projetos, de um modo geral,

pouco avançaram por falta de políticas públicas que dessem prioridade a estratégias com mais consistência estrutural.

No período de 1980 a 1988, tais projetos beneficiaram uma área de 17.529 hectares e outras tantas que foram implantadas no âmbito do Polonordeste. No geral, a maioria deles fracassou. No entanto, esse fracasso foi assumido por aqueles que seriam os verdadeiros beneficiados direta ou indiretamente (os trabalhadores), favorecendo apenas os fornecedores de materiais de construção e outros equipamentos. Os intermediários latifundiários foram os que mais lucraram.

Paralelamente à "implantação" de 70 projetos agropecuários dentro do Finor Agropecuário, no período de 1971 a 1984, de todos os projetos, 50 unidades foram destinadas à pecuária de corte. As outras 20 unidades foram implantadas com viés para a área agrícola, abrangendo 34 municípios da região centro sul do estado, além dos projetos vinculados ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). A história da sociedade piauiense é uma "história decadente", apesar da demonstração de resistência, sobrevivendo em praticamente todos os ciclos ou tentativas de organização através da pecuária.

Os programas governamentais referidos causaram ainda outras consequências negativas, como a grande concentração de terras, decorrência dos próprios projetos. Ao relacionar os dados dos municípios beneficiados pelos projetos e dos que não o foram, percebemos claramente a alta concentração de terras provocada pelos projetos. A aceleração do êxodo rural

levou a um esvaziamento absoluto do campo, tanto que durante as últimas duas décadas a produção de subsistência definhou e perdeu importância dando espaço novamente à agropecuária.

A referida tendência configurou-se como estando vinculada às unidades produtivas mais capitalizadas e, em melhor posição junto ao mercado. Restando apenas um percentual de 10% das unidades produtivas familiares que apesar da decadência profunda por falta de prioridades governamentais resistiram em todas as épocas e circunstancias.

2.3 CENARIO ESTRUTURAL E A QUESTÃO FUNDIÁRIA PIAUIENSE

Analisar a estrutura agrária e fundiária do Piauí requer falar de um modelo econômico demasiadamente atrasado em todos os sentidos. Estando inserido em um conjunto de fatores que se materializam através da estrutura agraria concentrada secularmente no sertão nordestino[22]. A expressão desse problema ocorre principalmente na chamada ´economia agrária nordestina/piauiense.

---

22 NOTAS SOBRE A POSSE E O USO DA TERRA NO PIAUI: Trabalho elaborado pelo economista WILIAM Jorge Bandeira, Técnico da Fundação CEPRO. A problemática Agraria piauiense demarca o elevado grau de concentração da estrutura da propriedade da terra, ou seja, apenas as propriedades acima de 100 hectares que significam 1,8% das propriedades representam sozinhas 43,7% da área total do território piauiense. Esses dados são suficientes para compreendermos que a manutenção desse quadro de concentração sem democratiza-lo, é suficiente para impor uma condição de marginalidade a uma parcela significativa dos piauienses. Segundo o autor a grande propriedade só se viabiliza em virtude da existência de um grande contingente de mão de obra barata e pela valorização

Salientamos que esse dilema tem natureza menos climática, com predominância para economia e a política. Nesse cenário que mergulharemos a seguir, está inserida a mais densa expressão da questão social piauiense, a concentração fundiária da propriedade da terra é a expressão definitiva de uma sociedade que optou por conviver com as desigualdades sociais em detrimento de seu enfrentamento. Os dados aos quais lhes apresento na sequência ilustram bem essa problemática histórica e estrutural descrita.

Preliminarmente faço uma alerta aos leitores mais atentos para a evolução cronológica dos dados históricos, que, ao longo desse trabalho encontraremos sobressaltos em diferentes períodos sem retomada lógica. O fato é que a referida pesquisa não configurou-se como uma pesquisa que tenha definido por algum recorte histórico, por isso tomei a liberdade de trazer presente alguns fatos históricos, em diferentes épocas, que a meu ver, representam na essencialidade o processo de formação econômica e social de nosso povo. Assim, não incorremos em anacronismos, é parte de nossa construção metodológica de prospecção dos dados.

---

das terras por eles usadas como meio de especulação e reserva de valores. Este processo levou a agricultura piauiense a uma direção até certo inversa em relação ao que vem ocorrendo nos outros estados nordestinos. Pois enquanto se assiste, em outros estados, a transformação das relações de produção em formas capitalistas, sobretudo no tocante a alguns produtos de maior dinamismo em termos de mercados, no Piauí ainda persistem e até se aprofundam formas de produção do tipo não capitalista, e a apropriação do excedente ainda se dá predominantemente pela renda pré-capitalista da terra. (Carta, CEPRO. Teresina-Piauí, v.1 n.1 p, 29 a 56, Janeiro/Junho de 1981).

Para início de conversa os dados que abrem o subitem do cenário estrutural e a questão fundiário foram coletados na década de 1970, entretanto foram os que mais impactaram socialmente esse pesquisador e portanto motivaram a materialidade desse empreendimento literário. Segundo o Censo Agropecuário do IBGE (1970), 77% dos estabelecimentos rurais do estado do Piauí ocupavam uma área correspondente a apenas 3,77%, do total das terras piauienses. Por outro lado, somente 2% dos proprietários se apropriavam de 63% das terras cadastradas.

Cinco anos depois em 1975, essa realidade pouco se alterou, ou seja, existia à época cerca de 75.226 propriedades rurais cadastradas, das quais 62,4% situavam-se na faixa inferior a 50 hectares, significando apenas um percentual de 7,5% das terras piauienses. Sendo que as propriedades superiores 100 hectares representavam quantitativamente apenas, 1,8% do total das propriedades cadastradas mais abarcavam isoladamente 43,7% do total das áreas cadastradas e matriculadas. De acordo com a Tabela 4, mostraremos a estrutura fundiaria do estado do Piauí, segundo dados do Instituto de Terras do Estado do Piauí (INTER/PI).

Tabela 4 – Estrutura Fundiária do Estado do Piauí

Dimensão Territorial/Piauí	**Total de Area Cadastradas (Ha)**	**Area Em (%)**	**Numero De Imoveis**	**Defsti Cadastral**
Totalização do Território Piauiense	25,135,000			2.297,4
Pequena Propriedade	7,233,180	32%	241,864	
Media Propriedade	4,628,020	20%	10,321	
Grande Propriedade	10,977,400	48%	3.528	
Total de Áreas Cadastradas Pelo Interpi	22,837,600			2.297,4 T.D.V

Fonte: GEOLAB/ESALQ, versão outubro de 2017.

Quando utilizarmos o chamado índice de Gini, que é um coeficiente variável, que trata da concentração da estrutura fundiária utilizando as variações de 0 e 1.Ou seja, se a democratização da terra for mais igualitária e equitativa possível o índice é zero ou próximo dele. No caso da mais extrema concentração os índices valorativos se aproximam de 1. Quando aplicamos essa metodologia para interpretar o referido fenômeno em território piauiense e, tendo por base as informações do censo agropecuário de 1960,1970,1975, observamos uma tendência ao aprofundamento dos índices de concentração da posse e uso de terra no Piauí.

Considerando os dados dos três estudos mencionados, o Piauí ostenta as seguintes cifras. 0,873, 0,89 e 0,9 respectivamente. Salientamos ademais que esses indicadores materializam uma tendência em evolução para consolidar um complexo latifundiário na região meio norte do brasil. Salientamos que a expressão desse fenômeno no caso do Brasil e Piauí, não se configuram como fato isolado resta apenas

equiparar os dados da região centro americano com essa mesma metodologia, os quais lhes apresento a seguir apresentamos os indice de GINI da região centro-americana incluído o Brasil na Tabela 5:

Tabela 5- FAO E IBGE

BELIZE	0,68
GUATEMALA	0,72
COSTA RICA	0,67
ELSALVADOR	0,58
HONDURAS	0,66
MEXICO	0,58
PANAMA	0,73
BRASIL	0, 612,3
MUNDIAL	0,64

Fonte: Censo Agropecuário, 1990.

O coeficiente é calculado tendo por base aqueles sujeitos que possuem a posse da terra, desconsiderando o segmento considerado Sem-Terra. As consequências e distorções causadas na evolução do processo de desenvolvimento econômico da sociedade e da atual estrutura fundiária piauiense. Consideramos que a concentração da posse e uso da terra, atua positivamente em relação a concentração e exercício do poder. Como sabemos no caso do Piauí e, do Nordeste, o poder político esteve historicamente associado à detenção da propriedade privada da terra. Utilizando como caminho para esse processo de espoliação e apropriação inclusive da renda agrícola produzida pelos camponeses.

> Quando analisamos o meio rural nordestino, Poderíamos classifica-los em três dimensões distintas e complementares. A primeira camada social é constituída pelos camponeses sem terra; moradores,

> assalariados, arrendatários, que representam as categorias mais carentes da região e vivem, a rigor, da economia de subsistência. Um dos seus principais problemas talvez seja a posse da terra e a coadjuvação de uma política séria, orientada para o desenvolvimento. Já a segunda dimensão se define por pequenos proprietários; estes já possuem um pequeno respaldo, embora muito restrito, excedente de produção, apelo a negociantes ou casas bancarias. Dificilmente se encontram na situação dos que não tem terra, só em casos extremos chegam a diluir-se nas correntes de imigração ou aglomeram-se em frentes de trabalho. O terceiro extrato social, em relação aos dois anteriores, encontra-se em situação privilegiada. É para ele que se carreia, indiretamente e, até mesmo, diretamente, a maior atenção da política governamental de combate aos efeitos das secas. As outras camadas são exploradas pelo terceiro extrato, que é formado pelos médios e grandes proprietários (BORGES, 1980,45-51).

Esse processo secular de exploração do trabalho pelo capital agrário resulta no empobrecimento constante dos camponeses, objetivando torná-lo mais pobre e, portanto mais dependente. A falta de inovação tecnológica e as práticas agricultas rudimentares e, atrasadas tendem a reproduzir-se para as futuras gerações; no caso do Piauí a particularidade dos proprietários dos fatores de produção, está na reprodução de práticas e culturas arcaicas, sem absorver ou acompanhar a evolução das tecnologias agrícolas.

Variados são os condicionantes para modernização dos estabelecimentos, desde a vastidão territorial e a abundância da mão de obra disponível, aos elevados preços dos insumos modernos, tornando

desse modo mais factível a manutenção das práticas oligárquicas antiquadas de exploração da terra. No caso do Piauí o processo de exploração das propriedades pelo capital, ainda segue percursos primitivos e pré-capitalistas.

A acumulação capitalista na agricultura tende a ser materializada a partir da concentração da terra como meio de especulação e reserva de valores. O excedente econômico resultante da exploração agrícola não é revertido em aumento da capacidade produtiva e econômica, exatamente em virtude do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas.

> No Piauí, a exemplo do resto do Brasil, a maior parte das terras inicialmente despovoadas foi doada pela coroa a alguns indivíduos privilegiados, através da instituição das sesmarias. (BANDEIRA, 1978, p.11).

Estes dados como sabemos, representam muito mais que uma simples equação matemática, pelo contrário expressão a materialidade e, o empoderamento do monopólio dos fatores de produção no campo, na determinação das relações de produção no campo piauiense. Impondo a um grande contingente de trabalhadores rurais, a "desterritialização forçada", tornando-os, vítimas da dependência e da marginalização, relegando-os a mitigação dos proprietários dos meios de produção no campo.

A estrutura da propriedade privada da terra continua altamente concentrada, o que já era de se esperar, já que este é um dos pilares de sustentação desse modelo, apesar de não dispensar recursos para modernizar a

economia, diversificar as culturas, permitindo inverter a imagem de economia pouco desenvolvida e, adotando um modelo tecnológico adequado para alavancar níveis de desenvolvimento mais justos e humanos. Tais índices estão ancorados em um projeto mais amplo do capital de apropriação generalizado dos fatores de produção, senão vejamos; como fica os reflexos dessa anomalia nas unidades da federação representadas pelo curso de serviço social da terra, conforme Tabela 6:

Tabela 6-Indice de GINI da concentração fundiaria brasileira

BRASIL	0,8020
PIAUI	0,751
MARANHÃO	0,735
CEARA	0, 690
RIO GRANDE DO NORTE	0,710
PARAIBA	0,751
PERNAMBUCO	0,748
ALAGOAS	0,789
SERGIPE	0,770
BAHIA	0,803
PARA	0,744

Fonte: IINCRA/ SNCR/30 de setembro de 2000. Portaria 558/99.

Quanto à estrutura da concentração da propriedade da terra, o território piauiense revela um quadro demasiado desolador. Segundo dados produzidos pelo economista Jonas Rocha, da fundação CEPRO. Constatamos durante nossas incursões preliminares, que as contradições contemporâneas, resultam da concentração fundiária imposta pelos colonizadores, que

puseram em marcha um processo da conformação da estrutura fundiária que temos na atualidade, conforme Tabela 7:

Tabela 7- Estratificação Fundiária

Estratificação dos estabelecimentos do Piauí em %	Nº de Estabelecimentos em %	Quantificação "variável" dos estabelecimentos em termos territoriais efetivo.
Estabelecimentos de zero a 10 hectares	70%	3%
Estabelecimentos de 10 a 100 hectares	23,8%	18%
Agrupamento dos estabelecimentos de zero a 100 hectares.	93,8%	21/23%
Estabelecimentos acima de 1000, Mil hectares	0,5%	41%
Estabelecimentos acima de 100.0000 mil hectares	4 unidades	4%

Fonte: Teresina, Piauí, ROCHA, Jonas, 1982, p, 61.

A tabela imediatamente anterior reflete um dos maiores problemas estruturais de nossa sociedade, a concentração fundiaria onde a esmagadora maioria da sociedade é submetida a uma condição de extrema vulnerabilidade através da negação de ascesso aos fatores de produção, no caso especifico a terra. Isso justifica a extrema desigualdade social do povo piauiense.

Várias são as tentativas de superar essas anomalias sociais, entretanto as apostas realizadas foram hegemonicamente institucionais e, como tal enfrentam uma serie de condicionantes, a começar pelas prioridades estatais, ou seja, essas possibilidades dependem das tendências adotadas pelo estado, que segundo Wladimir Lenum,(2005, p, 46), configura-se como instrumento a serviço do capital e, que portanto deve ser suprimido. Aqui reside em nossa opinião a,

centralidade dos problemas sociais em nosso territorio, por outro lado essa opção institucional adotada historicamente nos dá uma certeza, a solução de tais anomalias, não viram da dimensão institucional e, sim da tomada de conciencia da sociedade civil organizada.

2.4 EMPREGO DA MÃO DE OBRA CAMPONESA NOS EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS SEJA DE FORMA PERMANENTE E OU TEMPORÁRIA

Ao analisar a economia piauiense baseada no regime de empregos "permanentes e ou temporários", observamos o desencadear de uma tendência inversa à ocorrida durante as décadas de 1950 a 1970. Os dados mencionados evidenciam a pujança produtiva das pequenasunidadesdeprodução,queforamhistoricamente responsáveis, pela garantia da subsistência do povo piauiense. Assumindo um dinamismo constante, evidenciado ao longo desse processo exploratório, os dados aqui expostos estão implícitos, no conjunto dos documentos que estão devidamente inseridos no corpo dessa pesquisa. A Tabela 8 trata do emprego de mão de obra no campo piauiense:

Tabela 8- Emprego da mão de obra no campo piauiense

Período pesquisado	Percentual encontrado	Empregos permanentes, propriedades acima de 100 hectares	Empregos temporários, propriedades, de até 100 hectares
1970	96,8%	60%	40%
1975	94,8%	Participação do campo 0,8%	
1980	85,6%	Participação do campo 1,3%	

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO, 1980/1985.

Ao retomar essa análise percebemos que essa tendência pouco se alterou, basta analisar os dados da Tabela 9:

Tabela 9- Senso Pecuário

Ano	Pessoal ocupado por unidades produtivas no campo brasileiro.	Totalização
2006	3,2 pessoas por unidades de produção	16.567. 544, pessoas
2010	3,1 pessoas por unidades de produção	15.036.978, pessoas
2017	3, pessoas por unidades de produção	10.958.787, pessoas

Fonte**:** Censo Agropecuário de 2006/2017.

Segundo constatação desses estudos, houve uma redução de 1.530.566, postos de trabalho no campo. Quanto ao assalariamento do campo com carteira assinada, 81% estão relacionadas as propriedades acima de mil hectares. No caso das propriedades patronais, as mesmas representam em média 7,5 milhões de hectares,

ou seja, (18%, do total do território brasileiro), entretanto contam com a garantia de acesso a 70%, dos créditos bancários disponíveis para o campo.

As propriedades camponesas ou unidades camponesas de produção, em sua maioria estão voltadas para a subsistência e o mercado local, porem como agricultura camponesa conta com apenas 30%, do montante de credito disponível. Apesar disso tem sido responsável pelo abastecimento de mais de 80%, dos mercados locais e nacional em todos os gêneros alimentícios.

Apesar disso lhes é negado o acesso à tecnologia e ao crédito[23] para que tenhamos uma ideia, nesse período, apenas 10% das unidades produtivas é detentora

23 A PEQUENA PRODUÇÃO RURAL NO ESTADO NO PIAUI: Artigo elaborado pelo economista Jonas Rocha, Pesquisador da fundação CEPRO. Durante um longo período a economia agraria nordestina e piauiense, teve como elemento predominante a pecuária isso durante todo o período colonial até meados do século XIX, durante todo esse processo o Piauí não se desponta com outra atividade econômica com importância de vanguarda na economia. Segundo o autor é somente a partir da segunda metade do século XIX, que a economia sobre a predominância da pecuária sofre alguns reveses importantes, a produção de algodão passa assumir papel decisivo na economia piauiense, buscando atender as crescentes demandas do mercado internacional. Beneficiando várias regiões de nosso território com a produção para atender as demandas do mercado europeu. Para se ter uma ideia da importância dessa cadeia produtiva, no período entre 1950 e 1970, as exportações de algodão assumiram a segunda posição depois da pecuária na composição das receitas Estaduais. É nesse contexto que a estrutura da propriedade da terra vai se consolidando, segundo o autor. Não há dúvida de que esse movimento concentracionista vem tornando o sistema no campo cada vez mais injusto. Se antes o problema da posse da terra já era grave, com o fenômeno recente de cercamento e da especulação de terras se processando de forma mais intensa, as perspectivas de acesso à posse da terra pelos pequenos produtores diminuem drasticamente, contribuindo para o

de tratores, 38% utilizam fertilizantes, 1% possui colheitadeiras. Ainda segundo dados do censo 2017, nos últimos 11 anos amargamos uma queda de 1,5 milhão de empregos no campo, contrastando com um crescimento de 49,7% na aquisição de tratores. Como vimos o acesso à tecnologia reduz a penosidade do trabalho, de um lado excluindo, empobrecendo e descapitalizando os sujeitos campo, maximizando as desigualdades sociais no campo brasileiro.

Apesar de sua obsolescência o censo agropecuário de 1985, revelou que 80%, da produção de alimentos no campo, deriva das pequenas unidades camponesa de produção e, que 72%, destes pequenos produtores são considerados sem terras, sendo responsáveis por grande parte da produção agropecuária do estado do Piauí, ou seja, os estabelecimentos ou unidades produtivas com área de até 100 hectares são responsáveis pela produção agrícola do Piauí conforme Tabela 10:

---

aumento dos conflitos e tensões sociais, gerados em consequência da expulsão de parceiros e moradores. Ao se preservar o domínio de concentração da propriedade por parte dos latifúndios, sejam eles, tradicionais improdutivos ou modernos, preservar-se-á igualmente a condição de pobreza generalizada existente no campo piauiense, mantendo-se, assim, as tendências ao êxodo rural e, o que é mais grave, A produção de gêneros alimentícios continuará crescendo abaixo das necessidades da população do campo e/ou das cidades. (Carta, CEPRO, Teresina, Piauí, v,9 n.1, p. 5 a 18, julho/dezembro de 1983).

Tabela 10 - CARTA CEPRO

Caprinos	80%
Suínos	70%
Bovinos	43%
Feijão	85,9%
Milho	83,9%
Mandioca	79,4%
Algodão	75,4%
Arroz	82,1%

Fonte: CARTA CEPRO, TERESINA, 1982, p. 61, ROCHA, JONAS/ CENSO DO IBGE, 1985.

Das 2.872 propriedades cadastradas pelo INCRA, que representam apenas, 2,4% do número total de imóveis, ocupavam à época uma área equivalente a 54,4%. Destas, segundo dados oficiais, apenas 237 unidades, ou seja, 8,3% foram classificadas como produtivas, cumprindo a função social da propriedade conforme estabelece a constituição federal, (CF) em seus artigos; 184,185 e 186. Já as 2.635, propriedades 91,7%, não alcançaram os índices mínimos de produtividade. Por outro lado, os imóveis caracterizados como minifundiários representavam à época 67,1% dos estabelecimentos rurais, perfazendo um total de 82.220, propriedades que ocupavam apenas, 9,8% da área total cadastrada pelo INCRA em 2007.

Com os dados postos e problematizados afirmamos que a evolução da produtividade não tem necessariamente relação direta com a democratização da posse e uso da terra. No caso da sociedade brasileira e piauiense, esse quadro jamais se efetivou, ou seja, o

aumento da produtividade sempre esteve associado aos monocultivos e a produção em larga escala em detrimento da democratização dos fatores de produção.

No Piauí, o Estado cumpriu historicamente o clássico papel de comitê executivo do capital, ou seja, a função primordial das instituições governamentais configura-se em criar todas as condições para reprodução ampliada do capital; em detrimento da reprodução social do campesinato. Essas dualidades de interesses permeiam o fazer do ser social camponês como sujeito de sua própria história. Salientamos por definição própria que, o território sociológico desse sujeito social, é o território da negação.

Temos por característica central da gênese desse sujeito a resiliência mensurada exaustivamente no corpo desse trabalho. A materialidade soicológica dessa anomalia torna-se socialmente palpável ao analisar os dispêndios efetivos das políticas públicas e, seus direcionamentos, essa primazia dá ao Estado brasileiro como construção social subordinada, a função de representante mor do seguimento empreendedor, o capital.

No caso do Piauí, essa relação já nasce de forma desequilibrada, aquelas premissas, exercida pela teoria do estado de bem estar social, de intervenção institucional na economia em detrimento da questão social, jamais se cumpriram, uma vez que as instituições foram sequestradas para defesa irrestrita dos interesses da classe dominante.

Observamos a submissão efetiva ocorrendo de diferentes formas, adequando-se em distintas épocas e estágios evolutivos do desenvolvimento tanto do capital quanto da evolução institucional do estado. O desequilíbrio na correlação de forças entre Estado e Capital foram cruciais para vivenciar no estado coisas que estão a materializar-se na contemporaneidade. Assim, as instituições governamentais sempre tiveram um lado, os avanços e as conquistas socias sociais, contaram ao logo da história com o desequilíbrio nessa composição.

Daí a importância das crises para a luta de classes, ou seja, as crises expressam os limites do capital como projeto hegemônico. As maiores conquistas sociais da luta de classes ocorreram em períodos de fragilidades estrutural do capital, e, descolamento das ideias dominante da situação social concreta. Ou seja, mais autonomia da sociedade em relação ao capital; menores são as possibilidades de retomada da hegemonia das ideias dominantes.

No tabuleiro de xadrez da luta de classes do povo piauiense, nosso ponto de partida foi historicamente uma situação de xeque mate. Com argumento de isolamento utilizado pelas elites agrárias dominantes, nossas possibilidades de acúmulo de forças foram em todas as épocas extremamente deficitárias. Assim apreendemos pelo pior caminho que gerenciar a superestrutura político-econômica da sociedade piauiense, (superestrutura) não significa desequilibrar as forças entre a propriedade privada e as demandas sociais.

Ao contrário, a manutenção da infraestrutura econômica da sociedade em questão é a condição dispensada para gestão dessa instituição em benefício do capital. Conclusão possível, acumular forças é importante, desequilibrar a correlação de forças é imprescindível. Entretanto, suprimir a infraestrutura econômica da sociedade é a condição sinequanom, ou seja, parafraseando Lenim, é necessário se livrar do velho traste, corporificado pelo estado nacional guardião da infraestrutura capitalista dominante.

CAPÍTULO 3

A FORMAÇÃO DO CAMPESINATO E A QUESTÃO REGIONAL: UMA INCURSÃO HISTÓRICO-SOCIOLÓGICA

Nossa motivação para pesquisa desse tema se deve às múltiplas determinações, sendo que uma das principais está relacionada às contradições dilemas sobre a finitude ou resistência prolongada da categoria campesinato como classe social. Vivenciamos cotidianamente os reflexos dessa polêmica reatualizada na segunda quadra do século XX e intensificada como tema candente no início do século XXI. O que presenciamos, no entanto, é uma categoria demonstrando muita musculatura político social, ao contrário das teses de supressão em detrimento de um novo protótipo de sujeito social do campo, (agricultor familiar), agora subordinado aos ditames do mercado e literalmente desautonomizados. A individualidade desse momento é sua presença marcante em todas as épocas e continentes, com diferentes formas de organização econômica, social e cultural.

3.1 O CAMPESINATO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: CONTRADIÇÕES, LIMITES E PERSPECTIVAS

Sobre o campesinato, sua materialização e reprodução tem- se demonstrado pujança significativa, seja ela, econômica, social e ou política, adequando-se progressiva e sustentavelmente sobre as mais diversas formas de reprodução social da vida no contexto da integração homem natureza, reafirmando suas formas de reproduzir-se socialmente. Comprovando que sua resistência e sustentabilidade se devem à sua capacidade de interpretação dos diferentes biomas e ciclos reprodutivos, potencializando-se mutuamente e construindo suas relações ancoradas nessa compreensão natureza e sociedade como unidade indissolúvel.

Ao analisar a história da humanidade percebemos não ser impossível compreendê-la em sua totalidade, negando a presença do campesinato em todas as épocas. É fato que os camponeses por serem uma "categoria histórica" tem sido uma das mais controversas discussões nessa fase de centralização dos capitais. Contradição essa materializada pela subordinação irrestrita aos ditames do mercado globalizado. Daí porque tornou-se um dos objetos de estudos mais visitados e revisitados na contemporaneidade.

Ademais, quanto às perspectivas do campesinato, não há consenso entre os estudiosos do tema, enquanto as polêmicas se acentuam no espaço acadêmico, as formas de resistência e reprodução se multiplicam por diferentes matizes, nos permitindo afirmar que; como categoria histórica a reprodução do campesinato

segue a marcha evolutiva da humanidade. A ameaça à existência da categoria está relacionada ao domínio ou subordinação aos ditames da tecnologia como instrumento de potenciação, ou suprimido por ela[1].

Como sabemos, há um conjunto de interesses fortemente ávidos pelo desfecho dessa contradição: de um lado, os adeptos da submissão às leis do mercado apostando em sua derrocada. De outro, um segmento social que não só acredita, mas tem demonstrado na prática sua importância para essa e para as futuras gerações. É fato que, com o avanço da tecnologia e a evolução das forças produtivas, a cultura camponesa passa por grandes transformações, materializando- se de formas distintas.

Adequando-se às diversidades regionais constantemente metamorfoseadas pelas relações sociais estabelecidas, tanto expressando os limites histórico-estruturais, quanto demonstrando novas facetas de resistência e sustentabilidade, exige um interpretar constante das diferentes formas de potenciação ou fragilidades em seu processo de reprodução social.

---

1 Essa reflexão é grifo nosso, fundamentado a partir de um conjunto de leituras, sobre as perspectivas do campesinato como categoria e como classe trabalhadora. Um conjunto de autores tem tratado desse tema especialmente no ultimo quartel do século XX e as primeiras décadas do século XXI. Dentre os autores de referência estão; Manoel Correia de Andrade em a Formação do campesinato nordestino e a Terra e o Homem no Nordeste. Ariovaldo Umbelino de Oliveira professor do departamento de Geografia da FFLCH-USP, no texto intitulado a longa marcha do campesinato brasileiro, estudos avançados, 2001. Horácio Martins de Carvalho, estudo demandado pela via campesina Brasil, materializado no texto, O campesinato no Século XXI. Curitiba Brasília, 2004. Dentre outros autores.

O referido esforço colossal para interpretação do campesinato como classe social, remonta na contemporaneidade à necessária compreensão do sistema econômico e matriz tecnológica empregada nessa fase de desenvolvimento capitalista, em especial, no campo brasileiro. Uma vez que o modelo de exploração do trabalho a partir da exploração dos fatores de produção tem gerado como consequência um conjunto de contradições, fragilizando os mecanismos, de resistência empregada pela classe trabalhadora do campo que, em sua totalidade são excludentes resultando em impactos avassaladores ao meio ambiente. Para Paul Lafargue (1999, p.19), o campesinato está sujeito à seguinte premissa:

> Trabalhem! Trabalhem, proletários! Para aumentar a fortuna social e as vossas misérias individuais; trabalhem, trabalhem, porque, tornando-vos mais pobre, tenha mais razão para trabalhar e para serem miseráveis. Eis a lei inexorável da produção capitalista a qual está submetida a categoria, resistindo apesar das contrariedades.

Como pudemos perceber, a longa marcha do campesinato atua como imperativo em todos os modelos de sociedades. A produção camponesa foi e continua sendo fundamental para qualquer sociedade que se pretende e almeja a autonomia decisória. Um povo que não consegue produzir organicamente sua reprodução social é um povo desautonomizados e submisso a interesses alheios aos seus, e que portanto configura-se como contrassenso.

Esse continua sendo o principal dilema das sociedades com fortes características camponesas como é nosso caso. Equalizar essa demanda significa elevar a categoria de predominância no cenário local, regional e nacional, isso provocaria um desiquilíbrio nas relações comerciais hegemônicas em todas as sociedades de classes.

A manutenção da categoria como força auxiliar com potenciação secundária continua sendo a mais adequada para uma sociedade alijada de sua capacidade de pensar e construir seu próprio futuro no cotidiano de sua luta materializada na construção de uma sociedade que desenvolva e autonomize os segmentos sociais e cadeias produtivas com capacidade de elevar nossa sociedade a patamares de igualdade de condições tanto política quanto de disputa sociais e econômicas no cenário internacional.

Assim, construir um projeto de país exige primeiro consolidar-se como povo e sociedade autônoma. Isso significa elevar a categoria dos camponeses a condição de classe trabalhadora, com capacidade e condições de a partir dos fatores de produção e de sua produtividade, impor à sociedade urbanizada e submissa; a condição de trilhar com autonomia seu próprio destino como povo e como nação.

Ademais reestabelecer essa condição, exige a supressão da "cultura da dependência"[2] impregnada pela classe política dominante em nosso em país,

---

2 A estrutura Fundiária e a Produção Agrícola Piauiense. Documento elaborado por Wiliam Jorge Bandeira, técnico da Fundação CEPRO. Segundo o Referido autor a agricultura piauiense

preservada e cultivada em todas as épocas. Continuar figurando entre os dilemas candentes é necessário ao longo da história da humanidade é a prova inequívoca

---

caracteriza-se basicamente, pela predominância de formas tradicionais de organização da produção, com relações sociais de produção não capitalistas. As relações predominantes de trabalho no campo se configuram como as de parceria e arrendamento para do trabalho assalariado temporário, predominantemente no período sazonal, ou seja na entre safra. Salienta o autor que no caso do assalariamento significa apenas uma de complementar a subsistência familiar do que a existência de um mercado de trabalho consolidado. A terra encontra-se extremamente concentrada nas mãos de pouquíssimos proprietários, problema esse alertado pelo autor com grandes possibilidades de agravamento através de um processo chamado por ele de natural de concentração econômica pela absorção das pequenas pelas grandes propriedades. Segundo o autor. Tal processo tem como contrapartida uma pressão desigual sobre a terra apropriada no estado, provocando uma intensidade de exploração da terra diferenciada nos vários estratos de áreas. Isso porque a maioria da população agrícola tem que conseguir sua reprodução social em áreas demasiadamente pequenas. Em geral insuficiente para prover as necessidades familiares. Como resultado, estas pequenas unidades produtivas se constituem em verdadeiros “viveiros” de mão de obra à disposição dos grandes proprietários, ocorrendo, assim, uma simbiose entre grandes e pequenos estabelecimentos, fato que se configura como importante para característica da estrutura agraria piauiense. Estes fatos, aliados ao pouco dinamismo dos mercados internacionais e inter-regional para os produtos dos grandes estabelecimentos, tem como consequência a pouca integração da agricultura piauiense nesses mercados. Segundo o autor, tais fatores se apresentam como elementos limitantes ao desenvolvimento das forças produtivas na agricultura piauiense, condicionando, assim, a persistência de formas de produção arcaicas nesse setor, além de continuar pequena a parte comercializada da produção. Enquanto o preço do produto cobrir sua subsistência, o produtor cultivará a terra, muitas vezes sedimentando-se os rendimentos reduzindo ao mínimo vital. Disso se aproveita o “capital comercial”, representado pelos comerciantes e/ou intermediários, para submeter os pequenos produtores aos seus interesses com objetivo de se apropriar o máximo possível do sobre trabalho destes produtores. (CARTA CEPRO. Ed. Fundação Cepro. Teresina-Piauí, Vol. 6, nº 2, p, 29-44, Jul-Dez 1980).

da imprescindibilidade dos camponeses, que se impõem apesar de todos os avanços tecnológicos produzidos pela humanidade.

O cenário que se apresenta a seguir é a materialidade dessa concepção de resiliência e viabilidade da cultura camponesa, no caso brasileiro, mesmo em uma conjuntura de centralização dos capitais e, predomínio das demandas exógenas as suas reais necessidades, tais demonstração de continuarmos sendo uma pedra no sapato da elite dominante, ou seja, para usar uma metáfora.

"O camponês e sua cultura é como fogo de monturo" continua ali com mais ou menos importância, evidências, sempre com a mesma latência quando provocado através de sua negação, demonstra toda sua importância sempre contrariando os interesses hegemônicos do mercado de massas, acobertado pelas cinzas, bastando apenas um sopro para ativar seus "tentáculos" para reproduzir-se socialmente e cumprir sua função como classe social em qualquer modelo de sociedade.

3.2 ELEMENTOS DA FORMAÇÃO SOCIAL DO CAMPESINATO BRASILEIRO

No caso brasileiro, a consolidação do campesinato como classe social em ascensão enfrenta uma série de condicionantes e ou entraves estruturais. A supressão dos impactos socioambientais, dos resquícios da aculturação dominante, materializado hegemonicamente na contemporaneidade pelo agronegócio. Superar essas barreiras torna-se imprescindível, a realização

de uma ampla massiva e verdadeira reforma agrária, para nos valer dos elementos da física podemos afirmar que vivenciamos no campo brasileiro hoje, dois movimentos contraditórios e complementares, ou seja, há movimentação do centrífugo que impulsiona a migração forçada dos camponeses (principalmente a juventude), para os centros urbanos, movimentação essa denominado de rururbanização do campo.

De outro lado existe o movimento centrípeto que faz o movimento contrário materializado por um novo fenômeno chamado de urbanorruralização do campo, esse talvez se configure como um dos maiores dilemas da atualidade camponesa, uma vês que esse público está dilacerado pela ausência do estado através das políticas públicas. Como sabemos, a expressão desse fenômeno não é novo, já foi tratado por Milton Santos:

> Minhas pretensões com esse trabalho é, interpretar o cenário camponês, almejando evidenciar os elementos que permitam o fortalecimento da possibilidade de resistência e reprodução ampliada do campesinato, como classe trabalhadora, em sua totalidade complexa. De outro lado fica cada vez mais evidente a necessidade de construir alternativas de resistência e, enfrentamento aos impactos do modelo dominante de exploração da terra e do trabalho (MILTON, 2001, p. 91).

Se considerarmos os quantitativos do campesinato brasileiro a partir dos dados levantados pelo plano safra 2003/2004, chegamos a uma cifra aproximada de 4,1 milhões de estabelecimentos rurais, considerados de acordo com o modulo fiscal condizente como de “agricultores familiares”. Esses números

acompanham de perto os dados do censo agropecuário, 1995/96, no qual caracteriza 4.139, milhões de estabelecimentos denominados de agricultura familiar.

Salientamos ademais, que esses números correspondem a 85,2% do total das propriedades cadastradas em todo território nacional. Desta totalização apenas 49,7%, (2,055 milhões, considerados unidades camponesa familiar, estão localizados no nordeste do Brasil). No geral a composição das unidades produtivas camponesas estão assim distribuídas, nas regiões brasileira, conforme dados do censo agropecuário da FAO/ INCRA 1990 que constam na Tabela 11:

Tabela 11- Estratificação das Unidades Camponesas por Regiões Brasileira

Região	Nº de estabelecimentos	Total de áreas em %
Nordeste	2.055.157	31,6%
Centro Oeste	162.062	12,7%
Norte	380.895	20,3%
Sudeste	633.620	17,4%
Sul	907.139.369	18, 0%
Totalização Brasil	4.139.369	100,0%

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO, FAO/ INCRA 1990.

Nessa fase, objetivamos caracterizar o campesinato a partir de estrutura da propriedade da terra, isso significa afirmar com base na Lei nº 8.629 de 25/02/1993, conforme regulamentação constitucional, os parâmetros relativos a reforma agraria estabelecidos pela constituição de 1988, artigo 4º da referida lei determina como pequenas propriedades, aquelas com dimensão territorial entre 1, (um) e 4, (quatro) módulos fiscais.

Quantitativamente, podemos entender que esses parâmetros oscilam entre 5 cinco e 110 hectares, que vária de região para região. As médias propriedades são aquelas consideradas entre 5 (cinco) e 15 (quinze) módulos fiscais. Salientamos, no entanto, que esses quantitativos significam na prática que um camponês nordestino caracteriza-se por ser proprietário de uma área de máxima de 5 módulos fiscais e um camponês no pantanal com 110 módulos fiscais, um módulo pode variar de 5 a 80 hectares no nordeste e até 440 hectares na região do pantanal.

Já a média propriedade oscila entre 15 modulo no Nordeste e 280 na região Amazônica, caracterizamos na sequência os quantitativos dos instrumentais mencionados. De acordo a Tabela 12:

Tabela 12- Diagnóstico Dimensional dos Módulos Fiscais e sua configuração por Unidades da Federação

Estados	MINIMO MAXIMO	Nº DE MUNICIPIOS	HABITANTES
PIAUI	05 a 75 hectares	224	3.212.374
CEARA	05 a 80 hectares	184	8.964.526
PARAIBA	07 a 60 hectares	223	3.995.541
PERNABUCO	05 a 70 hectares	185	9.405.159
ALAGOAS	07 a 70 hectares	102	3.357.494
SERGIPE	05 a 70 hectares	75	2.264.606
BAHIA	05 a 70 hectares	417	15.271.073
RIO G. DO NORTE	07 a 80 hectares	167	3.473.266
MINAS GERAIS	05 a 70 hectares	856	20.989.259
DISTRITO FEDERAL	40 a 50 hectares		
SÃO PAULO	05 a 35 hectares	645	44.744.199
PARANA	05 a 30 hectares	399	11.241.665
SANTA CATARINA	07 a 24 hectares	295	6.882.793
RIO G. DO SUL	05 a 35 hectares	497	11.290.773
MATO GROSSO	30 a 100 hectares	141	3.302.041
MATO G. DO SUL	15 a 110 hectares	79	2.680.759
MARANHÃO	15 a 75 hectares	217	6.945.547
PARA	05 a 70 hectares	144	8.261.031
ACRE	60 a 110 hectares	22	815.545
AMAPA	10 a 100 hectares	16	781.713
RONDONIA	60 a 70 hectares	52	1.782.220
RORAIMA	50 a 110 hectares	15	514.594
GOIAS	07 a 80 hectares	246	6.690.173

Fonte: INCRA/IBGE: JUNHO DE 2016, PROJEÇÃO PARA 2017.

Pequenas unidades de produção camponesas são aquelas unidades familiares de produção agrícolas caracterizadas pelo engajamento parcial em mercados incompletos (ELIS, 1998, p. 234). Diferentemente de Chaianov (1914), que tem como premissa a centralidade na produção da família camponesa, o arrendamento é uma forma de possibilitar a recriação e, reprodução social do campesinato, a outra forma é pela compra de terras e a outra é pela ocupação da terra. Essas são três formas clássicas de recriação do campesinato.

E assim se desenvolve num processo constante de "territorialização e desterritorializaçao do camponês da agricultura" ou de destruição e recriação do campesinato. Ou seja, o que é considerado como fim, também tem o fim na poderosa vantagem que o capital tem sobre a renda capitalizada da terra, gerada pelo trabalho familiar. O sistema 4/1 por exemplo utilizado em toda a região nordeste é extremante vantajoso ao capitalista agrícola[3]. O que existe na atualidade é um

---

3 PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO PARA O PIAUI: Trabalho elaborado pelo economista, Antônio de Pádua Silva dos Santos, Técnico da fundação CEPRO. Defende a ideia de que para compreender a formação econômica do Piauí e sua totalidade é necessário, superar a tese de analisar a unidade da federação por si só, ou seja, deve-se vincula-lo a um contexto mais amplo da economia nacional, uma que o mesmo está inserido ativamente no sistema econômico nacional. O Piauí, apesar de sua condição de unidade periférica na economia, tem demonstrado pujança e musculatura sustentável em todas as épocas, mesmo que as demonstrações históricas apontam suas prioridades, para a região centro sul, como polo mais dinâmico da economia, com imensa facilidade no escoamento da produção. É sabido por todos que o Brasil configura-se como uns pais de terceiro mundo e, subordinado ao sistema capitalista internacional, com características de pais dependente tanto de tecnologia quanto de capital produzidas nos países de primeiro mundo. No caso especifico do Piauí algumas

intenso debate entre o atraso e o moderno na agricultura, caracterizado necessariamente nesse contexto, camponês como atrasado e o agricultor familiar como um sujeito pretensamente moderno.

Salientamos ademais que essa lógica é processual, uma vez que é dualista. O camponês precisa se metamorfosear para transformar-se em agricultor familiar. Como sabemos, dos 4.2 milhões de camponeses caracterizados conforme os módulos fiscais, aproximadamente 2 milhões são considerados “agricultores familiares”, aquele com total devoção e dependência do mercado, proprietário de uma pequena gleba e submisso aos ditames e demandas impostas pelo mercado capitalista. Segundo José Eli da Veiga, acompanhamos ao longo do século XX, um verdadeiro renascimento da agricultura familiar em praticamente todos os países do leste europeu. (VEIGA, 1997, p.132).

---

características atuam como obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas, colocando-nos em uma condição de inferioridade em relação a outras unidades da federação, como por exemplo: a) A baixa renda “per capta”, (apenas um pouco acima de 1/2 da renda “per capta” alcançada pelo nordeste em 1970); b) Elevada concentração de renda; c) Elevada taxa de natalidade e mortalidade infantil; e) Elevada taxa de desemprego e subemprego; f) elevada participação do setor terciário na absorção da mão de obra urbana, notadamente com relação ao setor informal da economia; segundo o autor as perspectivas do desenvolvimento econômico do Piauí, foram e são imensamente limitadas, uma vez que as possibilidade de investimentos são reduzida a apenas algumas cadeias produtivas, como a amêndoa do babaçu, a carnaúba e seus derivados, e alguns projetos agropecuários. Em síntese segundo o autor a economia piauiense é reflexa e dependente das decisões tomadas nos Estados mais desenvolvidos, e, portanto, seu futuro depende de seus planejadores e governantes. Carta CEPRO. Teresina v.6 n.2 p. 29 a 44-. Julho/dezembro 1980.

Quando pensamos o campesinato do ponto de vista da capitalização percebemos que em grande medida essa categoria está em depressão constante, ou seja, como a autonomia do camponês deriva da condição econômica, entrou em crise perde a autonomia decisória, como categoria e classe social.

Como sabemos, se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tivesse apreço à Constituição Federal, implementando-a, através da Lei nº, 8.629/93, que trata da desapropriação por interesse social ou utilidade pública fundamentada na teoria da função social da propriedade[4]. Vinculado aos índices de produtividades[5], apesar de sua obsolescência, teríamos um cenário distinto no campo brasileiro hoje. Ao enquadrar as propriedades com esses critérios estabelecidos pelos índices de produtividade e ou improdutividade, poderíamos ter arrecadado desde à época em média um montante aproximado de 115. 054.000 hectares, (20% da área total), que, segundo dados do próprio INCRA à época foram caracterizadas como propriedades improdutivas.

---

4 Salientamos ademais que; a referida legislação, está ancorada juridicamente na constituição federal artigo, nº, 184 da constituição federal que estabelece os critérios para o cumprimento da função social da propriedade, tendo como um dos principais, estar a serviço dos sujeitos sociais do campo, para além de atender os requisitos econômicos, sociais, ambientais e trabalhistas.

5 Essa terminologia diz respeito aos dados resultantes das atividades econômicos, sociais, ambientais e trabalhista, implementadas na propriedade em cumprimento a legislação vigente. Em nosso caso talvez aqui resida um dos maiores entraves para realização de um amplo processo de democratização de nosso território, ou seja, os dados e critérios utilizados são obsoletos, tais parâmetros foram estabelecidos em 1975, e permanecem inalterados até nossos dias, (43 anos depois).

Ainda conforme os dados do INCRA (1992) materializado através do atlas fundiário brasileiro. 62,4%, dos estabelecimentos cadastrados pelo INCRA, foram classificados como improdutivos, e apenas 28,3% das propriedades consideradas produtivas, de acordo com os artigos 184,185 e 186 da Constituição Federal. Os dados expressam de forma inequívoca as contradições históricas materializadas pela propriedade privada que são utilizadas apenas como meio de especulação e reserva de valores, em detrimento da produtividade e da legislação, no mais das vezes acobertadas pelas instituições governamentais.

O único compromisso dos proprietários mencionados à época era o pagamento dos tributos (ITR), entretanto, os dados da receita federal de 1994, nos dão conta da absoluta sonegação tributária, os proprietários de 1 mil a 5 mil hectares, 59%, sonegavam impostos, e, entre os proprietários de imóveis acima de 5 mil hectares a sonegação alcançava uma média de 87%. (Tais práticas por terem se repetido paulatinamente transformaram-se em cultura). É fato que esses dados são defasados, mais são válidos para demonstrar que os proprietários foram e continuam sendo acobertados pela legislação e instituições governamentais; até porque essa realidade sofreu poucas alterações do ponto de vista do comprometimento. Ademais, esse elemento figura como projeto futuro uma vez que, não terei tempo hábil para aprofundar essa pesquisa, entretanto fica o compromisso expresso.

Historicamente, a estrutura material e simbólica da propriedade da terra é a condição *sinequanom* para acessar o sistema financeiro bancário e, os programas de incentivos governamentais. Daí, porque a estrutura da propriedade da terra desde sua origem foi e continua a processar-se de forma brutalmente concentrada, resultando na reprodução histórica de um quadro social dramaticamente desigual.

De um lado, vivenciamos a extrema concentração e, de outro uma população historicamente descapitalizada e, sem condições de garantir sua reprodução social como categoria e, como casse social. Submetendo-se a condições degradantes de trabalho que acobertada pelas instituições impedem a fluidez na reprodução social da categoria[6].

---

6 PIAUI E A DIVISÃO REGIONAL DO TRABALHO: Trabalho realizado pelo economista Wiliam Jorge Bandeira, Pesquisador da Fundação CEPRO. Segundo o pesquisador o Piauí passou por três fases na sua inserção na divisão nacional do trabalho. A primeira fase, foi hegemonicamente dominada pela produção da pecuária, que teve como características marcantes o trabalho compulsório, isto é trabalho predominantemente escravista, (1680-1870).A segunda fase, este estágio de desenvolvimento das forças produtivas corresponde, a inserção do Piauí na divisão internacional do trabalho, em que a atividade principal foi o extrativismo vegetal, (borracha da maniçoba, cera de carnaúba, e o babaçu), direcionado a exportação para o exterior, onde as relações de trabalho já apresentavam caráter parcialmente monetizada, (1871- 1950). Já a terceira fase, que teve início a partir da década de 1950, teve como base estrutural a crise da economia extrativa e a maior integração do Estado ao processo de desenvolvimento capitalista brasileiro. Fase está caracterizada predominantemente pelas culturas alimentícias, desenvolvidas por pequenos produtores, parceiros, arrendatários, Posseiros e pequenos produtores proprietários. Vale salientar que nenhuma dessas fases são estanques, elas continuam tendo importância na fase subsequente entretanto com menor importância no cenário internacional. Ainda segundo o autor, a integração do Piauí a economia nacional ao longo do processo

A sociedade brasileira que é portadora da desigualdade social endêmica, chegando a conviver com 32 milhões de brasileiros, vivendo em condições consideradas abaixo da linha da miséria absoluta, deste total 18% são considerados indigentes, e 38% desses, 14 milhões denominados de pobres. Ressaltamos porém que historicamente a lógica capitalista e, sempre ela, desenvolveu-se de forma contraditória.

---

de formação econômica, provocou um conjunto importante de transformações do ponto de vista de sua estatura socioeconômica, podendo ser resumida da seguinte maneira. A) No início da década de 1950, foi marcado pela crise da economia extrativa e a maior integração do estado a economia brasileira. B) A produção extrativa vegetal perdeu participação na formação da renda agropecuária, dando lugar ao aumento da contribuição das lavouras desenvolvidas pelos pequenos agricultores. C) O comercio exterior perdeu importância, e o comercio por "vias internas", isto é, através de rodovias, passou a crescer mais velozmente; D) As importações do sudeste aumentaram rapidamente nesse período, chegando acerca de 45% do total do valor importado no final da década de 1970, enquanto que, no início de 1950 não ultrapassavam 10%; E) O Piauí se tornou um estado tipicamente importador de produtos manufaturados sofisticados do sudeste e de bens primários e de baixa elaboração industrial do nordeste e exportador de alguns produtos como; algodão, gordura, e óleo, couro e outros derivados. F) O processo de integração, no período pós-1950, significou uma importante mudança qualitativa nas relações inter-regionais. Se antes estas relações se apresentavam preponderantemente ao nível das relações de troca, durante esse período as relações técnicas, ou seja, relações intersetoriais e interindustriais, que representam complementariedades ao nível do sistema produtivo, passaram ser predominantes; G) O comercio interestadual do Piauí, na década de 1970, continuou acumulando déficits crescentes, uma vez que as exportações do Estado representaram apenas 30% do total do valor importado, o que significa também grande evasão de recursos gerados no estado através dos mecanismos de ICM, (Imposto sobre Circulação de Mercadorias). (Carta CEPRO. Teresina V.9 n.1 p.31 a 50 Julho/dezembro de 1993).

Concentrando os fatores de produção (terra), intensificando a exploração do trabalho, concentrando renda e riqueza, consequentemente expulsando para os centros urbanos, um grande contingente de camponeses que, somados ao conjunto dos trabalhadores descartados, pelo capital através do marcado de trabalho, formando assim um imenso exército informal trabalhadores inapropriados.

Ao analisar o campo do ponto de vista da sustentabilidade, nossa conclusão é a de que a juventude jamais conseguirá se reproduzir socialmente no mesmo território camponês de aproximadamente 10 hectares, aqui reside a chave da migração forçada para os centros urbanos. Como veremos, apesar da escala decrescente, a população camponesa continua a se reproduzir socialmente ora apenas como categoria e ora como classe social com interferência real. A Tabela 13 dispõe do retrato da Metamorfose pela qual passa o Campo Brasileiro:

Tabela 13-Retrato da Metamorfose porque tem passado o Campo Brasileiro!

1970	41 milhões de pessoas vivendo no campo
1980	38,5 milhões de pessoas vivendo no campo
1991	35,8 milhões de pessoas vivendo no campo
1996	33,9 milhões de pessoas vivendo no campo
2000	31,8 milhões de pessoas vivendo no campo

OLIVEIRA, Umbelino Ariovaldo. **A longa Marcha do campesinato brasileiro**: Movimentos Sociais, Conflitos e Reforma Agrária. São Paulo: FFLCH-USP, 2001, P,188.

Apesar desse processo decrescente e, contrariando todos os indicadores, a população camponesa continua a reproduzir-se em franca expansão quando comparada a outros continentes, esse processo de resiliência é demonstrado em todas as regiões do interior dos pais. Ao considerar o crescimento apenas do ponto de vista quantitativo, constatamos, uma evolução significativa principalmente nas propriedades de até 100 hectares. Como vemos na Tabela 14:

Tabela 14- Evolução quantitativa das unidades produtivas de até 100 hectares: OLIVEIRA/FFCH-USP, 2001

1940	1.629.995, propriedades consideradas camponesas
1985	5.252.265, propriedades consideradas camponesas
1995	4.318.861, propriedades consideradas camponesas

Fonte: OLIVEIRA/ DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA FFCH-USP, 2001.

Ao analisar esses dados, percebemos que desde então a população camponesa se estabilizou do ponto de vista numérico ao menos, já que no caso brasileiro a estratificação populacional está vinculado ao número de estabelecimentos rurais, e aqueles estabelecimentos que realizam alguma atividade de cunho econômico, de subsistência, mesmo que seja autodeclarado.

A queda aqui materializada é a expressão de duas questões distintas e complementares, ou seja, do ponto de vista físico materializa a migração forçada dos camponeses para os centros urbanos (rururbanização), e, para falsas promessas dos monocultivos oferecidas pelas

novas fronteiras agrícolas. De outro lado materializa um processo crescente de reconcentração da propriedade da terra.

Para além da redução física das pequenas propriedades ouve uma dilaceração da categoria como classe social, imposta pelo capital monopolizador expressado pela concentração dos fatores de produção. Como veremos a referida estabilização quantitativa dos camponeses, não significa nenhuma relação com a democratização da posse e uso da terra; antes ao contrário, ouve nos últimos anos um processo de intensificação da concentração da propriedade da terra, praticamente em todas as regiões brasileira, conforme quadro ilustrado a baixo.

De acordo com IBGE (2017) houve uma queda acentuada de 2,0% no número total de estabelecimentos, em outra dimensão um aumento de 5% na área total ocupado por esses estabelecimentos. Sendo que o Censo cadastrou até essa data uma média de 5.072.152 propriedades em todo o território nacional, sendo portadora de uma área equivalente a 350.253.329 hectares. Quando comparamos esses dados com o censo de 2006, observamos um crescimento aproximado de 5%, perfazendo um incremento territorial de 16,5 milhões de hectares, podendo ser comparado ao território do acre por exemplo. Entretanto, apesar da redução de 2% nos estabelecimentos agropecuários (103.484 unidades) no total de estabelecimentos.

Ademais quando analisamos os estabelecimentos com mais de 1.000 mil hectares, observamos um aumento tanto no número de

estabelecimentos, aproximadamente (3.287 unidades) já no tocante ao aumento da área em geral inflacionou-se em mais 16,3 milhões de hectares, sua participação na área total subiu de 45 para 47,5% de 2006 para 2017. Nesse mesmo período as unidades que variam entre 100 e 1000 hectares oscilaram negativamente de uma participação de 33,8% para 32%, tendo decrescido em menos 814.574 hectares, ou seja, sofreram uma supressão de 4.152 unidade agropecuárias. Podemos afirmar que esses são os reflexos da centralização dos capitais conforme Figura 3:

Figura 3 – Concentração fundiária

Fonte: CENSO AGROPECUARIO 2006-IBGE.

A apropriação dos fatores de produção de forma legal, sofreu um crescimento de, 76,2% para 82%, mais a participação destes estabelecimentos na área total encolheu de 90,5% para 85,4%. No caso da

dimensão das terras arrendadas observamos uma queda acentuada de 6,5%, em 2006 para 6,3, em 2017. Quanto as pessoas ocupadas no campo lembramos que as mesmas sofreram uma queda de 1,5 milhão de pessoas, incluindo produtores temporários e, permanentes; a média de pessoas ocupados nas unidades também caiu de 3,2 pessoas, em 2006, para 3 pessoas em 2017.

Quando analisamos o acesso à tecnologia, compomos um crescimento 49,75 na aquisição de tratores por exemplo tendo 1,22 milhões de unidades em 2017, contemplando um total de 734 estabelecimentos. Ao acrescentar a questão dos agrotóxicos, desvendamos que uma média de 1.681.001 produtores utilizaram agrotóxicos em 2017. Isso significa um aumento de 20.4% em relação a 2006.

Na questão das áreas irrigadas percebemos que também sofreu um salto de qualidade com um crescimento de 52%. Porém, um dos elementos estruturais dessa categoria está relacionado ao nível de escolarização, considerando sexo e, faixa etária, conforme veremos; cerca de 15,5% dos camponeses homens afirmaram nunca ter frequentado uma escola e 79,1% não ultrapassaram o nível fundamental.

Quando essa perspectiva está relacionada à participação das mulheres e idosos a partir 65 anos no comando dos estabelecimentos este número aumenta atingindo respectivamente, 18,65 e 21,41%. Ao compararmos com 2016, veremos que as mulheres representavam apenas 12,7% e os idosos 17,53%. Esses

elementos não podem ser analisados de forma isolado, ou seja, praticamente 22,5% dos camponeses são mulheres e idosos.

Um fato inédito nesse tipo de estudo é que, pela primeira vez, o Censo Agropecuário, inclui como elemento a ser considerando na pesquisa a, cor da pele dos camponeses e, pasmem os resultados são os seguintes; 52% dos camponeses são pretos e pardos, e 45% se autodeclaram brancos. Considerando que o nível cultural de informação no campo ainda é muito baixo, e que os lastros de preconceito e aculturação ainda tem grande influência, provavelmente esses percentuais sejam ainda muito mais acentuados. Sem falar que os dados aqui postos ainda estão em processamento, para além de considerar que dos estabelecimentos visitados 0,13%, (6.582 agricultores) não responderam a essa pesquisa. (BRASIL, 2017).

Por outro lado, os dados aqui apresentados são parciais, uma vez que ainda estão sendo validados e tabulados. 3 mil questionários e 1. 213 estabelecimentos denominados de coleta especial que inclui, empresas e grandes produtores. O complemento vindouro dos dados do censo poderá nos trazer muitas surpresas, principalmente sobre as características dos produtores agropecuários e dos estabelecimentos.

Sobre as condições legais da regularização fundiária, pessoal ocupado, infraestrutura dos estabelecimentos, características da pecuária e da produção vegetal, silvicultura, horticultura, floricultura, extração vegetal e culturas permanentes e temporárias. Resta-nos aguardar os resultados.

3.3 UM OLHAR SOBRE O CAMPESINATO NORDESTINO

Segundo o Censo Agropecuário (BRASIL,2017) os estabelecimentos rurais familiares perderam 9,9 milhões de hectares entre 2006 e 2017. Por outro lado a área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários cresceu 5,0%, 16.573.292 hectares, o equivalente ao estado acre, aproximadamente, mesmo reduzindo em 2%, (103.484), no número de estabelecimentos. Quando se exclui os produtores não proprietários como; os sem terras, arrendatários, meeiro, apicultores, extrativistas, criadores de animais em beira de estradas), que caíram de 255.019, em 2006, para 76,671 em 2017.

Os dados mostram que o Nordeste que perdeu 131.565 propriedades com aproximadamente 9.901.808 hectares aproximadamente, no caso da região sul a queda foi menos acentuada, tivemos uma perda de 152.971, propriedades, aumentando a concentração das propriedades em mais de 1.082.517 hectares. Esse resultado revela de forma inequívoca, que está em curso em nosso continente, um processo dramático de reordenamento da estrutura da propriedade da terra no territorio brasileiro e latino-americana, ilustrado no mapa a seguir apontando os dados da distribuição de terra no Brasil:

Figura 4 – Distribuição da terras

Fonte: INCRA SNCR, JANEIRO 2013.

A materialização desse fenômeno está na participação dos estabelecimentos acima de mil hectares que aumentou significativamente entre 2006 e 2017, saindo de 45,0% em 2006 para 47,5%, em 2017, com a supressão e reordenamento de 3.287 propriedades. Isto significa que o capital especulativo apropriou-se de um território equivalente a 16,3 milhões de hectares, elevando a área média desse grupo por unidade de 3.155,7 para 3.272,4 hectares.

As consequências do reordenamento nas propriedades de 100 e até 1.000, mil hectares estão relacionadas à perda de participação na área total, decrescendo de 33,8% para 32,0 %. Ou seja, houve uma redução aproximada de 4.152 unidades com um território estimado de 814.574 hectares, as referidas unidades variavam em dimensão de 266,0 hectares para 266,7 hectares.

A percepção desse movimento significa que as propriedades menos capitalizadas, gradativamente absorvida pelo desenvolvimento evolutivo das forças produtivas no campo, nesse estudo acessado pelas propriedades acima de 500 hectares, É a expressão da fase contemporânea da centralização dos capitais no campo brasileiro, transforma-se os bens da natureza em ativos financeiros, impõem a monetarização dos fatores de produção, maximizando a tributação, levando as medias e pequenas propriedades a ruína, desfazendo-se a preços irrisórios ou morre por inanição.

No caso das unidades produtivas de até 100 hectares, as consequências foram as que seguem com alguma variação, uma vez que os dados ainda sofreram apreciação, a perda de território oscilou de 21,2% para 20,5% com a supressão de 74.942, unidades produtivas com uma média de 15,8 hectares por unidade, totalizando; 1.184.836 hectares. Promovendo assim um novo agrupamento das propriedades rurais brasileiro. Conforme retratado na Figura 5, abaixo:

Figura 5 – Percentual de latifúndios por área total

Fonte: INCRA SNCR, JANEIRO 2013.

Uma das consequências dramáticas desse reordenamento fundiário contemporâneo, está relacionado a proporção das terras arrendadas, que oscilaram positivamente de 4,5% para 8,5%, da área total. O que se observa que grande parte dos proprietários que perderam sua condição de proprietário das unidades produtivas, tornaram-se arrendatários em alguns casos de suas próprias terras.

Preservando sua condição de camponês, mesmo em uma condição de precarização amplificada, passando ser explorado triplamente, pagando renda, vendendo sua força de trabalho, em um cenário desprovido de direitos trabalhista, submetendo-se aos ditames de um mercado sem limites para exploração na busca desenfreada pela lucratividade.

As propriedades consideradas legalizadas[7], que foram analisadas no período de 2006 a 2017, declararam ter sido beneficiadas com acréscimo de 76,2% para 82%; mesmo que em termos proporcionais quantitativo suas propriedades tenham encolhido de 90,5%, para 85,4%. Já a proporção de terras arrendadas reduziu de 6,5%, em 2006, para 6,3%, em 2017, mais a participação produtiva cresceu de 4,5% para 8,6%. As unidades com terras em "comodato" tiveram um sobressalto de 2,2% para 2,8% na área total. Na Tabela 15 abaixo temos que:

7 Legalizada aqui está relacionada exploração econômica das propriedades, dependem do acesso aos créditos bancários, para tal a regularização fundiária torna-se imprescindível. Por outro lado faz menção ao suposto clima de insegurança jurídica posto na sociedade nesta fase de desenvolvimento do capital. Ainda por outro lado tem relação com o grande volume de terras devolutas indeterminadas em todas as unidades de federação.

Tabela 15

COMANDO DAS UNIDADES PRODUTIVAS EM %	2006	2017
Unidade comandada por mulheres e idosos.	12,7%	18,6%. 945.490 unidades
Unidade comandada por homens.	87,3%	81,4%, 4.100.900, unidades
Unidades comandadas por jovens de até 25 anos de idade	3,30%	2,03%
Unidade comandadas por homens de 25 a 35 anos.	13,56%	9,49%
Unidade comandadas por homens de 35 a 45 anos	21,93%	18,29%
Unidade comandadas por homens de 45 a 55 anos	23,34%	24,77%
Unidade comandadas por homens de 55 a 65 anos	20,3%	24,1%

Fonte: IBGE, CENSO AGROPECUARIO 2006/2017

Uma outra consequência positiva dessa metamorfose, está relacionada às áreas irrigadas nos estabelecimentos agropecuário que cresceram em média 52% entre 2006 e 2017.No último Censo 2017, 502.425 estabelecimentos agropecuário declararam utilizar algum tipo de irrigação, enquanto o total de áreas no país foi de 6.903.048 hectares.

Por outro lado, o uso de agrotóxicos no campo aumentou 20,4% em 11 anos. Segundo o censo de 2017, a um percentual de 1. 681.001, produtores rurais utilizaram agrotóxicos em contraposição, 134.360, declararam não utilizar os herbicidas, por ausência de necessidade. Entretanto esse número representa um crescimento de 20,4% em relação a 2006, quando 1.396.077 produtores declararam ter utilizado o pacote tecnológico.

Quando aglutinamos os grupos entre 45 e 65 anos de idade, a população camponesa considerada idosa chega a 46%, quando por outro lado observamos uma diminuição da participação da juventude no comando das unidades produtivas, veremos que está em curso um processo de abandono das atividades agrícolas, e envelhecimento da população camponesa.

Em números absolutos, podemos afirmar que este fenômeno está em queda na faixa etária até 45 anos e, em ascendência nos níveis superiores. O maior contingente ainda continua nas faixas entre 45 e 55 anos, com aproximadamente, 1.221.953 produtores, enquanto o maior crescimento ocorreu na faixa de 55 a 65 que ganhou em média mais 131.005, integrantes na comparação entre 2006 e 2017.

Simbolicamente, uma das maiores revelações diz respeito ao fato de que, 52%, da população camponesa é "preta e parda" conforme a autodeclaração.Os produtores rurais que comandam as unidades produtivas, que foram pesquisadas com esse víeis foram caracterizados pela cor, os resultados foram os seguintes, 45% da população se autodeclarou branca, totalizando 2.291.153 pessoas. Seguido da população declarada como parda de 44%, 2.242.993, pessoas; os que se autodeclararam negros e pretos, totalizaram 8%, da população, com aproximadamente 422.595 pessoas. Quando agrupamos "pretos e pardos" soma-se 52% dos camponeses com uma população de 2.665.588 pessoas.

Tais percentuais guardam uma relação cercana entre a população camponesa e a população em geral. No caso da população brasileira 43,6%, se autodeclararam

branca, 46,8%, pardos e 8,6%, pretos, quando aglutinados 55,4% da população brasileira é considerada preta e parda. A centralização dos capitais traz reflexos direto aos sujeitos sociais do campo, forçando-os a, configurar-se de acordo com a nova redivisão internacional do trabalho. O grande interesse do capital estrangeiro no território brasileiro, conforme expressado pelo mapa nº 02, implícito no corpo desse trabalho delega ao Brasil apenas a tarefa de fornecedor de matéria prima para as comodithes.

A agricultura continua cumprindo um papel secundário no cenário capitalista internacional, no que pese sua importância local e nacional. Ademais a reconfiguração do capital, para garantia de sua de sua reprodução ampliada, exigira uma nova composição do tabuleiro da luta de classes no campo. Daí porque os países com recursos naturais e minerais abundantes passam ser açambarcados pelo capital fextrangeiro, transformando, os bens da natureza em ativos financeiros. Como veremos no mapa nº 02, Posto no corpo desse trabalho, sobre a apropriação do território brasileiro pelo capital estrangeiro.

Os dados refletem ainda uma maior predominância dos sujeitos do campo como sendo hegemonicamente pardos e pretos. Como vimos a produção de alimentos no caso brasileiro, sempre teve uma característica cultural afro indígena. Ainda conforme os dados, cada vez mais as mulheres assumem o comando das unidades produtivas no campo.

Dois fatores explicam esse fenômeno: O primeiro está relacionado à ilusão ainda predominante no campo de que as grandes metrópoles ainda podem oferecer melhores condições de vida, por isso, a migração dos trabalhadores camponeses para as cidades.

Além disso, com as mulheres assumindo o comando da família e das unidades produtivas, por outro lado, isso significa ainda um relativo acenso da autonomia das mulheres camponesas, apesar da predominância da penosidade do trabalho camponês, desta maneira, os próximos anos serão cruciais para definição da nova caracterização do sujeito do campo, ser mais ou menos submisso aos ditames do mercado esse é o dilema.

Uma das expressões contemporânea dessa metamorfose é materializada pela monopolização da estrutura fundiária brasileira ambicionada pelo capital estrangeiro. Essa tendência começa ser efetivada em nossa época através da atuação do governo golpista com a supressão da legislação que estabelecia os limites para ocupação do território brasileiro pelo capital estrangeiro.

A maioria dos países de primeiro mundo, com limites de terras férteis estão deslocando seus ativos financeiros corporificados pelas empresas transnacionais; para apropriação do território brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final dessa vereda, vislumbramos um conjunto de outras premissas apontando para múltiplos caminhos e possibilidades no processo de apreensão das contradições materializada pelo movimento real da sociedade, determinar de forma imprecisa o referido movimento significa provocar descaminhos conduzindo as futuras gerações a catástrofes, socioculturais e materiais.

De maneiras que nosso desafio como sujeito sociohistorico, configura- se na incorporação do movimento concreto da sociedade, visando suprimir os simbolismos enganosos da contemporaneidade neoliberal. Hegemonizado por um cenário estrutural com abstrações múltiplas revelando-se de diferentes formas e contextos, com resultados e perspectivas distintas. O provisório aqui demonstra interesse em continuar desvelando as determinações contraditórias, materializada dialeticamente pela sociedade em seu conjunto concreto.

No transcurso de nossa pesquisa fomos confrontados pela necessidade premente de construção de um novo projeto societário que materializasse o conjunto dos interesses da sociedade em sua totalidade, desafiando-nos para construção de um instrumento político que permita acumular forças na luta da classe trabalhadora. Nossos esforços objetivaram incorporar-

se ao vocabulário popular para disputar hegemonia afirmando, a necessidade da disputa de projetos posta na sociedade, ensejando a unificação da luta da classe trabalhadora em torno de objetivos comuns.

Nosso intento como lutador social, fundamentou-se em um cenário de múltiplas possibilidades, nossa postura contribuirá na definição dos rumos de nossa sociedade, no desenvolvimento deste trabalho realizamos uma série de incursões sobre as ambições do sistema capitalista em sua totalidade. No contexto da última fronteira de exploração capitalista na dimensão produtiva, lastreada pelo deslocamento da centralidade da reprodução social do capital, transpondo a esfera da exploração dos serviços públicos. Impulsionado pela dimensão especulativa corroborando com a lógica contemporânea de acumulação ampliada do capital.

Inaugurando a fase da acumulação mais perversa e, audaciosa do sistema capitalista, desencadeando um processo de maximização da exploração do capital sobre o trabalho, Sujeitando a classe trabalhadora a lógica da espoliação descompromissada. Resultando no acirramento das contradições de classes baseado na precarização e rebaixamento das oportunidades de trabalho, através da oligopolização dos fatores de produção, conduzindo-nos a uma condição de pobreza e desesperança generalizada.

O referido movimento de concentração dos capitais provocam sobressaltos na disputa pelos serviços públicos estatais, hegemonizada por um Estado submisso aos interesses do capital subordinado pelo setor privado. Quanto mais problemas gerados pela

amplificação da questão social, menor é a capacidade de intervenção estatal nas questões sócioeconômicas, desobrigando o estado para com a questão social.

Fazer frente ao cenário posto na atualidade, exigirá do conjunto da classe trabalhadora, unidade em torno de objetivos comuns, construindo novos patamares nas relações sociais e na luta de classes. Desafiando-nos a desenvolver novas práticas e novos valores. Uma vez que a supressão das contradições contemporâneas passa necessariamente pela construção da sustentabilidade desta e das futuras gerações.

A democracia participativa como princípio básico dessa nova sociabilidade, atuar recosntruindo a ideia de desenvolvimento primando pelas demandas orgânicas da sociedade como totalidade. Retomando a construção da soberania nacional como princípio universal e inviolável. A materialidade desses valores no médio prazo nos permitirá acumular forças para supressão das contradições posta pelo modo de produção capitalista.

Os pilares mencionados são basilares para construção de um novo projeto societário, construir a autonomia decisória como sustentaculo de seu próprio futuro, tarefa hoje delegado a agentes externos, com interesses espúrios aos valores verdadeiramente emancipadores. Evidenciamos nessa incursão filosófica algumas lições dentre as quais; a tarefa de construir um novo projeto de pais, compromisso delegado a agentes externos.

Objetivamos transformar os resultados de nossa pesquisa, em instrumento político de transformação social na contemporaneidade. Atuando como barreira ao processo de exploração ilimitada da biodiversidade e os recursos naturais em nosso território.

A materialidade da centralição sistemica ocorre atraves da formação das corporações transnacionais, da modernização tecnológica, objetivando o domínio completo dos mercados locais, nacionais e internacionais. Modelo este caracterizado por Rosa Luxemburgo,1976,p,56, como a fase de “destruição das economias locais” ou “imperialista financeirizado”, segundo, Mészaros, 2006,p, 315.

A busca para atingir tal objetivação está vinculada a uma mudança profunda no papel das instituições governamentais, no intuito de facilitar ou legitimar a supremacia dos interesses privados das corporações sobre os direitos coletivos historicamente conquistados. A efetivação dessa estratégia demandara profundas mudanças na superestrutura da sociedade capitalista, buscando dominar de forma objetiva a economia, a cultura, e os recursos naturais dos países em desenvolvimento.

Desse modo, utilizar-se-á das políticas da globalização neoliberal para fragilizar os Estados Nacionais e transformá-los, em instrumento dessa nova dinâmica de acumulação capitalista em todas as dimensões, fazendo uso da filosofia das áreas de livre comércio como armadilha para engessar os Estados Nacionais.

A sociedade piauiense vivencia na contemporaneidade um intenso processo de anexação simbólica ao signo mercadológico tardio, subordinando-se ao “processo de desenvolvimento”, sustentado por duas características centrais: o alívio à pobreza e, a coesão social. O dilema dessas políticas são as contradições estruturais internas, causadas por suas práticas degradantes e insustentáveis.

Segundo o conceito gramsciano de sociedade civil. “A sociedade civil é um espaço político e social de organização das classes, que interfere nos rumos da política na sociedade, ou seja, a materialidade do exercício da democracia direta” (1978, p, 36). Atualmente, podemos acrescentar que o resultado dessa estratégia dependerá da consciência organizativa da classe.

Esse mesmo conceito de sociedade civil para a democracia burguesa atual assume outras objetivações. “A sociedade civil deve ser um espaço social onde as políticas devem ser para alívio e concertação da pobreza” (NEVES, 2005, P, 67). De maneira que, neste momento de centralização dos capitais, vivemos um intenso processo de disputa de hegemonia na sociedade. O que está em curso são projetos distintos. Aceitar a tese de “alívio e concertação da pobreza” é legitimar a inviabilidade econômica social e, cultural do território da sociedade e, do Estado como instituição subordinada e incapaz de interferir no futuro de seu povo.

Em síntese, as ações da classe dominante nessa etapa do desenvolvimento, visam camuflar o antagonismo de classe entre capital e trabalho. Essa lógica está implícita na modernização tecnológica e, no

abandono dos investimentos no capital produtivo em detrimento da especulação financeira. É o processo de transformação do Estado Nacional em armadilha para neutralizar a sociedade civil organizada.

Elucidamos através dessa pesquisa, o fato de que nos últimos anos, houve uma intensificação das políticas neoliberais no campo piauiense, materializadas pelo avanço da mercantilização tecnificada da produção agrícola. Essa política tem facilitado às grandes corporações transnacionais à exploração dos recursos naturais e minerais, a apropriação privada o território brasileiro pelo capital estrangeiro.

Neste estágio do desenvolvimento capitalista, as grandes corporações estão voltadas para garantir o máximo de lucro com o mínimo de conflitos trabalhistas, apostando nos monocultivos baseado nas modernas tecnologias auferidas pela centralização dos capitais voltada para amplificação da renda agrícola.

A disputa de hegemonia nessa etapa do desenvolvimento foge a questões segmentadas como bandeiras corporativas de lutas. Nossa aposta deve ser na construção de bandeiras unitárias de lutas, com base em temas transversais, entendendo que a disputa de hegemonia está diretamente ligada à disputa de projetos e no enfrentamento das mudanças estruturais na sociedade.

A característica principal dessa fase de acumulação e dominação capitalista, está associada à apropriação privada dos fatores e meios de produção, como forma de garantir a supremacia na dominação plena do trabalho pelo capital, intensificando a exploração dos

fatores de produção através das políticas neoliberais do agronegócio promovido pelas transnacionais como a Bungüê Alimentos entre outras.

As descobertas foram significativas e, apontam para insustentabilidade do campo brasileiro em médio prazo. Uma das motivações principais desse trabalho foi a constatação da existência de um processo de reordenamento fundiário. Nesse ponto, os resultados foram aterradores, detectamos a existência de três movimentos complementares em atividades no campo piauiense e brasileiro: O primeiro movimento está relacionado a concentração de propriedade da terra. Os produtores mais capitalizados apropriam- se das pequenas e medias propriedades, que definham por falta de acesso aos creditos bancário e assistência técnica necessária.

Atualmente ocorre um movimento reverso, muitos trabalhadores fazendo o caminho de volta, evidenciando um dilema estrutural, ou seja, esse sujeito ocupa o chamado não lugar, o mercado urbano de trabalho o descartou, e o campo não lhes ofereçe mais ocupação, com isso o capital objetiva impedir a reprodução social do campesinato apropriando-se de tudo, dai porque vivenciamos uma intensa metamorfose no campo brasieliro.

O campo brasileiro perdeu no período de 2006 a 2017, 16,5 milhões de hectares, o equivalente ao estado do Acre. Destes, só o Nordeste perdeu, 132 mil pequenas unidades de produção. Aproximadamente 10 milhões

de hectares permitindo a elevação da participação das propriedades acima de mil hectares, de 45,05% em 2006, para 47,5% em 2017.

Constatamos as dificuldades de reprodução social da juventude, em um território cada vez menor e solos cada vez mais desgastados. A queda das pequenas unidades de produção de 2006 para 2017 foram de 3,30% em 2006, para 2,03% em 2017, deixando de ser um fenômeno temporário para ser definitivo. Dos 4,3, milhões de camponeses existentes no campo hoje, aproximadamente 2 milhões são considerados agricultores familiares, em contraposição 2,3 milhões são agricultores considerados camponeses. (Censo agropecuarios,1995-1996-1998-2017. Acesso em 13 de outubro de 2018). A diferença do camponês para o agricultor familiar, está no fato de que o camponês busca produzir para reproduzir-se como classe, já o agricultor familiar esta dominado pela lógica do mercado e sua produção é desautonomizada.

No caso do reordenamento fundiário, a região que mais perdeu com a supressão das pequenas unidades de produção foi a região Nordeste, comprovando o processo de reconcentração da propriedade, tendência essa em crescente expansão e com possibilidade de intensificação nos próximos anos.

A entrega progressiva do território brasileiro ao capital estrangeiro. Quando analisamos essa ação do capital por estados da federação, vislumbramos um quadro caótico, ainda que essa tendência afronte a soberania nacional e os interesses de nosso povo. Isso ocorre no contexto da efetiva participação do Estado

nacional, na criação das condições jurídicas institucionais e adiministrativas, para reprodução ampliada do capital sustentada através da entrega de nosso patrimônio.

A migração forçada da juventude camponesa, provocando um envelhecimento generalizado do campo brasileiro. as unidades caponesa de produção comandada por jovens cairam drasticamente, em detrimento do aumento vertiginoso das propriedades, comandada por mulheres e idosos. especialmente entre a faixa etária de 55 a 65 anos de idade. Do ponto de vista sociológico descobrimos que 52% dos sujeitos do campo são pretos e pardos contra 45% de brancos. Talvez isso explique os preconceitos e falta de prioridade.

Constatamos um déficit cadastral do território piauiense que dos 25.135 mil hectares, 2.300 hectares são considerados terras devolutas. Terras pretensamente estatais, uma vez que a terra só se torna efetivamente do Estado a partir da matricula cartorária, segundo a Lei de terras nº 601 dee 1850 e as legislações estaduais correspondentes.

Diante desses últimos dados relacionado às terras devolutas, vale salientar que o mesmo configura-se como a mais importante de todas as descobertas, uma vez arrecadada seria suficiente para resolver os problemas agrários em nosso estado, quando existe uma demanda de aproximada de 250 mil famílias aguardando o acesso à terra.

Vale ressaltar que esbarramos em um problema fundiário de difícil solução, por exigir a regularização fundiária de todo território piauiense. Para além das

terras visivelmente sem matriculas, boa parte desse déficit cadastral está incorporada as propriedades não declaradas.

REFERÊNCIAS

ADAD, Maria; LIMA, Lucia; FERREIRA, Graça Maria. Tensões sociais na zona rural piauiense. **Carta CEPRO.** Teresina, v. 9, n.1, 1983.

ANDRADE, Manoel Correa de. **A terra e o homem no Nordeste:** Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. Recife: UFPE, 1998.

ANTUNES, S. **Ricardo em a lógica da precarização.** São Paulo: Expressão popular, 2004.

BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BAKHTIM, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem:** Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec,1997.

BANDEIRA, Jorge, Wiliam. A estrutura Fundiária e a Produção Agrícola Piauiense.
Carta CEPRO, v. 6, n. 2, 1980.

______. **A revolta da balaiada - 1838 a 1941.** Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1996.

______. **A Formação do Brasil Contemporâneo.** 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

______. Piauí: agricultura e desenvolvimento. **Carta CEPRO,** v.5, n. 2, 1978.

______. Organização da produção agropecuária piauiense. **Carta CEPRO,** v. 8, n.2, 1982.

______. Estrutura agraria do Piauí. **Carta CEPRO,** Teresina, v.8, n.1, 1980.

______. As exigências da atualidade. **Revista Econômica do Nordeste,** Fortaleza, v.28, n.4, p.35-68, 1977.

BORGES, Almeida Geraldo. Secas no Piauí ontem e hoje. **Carta CEPRO,** v.6 n.2, p. 45-51, 1980.

BRANDÃO, Pires; MARIA, Tanya. Uma construção de europeus, ameríndios e africanos. **Carta CEPRO,** v.18, n.1, 2000.

CARVALHO,Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI:** Possibilidades e Condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

DIAS, Claudete Maria Miranda. **Balaios e bem-te-vis**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1996, P, 36.

FURTADO, Celso. **Um Projeto Para o Brasil.** 5. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

GRAMSCI, Antonio. A concepção dialética da história. trad. Carlos Nelson Coutinho, 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978,p,76.

HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem 22º ed. Rio de Janeiro, Ed. LTC-Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário**. 1998. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/19951 996/default.shtm>. Acesso em: 22 ago. 2016.

LANDIN, Dantas, Alfredo. A demanda brasileira de importações de produtos agropecuários. **Carta CEPRO,** Teresina, v.5, n. 1, 1978.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil, 31ª.ed. São Paulo, Ed. Companhia das Letras,2002.

LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. 2. ed. Tradução Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MACHADO, Paulo Henrique Couto. **As trilhas da morte**: extermínio e espoliação das nações indígenas na região da bacia hidrográfica parnaibana piauiense. Teresina, Piauí: Corisco, 2002.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova cultural, 1985.

MARX, Karl. **Prefácio à Crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MOTA,Elizabete, Ana. **Cultura da crise e seguridade social**: Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, Lúcia, Maria, Wanderley. **A nova Pedagogia da hegemonia**. São Paulo: Xamã, 2005.

NUNES, Odilon. **Súmula da história do Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2001.

OLIVEIRA, Eurenice de. **Toyotismo no Brasil**: Desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

OLIVEIRA, Mendes; PEDRI, Felipe. Projeto de desenvolvimento rural integrado do vale do rio Parnaíba. **Carta CEPRO**, Teresina, v. 6, n. 2,1980.

OLIVEIRA, Umbelino Ariovaldo. **A longa Marcha do campesinato brasileiro**: Movimentos Sociais, Conflitos e Reforma Agrária. São Paulo: FFLCH-USP, 2001, p,188.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

PESSOA, Murilo Dirceu. Padrão tecnológico da agricultura piauiense. **Carta CEPRO.** v .5, n. 1, 1978.

PRADO JUNIOR. Caio. **A história econômica do Brasil**: A pecuária e o povoamento do Nordeste. São Paulo: Brasiliense, 1999.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

ROCHA, Jonas. A pequena produção rural no estado no Piauí. **Carta CEPRO.**
Teresina, v. 9, n.1, 1983.

SALGADO, Sebastião. Coleção Terra, São Paulo: Companhia das Letras,1997.

SANCHEZ, Vasquez Adolfo. **A Filosofia da Práxis.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SANTANA, R. N. Monteiro de. **Evolução Histórica da Economia Piauiense e Outros Estados**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2018.

SANTOS, Antônio de Pádua Silva dos. **Perspectiva do desenvolvimento econômico para o Piauí.** Teresina: Fundação CEPRO, 1980.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**: do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro: Recor. 2000.

SOROS, George. **A crise de 1929.** Disponível em: www.nybooks.com. Acesso em: 18 set. 2018.
STEDILE, João Pedro**. A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão popular, 2012.

VIEIRA, Claudimir, Gularte. **Elementos da Formação Cultural do Povo piauiense.** Juiz de Fora, MG: UFJF, 2003,P,42.

WISNIEWSKI, Alfonso; MELO, Marques de. **Borrachas naturais brasileiras:**
Borracha de maniçoba. Belém: EMBRAPACPATU, 1983.

ZIBECCHI, Eduardo Marcio. Medico e Bioestatístico. **Carta CEPRO**, v. 6, n. 1, 1990.

SOBRE O AUTOR

Claudimir Gularte Vieira – Atua na luta pela Reforma Agrária desde sua juventude, quando sua família foi des-territorializada pelo capital bancário no início da década de 1980. Neste período, somou **à** luta pela terra e o enfrento direto das anomalias sociais causadas pela concentração fundiária que perdura nos dias atuais. A partir desse engajamento teve a oportunidade de conhecer o campesinato brasileiro em sua concretude dramática, atuando como militante social em vários estados brasileiros para além de seu estado de origem. Conhece de perto as desigualdades sociais, suas causas e consequências. Participou de vários intercâmbios com organizações camponesas da América Latina e do continente europeu. Graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceara – UECE, fez vários cursos formais e informais sobre questão regional e questão agrária brasileira. Militante e dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, desde o ano de 1985. Natural de Chapecó, Santa Catarina, vive e atua no Estado do Piauí desde 1999. Tem se empenhado na compreensão da questão agrária no Piauí, desde sua chegada ao território piauiense.

13 DE MARÇO DE 1823
O trabalho que se apresenta, objetiva analisar a gênese estrutural da formação sócio-histórica do campesinato piauiense, considerando suas características particulares individualizadas. Nossa aproximação com a temática foi se construindo no longo prazo, forjada na relação entre minhas vivências individuais e coletivas, como sujeito histórico e ativista político, membro do Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra (MST), em contato direto com as contradições geradas pelo desenvolvimento tardio das forças produtivas no campo piauiense.